Redacção/Administração
Av. António Serpa, 26, 2.º-Esq.
Telef. 77 22 84
Impressão e composição
Sociedade Nacional de Tipografia, S. A. R. L.
Rua de «O Seculo», 41 a 63 — Lisboa
Distribuição
Distribuidora «O SECULO»

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 44 — Série VII — N.º 15
23 de Agosto de 1974
Semanário
Director
António Dias Lourenço
Propriedade
Editorial «Avante!»
Preço: 2$50
Angola e Moçambique: 6$00

Editorial

PERIGOS E CONFIANÇA

A situação democrática vive horas difíceis e perigosas. A aliança do Movimento das Força Armadas com as forças democráticas e o movimento popular está em condições de garantir o processo de democratização e da descolonização. A reacção dispõe, porém, ainda de poderosos recursos. Por todo o País, os fascistas levantam cabeça, lançam uma venenosa e gigantesca campanha anticomunista, conduzem o País a uma grave crise económica, organizam desordens e agressões, conspiram e preparam um golpe.

Há muitos boatos, muita especulação, muito alarmismo. Mas o que se acaba de escrever é rigorosamente certo.

Há razões para ter confiança no futuro. É, porém, essencial examinar objectivamente a situação, desvendar os perigos e dar aos acontecimentos as respostas adequadas.

A ameaça da crise económica

O País atravessa sérias dificuldades económicas, que resultam de diversos factores objectivos convergentes: desfavorável conjuntura económica e financeira do mundo capitalista, pesada herança deixada pela ditadura fascista, absorção de recursos pela guerra colonial e outros encargos em África. Mas resultam também de causas subjectivas que é necessário sublinhar: a retracção de bancos e grandes grupos financeiros e a efectiva tentativa de sabotagem da economia portuguesa por parte de alguns.

Não há um único dia em que não se conheçam casos concretos da utilização, pelo grande capital português e estrangeiro e por grandes agrários, de armas económicas e a prática de verdadeiros crimes contra a economia nacional para procurarem entravar a democratização. Cortam créditos. Exportam *ilicitamente capitais. Fecham fábricas. Anunciam falências fictícias. Diminuem a produção embora tendo mercados. Deixam cearas por ceifar e cortiça e azeitona por apanhar.* Despedem, em massa, trabalhadores.

Seria ilusório pensar que os bancos não emprestam e os grandes empresários não investem porque não têm recursos. O facto de que grandes empresários anunciam agora poder investir 120 milhões de contos, é mostra de que os têm ou os podem arranjar. É necessário que façam os investimentos, e que os façam sem o desplante de adiantar condições políticas.

O desequilíbrio económico deixado pelo fascismo, agravado pelos referidos factores, ameaça a economia portuguesa no seu conjunto de uma grave recessão, de crises sectoriais e de uma vaga de desemprego.

Uma crise económica, com todas as suas repercussões sociais e políticas só à reacção pode aproveitar. A reanimação da economia é do interesse vital dos trabalhadores e de todas as forças democráticas.

O Governo tem tomado uma série de medidas para colmatar as brechas e estabilizar a situação. Os trabalhadores são chamados a pagar o fundamental das dificuldades. O povo não recusa pagar o preço da liberdade. Mas é necessário que o paguem também os grandes detentores da riqueza nacional.

A reacção à solta

Além de criar graves problemas económicos, a reacção desenvolve uma frenética actividade. Registam-se factos inquietantes que exigem explicação e resposta.

O motim da Penitenciária revelou as protecções, facilidades e privilégios

(Continuação na 2.ª página)

DERROTEMOS A PESADA HERANÇA DO FASCISMO

As medidas anunciadas pelo primeiro-ministro coronel Vasco Gonçalves no passado Domingo constituem um esforço de intervenção firme no sector económico, deixando — conforme foi acentuado — em condições gravíssimas pela administração ruinosa do fascismo

No programa do PCP aprovado no VI Congresso, em 1965, apontava-se já a situação desastrosa a que a política fascista conduzia o País:

«Portugal não é um País pobre. As reservas mineiras, o potencial hidroeléctrico, as aptidões agrícolas e florestais, a pesca, o clima, as belezas naturais e o interesse turístico constituem recursos bastantes para, convenientemente aproveitados, assegurarem um desenvolvimento económico independente e uma vida desafogada ao povo português.

«Entretanto, apesar dos seus recursos naturais, pelo baixo nível de vida dos trabalhadores e da população em geral, pela subalimentação, pela mortalidade infantil, pelas doenças sociais, Portugal ganhou o título de País mais miserável da Europa. No que respeita ao rendimento nacional, ao desenvolvimento industrial, ao sistema de transportes, à técnica e rendimento agrícolas, à instrução, Portugal ocupa o último lugar da escala dos países europeus. Isso deve-se ao facto de que uma dúzia de grupos monopolistas, uma centena de grandes capitalistas e de grandes agrários e o imperialismo estrangeiro, servidos por um regime *fascista que conduz uma política* ferozmente antipopular e antinacional, têm nas suas mãos e exploram em seu proveito os recursos de Portugal.»

Os factos apontados pelo coronel Vasco Gonçalves dão já uma imagem dos resultados de 50 anos de exploração e das tarefas que a todos se colocam para que possamos, depois de derrotado o fascismo, derrotarmos também a pesada herança que nos legou e na qual a reacção aposta ainda.

Aliás, as manobras de propaganda das forças reaccionárias atingem neste capítulo aspectos de uma demagogia ultrajante. Na verdade, depois de terem saqueado o País durante quase meio século, de terem destruído a economia portuguesa para a colocar ao serviço dos grandes monopólios, as mesmas forças insinuam agora calúnias, pretendendo atribuir ao Portugal democrático, com três meses, as responsabilidades dos resultados de uma política antipopular de 50 anos!

A esta ofensiva, as massas trabalhadoras e as forças democráticas têm de opor o firme dique de um esclarecimento completo que será indispensável para que todos se empenham na obra de reconstrução de um Portugal para os portugueses.

As medidas agora anunciadas constituem um esforço de solução para alguns dos graves problemas que o nosso Partido enunciara já no Comunicado da Comissão Política do CC sobre a constituição do segundo Governo Provisório:

«O novo Governo Provisório irá defrontar sérias e graves dificuldades.

(...)

«Dificuldades económicas, resultantes da pesada herança deixada pelo fascismo e da acção económica e financeira, que por vezes toma o carácter de autêntica sobotagem, de grandes grupos monopolistas que procuram contrariar, comprometer e, se possível, anular o novo curso democrático da política portuguesa.»

E, mais adiante:

«O PCP faz um apelo à classe operária, às massas trabalhadoras, a todas as forças democráticas, à juventude, a todo o Povo Português, para que compreendam a complexidade da situação presente, para que apoiem o MFA e o novo Governo Provisório, para que facilitem e participem activamente na realização das suas tarefas.»

Convém, ainda, assinalar que o conjunto das disposições agora tomadas tiveram em conta a necessidade de contrariar o processo contra o qual o PCP já se manifestará de fazer os trabalhadores pagarem a grande parte dos socrifícios que se exigem ao País. Assim, a reforma fiscal anunciada, os projectos sobre construção social, a dinamização do apoio à pequena e média indústria enquadram positivamente na estratégia global antimonopolista do Programa do MFA.

O Povo português enceta o caminho da reconstrução de Portugal. Caminho difícil que a unidade das massas populares e das Forças Armadas, das forças democráticas com o MFA rasga passo a passo.

Também na frente económica o Partido Comunista Português declara:

A VITÓRIA É DIFÍCIL, MAS É NOSSA!

ENTREVISTA COM ARMANDO DE CASTRO

«AVANTE!» — *Um dos elementos mais usados durante anos pela propaganda fascista foi o do equilíbrio orçamental, o equilíbrio entre as receitas e as despesas do Estado. O povo português sempre teve — nomeadamente após o desencadear da guerra colonial, com todos os seus gigantescos encargos — consciência das mentiras desta propaganda, agora desmascarada. Até que ponto, porém, vai esta situação?*

ARMANDO DE CASTRO — A fraude da afirmação do equilíbrio orçamental foi um dos mitos ou antes um pequeno mito criado de longa data pelo salazarismo. Esta pretensão que, aliás, não tocava na essência dos problemas postos pela política financeira do regime, voltada para o lançamento da carga tributária sobre as amplas camadas da população, sobre os trabalhadores, (fenómeno que se agravou extraordinariamente nos últimos anos por causa das guerras coloniais), foi um dos aspectos de uma política fiscal ao serviço dos grandes capitalistas e dos seus interesses. Se, por exemplo, os impostos sobre os rendimentos (impostos directos) cresciam, a verdade é que a parte dos impostos sobre os consumidores, sobre a grande massa do povo que são os trabalhadores, crescia muito mais: se é possível calcular que da riqueza nacional aos trabalhadores sob o fascismo cabia menos de metade do total, (quando constituem a esmagadora maioria da população), os impostos indirectos em 1973 atingiram mais de 60 por cento dos impostos totais, enquanto que os impostos sobre os detentores de rendimentos, isto é, os impostos directos recaindo essencialmente (ou devendo recair sobre os empresários) não chegavam assim a 40 por cento desse total! Note-se que a Oposição Democrática há muitos anos que vinha denunciando esta mentira: a mentira de somar às receitas do Estado os empréstimos e de afirmar que a despesa deixava um pequeno saldo desse total e daí que houvesse um «equilíbrio» orçamental... Como recordou o primeiro-ministro, isto seria como qualquer de nós, que, por exemplo, ganhasse quatro mil escudos por mês, gastasse quatro mil e quinhentos escudos e pedisse emprestados mil escudos por mês: ficaria assim, de mês para mês, com um «saldo» de quinhentos escudos!

Por isso se compreende que a Dívida Pública *JÁ ATINJA MAIS DE 40 MILHÕES DE CONTOS*, dos quais quase um quarto em dívida ao estrangeiro, contraída a altos juros. Esta dívida, é claro, cresceu enormemente a partir de 1961, quando começaram as guerras coloniais.

Tal dívida custa hoje ao

(Continuação na 6.ª página)

TAREFA UNITÁRIA DE PRIMEIRA IMPORTÂNCIA:

DEMOCRATIZAR O APARELHO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Ao longo de quase 50 anos de fascismo, o povo português teve oportunidade de verificar a forma como um aparelho de estado, uma máquina de estado pode meticulosamente ser montada para explorar e oprimir. Na verdade, uma das características do sistema que dominou Portugal até ao 25 de Abril foi a utilização integral das organizações oficiais para explorar e oprimir todas as camadas populacionais. Nem só a PIDE/DGS reprimia, nem só com impostos se explorava!

Sob o ponto de vista de administração, o trabalho dos governantes fascistas foi meticuloso. Ao mesmo tempo que Marcelo Caetano defendia teorias jurídicas sobre a importância dos municípios, a legislação fascista fazia de todos os órgãos de administração local braços intransigentes da política antipopular da camarilha que dominava o governo central. Câmaras municipais, juntas de freguesias, órgãos locais do estado transformaram-se em eficientes executores de uma política repressiva, criando-se ao lado toda a máquina tipicamente fascista que completava a dominação: casas do povo, sindicatos nacionais, etc.

O saneamento de toda esta máquina que levava o fascismo a todos os cantos de Portugal, que nas aldeias e vilas de todo o País era a ferramenta essencial da dominação dos grandes interesses económicos locais sobre o povo trabalhador, era uma necessidade essencial de democratização encetada pelo Movimento das Forças Armadas em 25 de Abril. Na realidade, se nas grandes cidades o papel de uma junta de freguesia fascista pode passar mais ou menos despercebido, o mesmo não se passa nos campos onde tais estruturas foram durante a noite fascista preciosos auxiliares da repressão e da exploração. E o mesmo se pode dizer das câmaras onde negociatas e traficâncias de toda a ordem foram pão nosso de cada dia, onde o cargo de presidente (de nomeação governamental) era um primeiro passo para mais altos voos na hierarquia fascista.

A este saneamento, à destruição desta sinistra máquina lançaram-se as massas populares, nomeadamente através da acção unitária do Movimento Democrático Português que à iniciativa e vontade popular de consolidar a ordem democrática deu expressão concordante com as necessidades e condições da situação presente do País. Ao Movimento Democrático Português coube tal papel e natural é que assim tenha sido uma vez que nele se congregam milhares de portugueses seriamente empenhados na democratização de Portugal num espírito de unidade e acção que era indispensável para esta tarefa de saneamento que diz igualmente respeito a todos os portugueses. E naturalmente aos partidos e outras organizações democráticas que são, com o MDP, a ossatura do movimento popular de massas.

É claro que tal acção não podia deixar de motivar as iras da reacção. E elas não se fizeram esperar. Calúnias, intrigas, sabotagens, de todos os elementos reaccionários deitaram mão para paralisar a iniciativa das populações. E o desespero que sentiram perante a sua incapacidade de alterarem o rumo decidido do progresso do País cedo desaguou numa histérica campanha anticomunista que não despreza utilizar todas as imbecilidades que a propaganda fascista em vão despejou durante 50 anos sobre o povo português.

Contudo, tais manobras são uma realidade e as vitórias já conquistadas têm de ser consolidadas. **O que tem de suceder à expulsão dos fascistas das autarquias locais não é apenas a sua substituição por elementos democráticos: é a sua real transformação em estruturas ligadas ao povo, dirigidas para a defesa dos seus interesses e solução dos seus problemas.**

Os elementos que hoje se encontram à frente das comissões administrativas das autarquias têm a confiança das populações para a tarefa democrática que desde já se impõe, mais até do que a aplicação deste ou daquele programa específico de gestão. Digamos que as autarquias, as juntas, as câmaras são um rico terreno onde as populações poderão semear e colher para satisfação das suas necessidades; mas, antes de discutir o que vamos semear ou como o vamos há que tratar o terreno até agora nas mãos de inimigos do povo, há que o mondar de ervas daninhas, limpá-lo, prepará-lo, trazer até ele a iniciativa e o interesse de todos os que efectivamente têm de o trabalhar. Isto é uma tarefa que diz respeito a todo o povo: tem por isso de ser uma tarefa unitária.

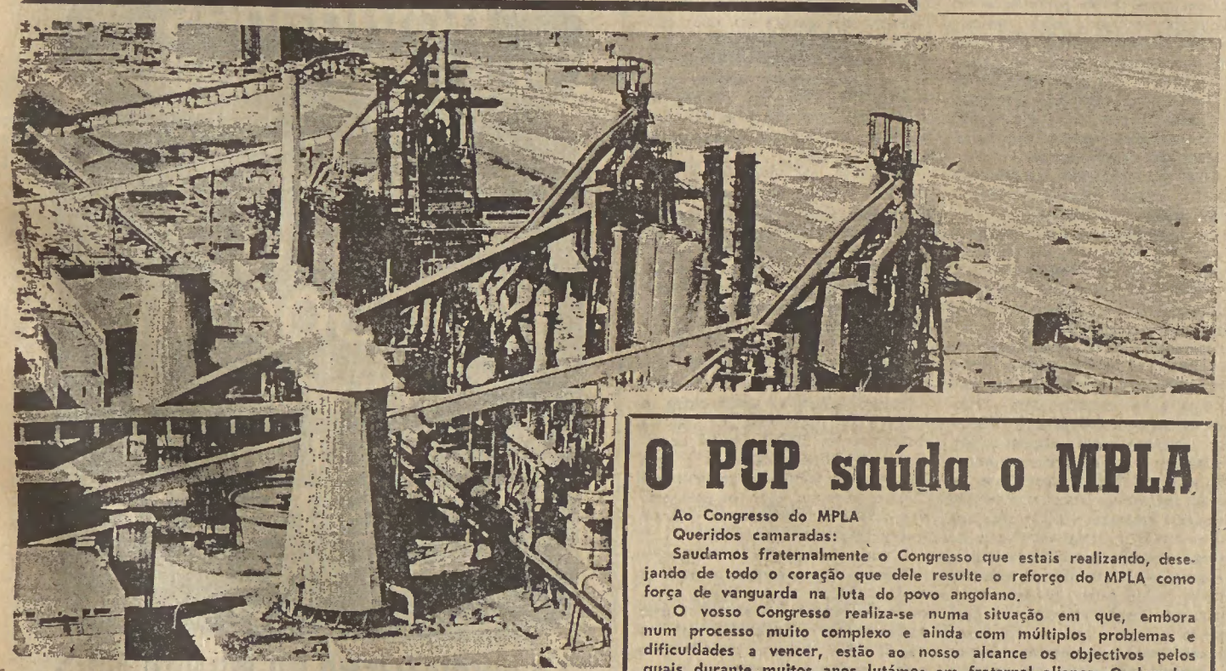
E tem de ser uma tarefa unitária não apenas a nível de organizações políticas. Há que ser unitária a nível das massas.

O que aponta para a necessidade de os activistas políticos de todas as localidades estabelecerem acordos sobre o fundamental trabalho nas autarquias. Unidade que é simples conseguir sobre o programa básico, sobre a tarefa primordial que é solidamente unitária: **ganhar autarquias para o serviço do povo, ganhar o povo para construir as autarquias.**

Para este trabalho, a experiência dos democratas escolhidos em amplas reuniões para ocuparem as comissões administrativas é um elemento precioso. Na verdade, torna-se necessário, antes de tudo o mais, um grande esforço de mobilização que abra as autarquias à participação de todo o povo. Reuniões públicas para inventariar problemas locais, criação de comissões de moradores ligadas às juntas para estudo ou resolução de problemas, elaboração colectiva de propostas e planos para solução de necessidades locais são métodos de trabalho democráticos que é urgente pôr em prática.

Parece importante salientar que o empenhamento das forças democráticas numa

(Continuação na 2.ª página)



INVESTIMENTOS DEMOCRACIA E INDEPENDÊNCIA

A ofensiva de certos círculos do grande capital contra o processo actual de democratização do País é hoje um facto incontestado. O encerramento de fábricas e os despedimentos em massa; o corte de créditos e de encomendas e o atraso nos pagamentos às pequenas unidades que vivem e laboram na de-

(Continuação na 2.ª página)

O PCP saúda o MPLA

Ao Congresso do MPLA
Queridos camaradas:

Saudamos fraternalmente o Congresso que estais realizando, desejando de todo o coração que dele resulte o reforço do MPLA como força de vanguarda na luta do povo angolano.

O vosso Congresso realiza-se numa situação em que, embora num processo muito complexo e ainda com múltiplos problemas e dificuldades a vencer, estão ao nosso alcance os objectivos pelos quais durante muitos anos lutámos em fraternal aliança. O derrubamento do fascismo e a formação de um Governo democrático em Portugal, o reconhecimento pelo Governo Português do direito do povo de Angola à independência são acontecimentos que criaram uma situação nova.

Hoje, como sempre, o PCP apoia a luta de libertação do povo de Angola e o MPLA. Consideramos que as novas tarefas que se colocam mais necessário tornam fortalecer os laços de amizade entre o nosso Partido e o MPLA. Desejamos ardentemente que se estreitem os laços de solidariedade criados entre os nossos dois povos na luta contra o regime fascista e colonialista. Fazemos sinceros votos de que, com a independência de Angola, se possam estabelecer entre os nossos países, livres e iguais, amplos laços de cooperação na base do respeito e do interesse mútuos.

Reafirmando-vos activa solidariedade enviamo-vos, e através de vós a todo o povo de Angola, calorosos votos de novos êxitos para a completa libertação e independência da vossa Pátria.

COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

O EMBAIXADOR SOVIÉTICO FALA AO «AVANTE!»

Na pág. 7, «Avante!» publica a primeira entrevista concedida em Portugal pelo embaixador da URSS, camarada Arnold Kalinin

Editorial

(Continuado da 1.ª pág.)

de que gozavam os pides-DGS presos. Impõe-se impossibilitar que tal situação e proteccionismo continuem.

As violentas cargas policiais contra os manifestantes em frente da Penitenciária e no Rossio revelam que nas forças militarizadas persistem métodos, tendências e hábitos incompatíveis com a democratização da vida portuguesa. Impõem-se medidas de saneamento e de reorganização. Tão prontas quanto possível.

O carácter provocatório, fascista e arrogante, de jornais de pseudopartidos e de certas paróquias mostra que o fascismo e a reacção se reorganizam e se sentem esperançados num regresso ao passado. Impõem-se medidas que impeçam a continuação de tal escândalo, incriminando os seus autores.

Num momento político tão delicado, a libertação de dirigentes e agentes fascistas, como Casal-Ribeiro e outros não pode deixar de provocar perplexidade e viva indignação. Impõe-se pôr imediato fim à libertação de responsáveis **fascistas, como Casal-Ribeiro e outros, não pode deixar de provocar perplexi-**

O Governo Provisório acaba de tomar algumas sérias medidas para impedir a continuação desses factos escandalosos. É necessário aplicá-las.

As ameaças e tentativas de intimidação dos comunistas, provocações contra postos de trabalho do PCP, continuam por toda a parte. Multiplicam-se as agressões a democratas, a intervenção de grupos fascistas organizados que provocam desordens, agridem e anavalham por vezes ante a passividade das forças de segurança. Impõe-se localizar os autores e inspiradores de tais acções e castigá-los severamente.

A exaltação e as provocações esquerdistas, chamando sobre si a atenção em actos irresponsáveis, dão uma certa cobertura às actividades contra-revolucionárias, com as quais, no fim de contas, acabam por confundir-se. Não se pode aceitar que se aponte para os esquerdistas como um perigo, se proíbam assembleias e manifestações consideradas de esquerdistas e, ao mesmo tempo, se dê rédea solta, às actividades da direita reaccionária, donde vem o perigo real.

O curso democrático tem de ser respeitado e os inimigos da revolução democrática têm de ser desmascarados e contidos.

É tempo de fazer parar as acções de provocação reaccionárias, que se inserem na organização mais vasta e mais perigosa da contra-revolução.

Desarticular e derrotar e contra-revolução

Numerosos factores mostram que a contra-revolução conspira com vistas à preparação de um golpe que suprima as liberdades e reconduza o País a uma ditadura.

Os conspiradores movem-se quase livremente, recrutam gente, preparam esquemas para a conquista do Poder.

O povo não pode ser mantido no desconhecimento destas perigosas actividades. Os órgãos do Estado, as forças democráticas e as massas populares devem, no momento actual, decuplicar a sua vigilância: **comunicarem, prontamente, às autoridades militares, assim como ao Partido Comunista Português e outras forças democráticas, tudo quanto pareça suspeito: reuniões de gente reaccionária, contactos em sítios recatados, afixação de cartazes anticomunistas, propostas de aliciamento, etc.**

O Estado e o povo em conjunto estão em condições de localizar e identificar os conspiradores e de intervirem prontamente para lhes cortar o passo.

Não se pode confiar na «recuperação» de elementos reaccionários, fechar os olhos a manifestos actos contra a situação democrática. Entendimentos ingénuos com reaccionários podem custar muito caro à democracia e à paz.

Uma coisa deve estar no espírito de todos. Se os fascistas e contra-revolucionários, **hoje tratados com excessiva benevolência, voltarem um dia ao Poder, podemos estar certos de não pouparem ninguém.** A contra-revolução vitoriosa significaria uma violentíssima repressão contra o MFA e as forças democráticas, em que muitas vidas pagariam os meses de liberdade da nossa Pátria.

É tempo de cessarem as contemporizações e o fechar de olhos.

Os conspiradores e provocadores devem ser descobertos, apontados, isolados e, se necessário, presos, julgados e condenados.

A vitória definitiva da democracia sobre o fascismo assim o exige.

Liberdades e ordem democrática

A reacção diz que se caminha para o caos. É ela que quer a desordem, a anarquia e a violência. Só na liberdade se pode alcançar ordem, paz, tranquilidade e segurança.

Existe, presentemente, uma situação democrática. Não um regime democrático. Só agora as liberdades estão a ser institucionalizadas. É uma necessidade. Liberdade tem de entender-se ligada à responsabilidade. Os termos de exercício das liberdades significam, necessariamente, uma certa limitação. Mas as liberdades devem ser tão amplas quanto possível.

Compreende-se que, numa coligação política vasta e variada como aquela que actualmente detém o Poder, haja opiniões diferentes acerca deste problema. As decisões sobre os assuntos mais candentes acabam por ser negociadas e decididas por compromisso. Os partidos não podem, porém, deixar de expor, em alguns aspectos fundamentais, os seus próprios pontos de vista.

O PCP, por seu lado, considera como inconvenientes limitações ao direito à greve, **a proibição da ocupação das empresas, os pré-avisos com larga antecipação, a suspensão dos salários pelo tempo de greve, as facilidades de resposta do patronato através do «lock-out».**

Considera como inconvenientes limitações ao direito de reunião e manifestação **a obrigatoriedade de excessivos prazos de pré-aviso e de percursos de cortejos, assim como a fixação de dias de semana para o efeito.**

Considera como inconvenientes limitações à liberdade de Imprensa **a livre propriedade dos grandes meios de Informação pelo capital financeiro, o estabelecimento da direcção dos jornais pelos proprietários, sem direitos de redacção, a proibição de que jornais que não pertençam a partidos políticos possam decidir, livremente, da sua orientação, incluindo a aproximação de ideias com tal ou tal partido.**

Considera como inconvenientes limitações à constituição de partidos políticos **a exigência de muitos milhares de assinaturas de eleitores proponentes do registo e a fixação de normas de funcionamento interno.**

O PCP luta para que as liberdades e direitos dos cidadãos sejam tão amplas quanto possível. **Sublinha, ao mesmo tempo, que, se forem estabelecidas reais liberdades, se a institucionalização das liberdades se não converter num colete de forças ao seu exercício,** é necessário cumprir e fazer cumprir a ordem democrática.

Os fascistas, pela natureza da sua ideologia e pelas provas das suas atitudes, são inimigos declarados da liberdade.

Instituindo-se as liberdades, será necessário impedir, severamente, que os fascistas as utilizem para as destruir. Será necessário fazer cumprir aos fascistas, como a quaisquer outros cidadãos, as leis democráticas ingentes.

Há certas tensões actuais na vida política portuguesa que, a não se estabelecer uma real e sincera cooperação, não poderão prolongar-se muito tempo. Pela sua parte, o PCP empregará todos os seus esforços para que a situação agitada e incerta em que vivemos se transforme numa situação estável, sólida, regida por leis democráticas e em que a ordem democrática seja respeitada e se faça respeitar.

Confiamos em que este objectivo será alcançado.

A Paz: uma exigência do Povo Português, uma vitória dia a dia mais próxima

NA HORA DAS NEGOCIAÇÕES PARA A PAZ E INDEPENDÊNCIA

O Congresso do MPLA, a retomada das conversações com a Frelimo, o prosseguimento das medidas para a transmissão dos poderes ao PAIGC na Guiné-Bissau foram os acontecimentos de maior relevo noticiados esta semana quanto à evolução nos territórios de África ainda submetidos ao colonialismo português. Em Angola e Moçambique, entretanto, após nova vaga de violência provocada por grupos colonialistas ou elementos marginais, ainda se mantêm muitos dos problemas de cuja solução depende o avanço do processo da independência.

O desenvolvimento geral dos acontecimentos confirma que estamos perante um processo irreversível. Alguns passos mais foram dados no sentido da aplicação prática do princípio do direito à independência. Dada a complexidade dos problemas que se levantam e os obstáculos ainda existentes, são evidentes as dificuldades com que ainda terá de se defrontar o processo iniciado, principalmente em Angola e Moçambique. A consideração e compreensão de tais dificuldades não significa, porém, que se não tenham em conta, ao mesmo tempo, os perigos originados pelo adiamento de alguns problemas. É no ambiente incerto das questões ainda pendentes que o colonialismo e as forças mais reaccionárias procuram encontrar campo para as suas manobras, para as confrontações violentas que lhes sirvam de argumento contra o rápido avanço do processo de descolonização.

Para cortar tais manobras pode grandemente contribuir, como o têm provado os últimos acontecimentos, o reforço e alargamento dos contactos, a vários níveis, com os movimentos de libertação representativos dos respectivos povos. Os grandes passos dados na Guiné, certos acordos parciais noticiados pela Imprensa em Moçambique são exemplo da utilidade real de tais contactos e do rápido progresso que eles permitem, desde que as posições de ordem geral sejam previamente clarificadas. Em contrapartida, tem-se visto como posições unilaterais, tomadas sem acordo prévio das partes interessadas, levantam novas dificuldades em vez de resolver as existentes, e podem criar mesmo novos obstáculos ao avanço dos acordos de fundo de que depende a resolução final do problema colonial.

Na actual fase tem-se vindo igualmente a destacar a importância do alargamento da cooperação de Portugal com a ONU e o interesse que teria o estabelecimento de contactos com as várias organizações internacionais igualmente interessadas no movimento de libertação africano, como a OUA.

A complexidade dos problemas que ainda se levantam na via da liquidação da dominação colonial portuguesa e a urgência com que muitos deles se apresentam exigem que todas as possibilidades e contribuições visando a sua mais rápida solução sejam devidamente aproveitadas.

TAREFA UNITÁRIA

(Continuado da 1.ª pág.)

orientação de decidido apoio à consolidação de uma democracia estável em Portugal, de estreita aliança entre as massas populares e as Forças Armadas, de construtiva colaboração com o segundo Governo Provisório permite largos horizontes ao trabalho nas autarquias. Importa na realidade que às populações se abram perspectivas concretas de acção, que delas próprias partam iniciativas que melhorem as suas condições de vida, sem aguardar medidas tomadas ao nível do poder central, antes pelo contrário auxiliando o seu trabalho através de iniciativas próprias, que enriquecem a experiência das massas, e da elaboração de propostas que constituam bases de trabalho coordenado a níveis superiores. Há que quebrar o atentismo criado por 50 anos de fascismo, o atentismo que leva a esperar que tudo venha «de cima», para o substituir por uma entusiástica, consciente e activa participação das populações na edificação e definição do seu futuro. Há que, no trabalho prático, conquistar as massas para a consciência de que a liberdade e a felicidade são possíveis — assim elas se empenhem decididamente na sua construção. Como estes três meses de vitórias democráticas amplamente o comprovam.

O estado democrático tem de ser construído em todo o País, tem de estar onde está o povo. E só o povo o poderá construir.

Camarada: lê e difunde o AVANTE!. Organiza postos e grupos de venda do teu jornal, o jornal dos trabalhadores.

INVESTIMENTOS, DEMOCRACIA E INDEPENDÊNCIA

(Continuado da 1.ª pág.)

pendência das grandes; a paralisação de investimentos e a fuga, mesmo recorrendo ao contrabando, de avultados capitais, são armas que nas mãos da reacção se usam actualmente para acelerar o processo inflacionista e provocar o caos económico.

Hoje, é assim que atacam; para amanhã outras formas certamente mais evoluídas e directas deverão estar no choco e, para as enfrentar e neutralizar, para lhes dar a resposta adequada, deve o nosso povo preparar-se.

No sector da indústria, esses círculos do grande capital não operam apenas ao nível das grandes empresas. Certos grandes capitalistas, mesmo alguns grupos multinacionais, recolhem a mais-valia do trabalho português em centenas de pequenas e médias unidades fabris que empregam muitos milhares de trabalhadores.

A sua insolvência é artificial e nada tem a ver com a insolvência real de muitos pequenos e médios industriais afectados pelas actividades sabotadoras dos referidos círculos.

Na sua intervenção do domingo último, o Primeiro-Ministro, coronel Vasco Gonçalves, veio apontar ao povo português a falsidade dos saldos positivos orçamentais e dos «preços políticos» praticada pelos antigos governantes fascistas. É uma verdade incontestável. Há ainda outras verdades que é preciso desnudar. É a altura de mostrar ao povo uma outra falsidade: a da chamada política de «fomento nacional» do regime anterior, a dos mirabolantes «planos de industrialização do País», apregoados aos quatro ventos pelos coriféus do fascismo.

O que se está a verificar da parte de alguns círculos das multinacionais é a comprovação prática dessa «industrialização» de pés de barro, sempre denunciada vigorosamente pelo PCP, então na clandestinidade. Bastou um primeiro «amuo» do grande capital, irritado pela pequena subida de salários dos trabalhadores portugueses, para pôr em evidência a estreiteza, a fragilidade e o carácter antinacional dos planos fascistas de industrialização.

Uma industrialização contrária aos interesses do povo

Principalmente sob o consulado de Marcelo Caetano foram enviados aos quatro cantos do mundo capitalista alguns «caixeiros-viajantes» do fascismo ligados à alta finança os quais puseram em almoeda o País a troco da protecção dos monopólios à sua política colonialista e de guerras coloniais.

Xavier Pintado e outros fizeram-no com bastante clareza nas suas viajatas. Aos grandes grupos monopolistas multinacionais dos Estados Unidos, da Alemanha Federal, ao Japão, etc. foram oferecidas vantagens aliciantes para investirem em Portugal. Apregoou-se uma mão-de-obra «industriosa e barata» (alguns chegaram mesmo a afirmar que os operários portugueses nem tinham sequer grandes exigências alimentares...); a completa isenção de impostos durante um largo período, incluindo os da importação de matérias-primas e produtos semi-acabados e sobresselentes; o custeio pelo Estado Português (leia-se pelo povo português) de onerosos estudos e projectos e principalmente custosas intra-estruturas; finalmente, a liberdade de transferiem para fora fundos e lucros sem qualquer obrigação de os investir em Portugal. Bom, e a juntar a tudo isto uma «boa» polícia política — a PIDE/DGS, capaz de reprimir ferozmente os trabalhadores recalcitrantes e pôr-os em respeito. Ao mesmo tempo, à luz duma falsa perspectiva de larga vigência no Poder do regime fascista, vislumbrava-se a possibilidade de explorar a classe operária portuguesa até ao infinito...

Com essas firmes garantias e tão aliciantes vantagens certos grupos multinacionais investiam em Portugal alguns milhões de contos. Instalações foram montadas, dezenas de milhares de operários (principalmente mulheres) foram empregados e Portugal tornou-se um dos paraísos do capital estrangeiro.

Qual foi, entretanto, a «industrialização» imposta pelos grandes grupos financeiros a Portugal?

Na electrónica, serviços dos mais lesivos da saúde dos trabalhadores (que o digam as operárias da Applied e da Signetics, por exemplo), fabrico de elementos que eram depois reunidos a outros doutras fábricas e doutros países em unidades que faziam a montagem e o acabamento final dos conjuntos; nas confecções e no calçado, uma produção quase exclusiva para os mercados externos (em alguns casos, aviões das próprias empresas multinacionais ou fretados para isso levavam para fora toda a produção dalgumas empresas), confecções que utilizavam e utilizam uma parte da nossa produção têxtil; e montagem de automóveis, camiões e tractores com a maior parte dos seus materiais oriundos do estrangeiro e cujo fabrico obedecia mais a objectivos de penetração nos mercados abertos a Portugal por efeito dos acordos da EFTA do que aos duma verdadeira indústria automóvel ao serviço do País; na celulose e pasta de papel, a florestação forçada e pouco compensadora em benefício da produção estrangeira, num país onde o défice do papel cria graves problemas à indústria gráfica e livreira, e portanto à expansão duma Imprensa democrática.

Insegurança económica — tecla dos inimigos de Portugal democrático

O 25 de Abril não agradou, é evidente, a certos destes grupos e a outros que chupavam e chupam ainda à larga na teta colonial. Organizou-se o pânico e a sabotagem económica nos arraiais da reacção internacional. Inventou-se a insegurança nas ruas e grandes surtos de cólera para desviar turistas estrangeiros para os centros concorrentes do turismo português — e, portanto, operar uma redução drástica na entrada de divisas (diga-se de passagem que foi dada a esta conspiração uma boa achega com a sonegação do envio para Portugal das remessas dos emigrantes que, contudo, as entregaram em maior valor do que nunca às organizações Bancárias que as deveriam remeter para o País). Agitou-se os perigos da nova situação política para os investimentos estrangeiros já realizados ou a realizar, etc.

«O clima de investimentos foi destruído mesmo num longo período no futuro» — diz o senhor Nils Panes, representante da Billeruds na CELBI, a um jornal sueco; outro, o senhor Nils Eckerbon, representante da Eriksberg na Lisnave, declarou que a «situação é ainda muito pouco clara mas, através duma paragem dos investimentos e fazendo restrições em diferentes sectores, nós podemos talvez este ano atingir a falência»; ainda outro, o senhor Ulf Hagenfeldt, da fábrica de confecções FRECO, de 80 operárias, que fornece calças à grande empresa da família Hagenfeldt em Orebro, afirmou: «Sim, as perspectivas para a indústria no país foram irremediavelmente atingidas».

E tudo isto porquê?

Principalmente porque os salários de 1600$00, uns um pouco mais, outros menos, foram afectados pelo estabelecimento do salário mínimo de 3300$00 (alguns trabalhadores menos realistas chegaram a reivindicar os 6000$00, como se sabe).

Depois, porque a liberdade sindical, o reconhecimento do direito à greve e outras medidas democráticas (em vigor nos países de origem desses grupos) foram possibilitadas aos trabalhadores portugueses pelo novo sistema de governo.

Condições favoráveis se abrem

É evidente que os investimentos estrangeiros são necessários ao País e que na conjuntura presente e na que se perspectiva no futuro imediato têm ainda vastas possibilidades duma larga e vantajosa retribuição. Vários sectores financeiros, mesmo multinacionais, parece estarem a compreendê-lo. A classe operária portuguesa e a sua vanguarda — o PCP — não repudiam a inversão de capitais estrangeiros e a sua participação num vasto plano de industrialização nacional que arranque Portugal do atraso a que o condenou o fascismo. Mas uma condição se impõe:

Hoje, com o 25 de Abril, abrem-se possibilidades novas para uma industrialização, ainda que com larga participação do capital privado, nacional e estrangeiro, mas esta tem de ser orientada no interesse fundamental do povo e do País — o que implica uma política de inversão de capitais estrangeiros sem condições políticas, o que exige a aceitação dos novos rumos políticos escolhidos pelo nosso povo.

Essas perspectivas são tanto mais amplas quanto é certo que o estabelecimento pela primeira vez de relações diplomáticas socialistas abre possibilidades para uma ajuda desinteressada nos planos económico, cultural, tecnológico, científico e mesmo financeiro desses países a Portugal. Queremos que o nosso povo vença o seu atraso mas não à custa da sua independência nacional.

DISTRIBUIÇÃO DO «AVANTE!»
À ATENÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES LOCAIS DO PCP

Solicita-se a todas as organizações do PCP que comuniquem regularmente ao «Avante!» — Serviço de Distribuição, até cada terça-feira, as quantidades de jornais que pretendem receber nessa semana.

«AVANTE!» — Rua António Serpa, 26 - 3.º, Dt.º — Telefone 76 64 45 — Lisboa-1

novidades
EUROPA-AMÉRICA

Um grande artista
Um lutador
Mikis
THEODORAKIS
DIÁRIO DE UM RESISTENTE
pela liberdade — contra o fascismo
105$

O SINDICALISMO NO MUNDO
—Georges Lefranc 55$

CRESCIMENTO ZERO ?
—Alfred Sauvy 105$

Peça na sua livraria ou directamente a
publicações europa-américa
Apartado 8 — Mem Martins

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DA INTERSINDICAL

«Venham, venham (diziam os fascistas aos capitalistas estrangeiros), venham roubar, explorar, rapinar, tomar conta do resto. Isto é o paraíso para vós.»

A «ordem» fascista, a estabilidade do regime, a repressão terrorista ao movimento operário, a inexistência de sindicatos livres, o domínio de toda a política nacional pelo capital financeiro eram apresentados aos imperialistas como as melhores garantias de chorudos lucros em Portugal.

Após o 25 de Abril e das medidas que foram tomadas pelo Governo Provisório, nomeadamente o estabelecimento do salário mínimo nacional, as sociedades multinacionais que se tinham instalado no nosso país sentiram que tinham acabado os «bons tempos».

Uma onda de despedimentos colectivos, encerramento de fábricas e ameaças para redução para cerca de um terço do tempo de laboração normal, foram a resposta das multinacionais. No sector da electrónica, a situação é particularmente grave. Para denunciar as manobras e a sabotagem neste sector, a Intersindical realizou no passado dia 14 de Agosto uma conferência de Imprensa. Foi revelada a situação em várias empresas no sector da electrónica e material eléctrico. Foram despedidos 116 trabalhadores na Applied; na consequência da acção desenvolvida, a direcção abandonou a fábrica deixando 600 trabalhadores desempregados. Na D. S. Electrónica, 19 operários foram despedidos, recusando-se a sair da fábrica, a direcção fechou a fábrica aumentando o número de desempregados para 45. Na Consilium, após a apresentação do caderno reivindicativo foram despedidos colectivamente 34 trabalhadores, tendo o patrão tentado recrutar por meio de anúncios novos trabalhadores. Na Creator, a fábrica foi fechada e 80 trabalhadores ficaram sem trabalho, foram feitas vagas promessas de trabalho para 23.

Noutra empresa, a Facel, onde trabalham cerca de 600 trabalhadores, foi apresentada uma proposta de alternativa à comissão de trabalhadores: o despedimento colectivo de 225 operários ou a redução do tempo de trabalho para um terço aproximadamente, tendo por consequência uma redução considerável no montante de salário. Na mesa estavam presentes vários trabalhadores em representação das diferentes empresas em conflito. O representante dos trabalhadores da fábrica Signetics de Setúbal chamou a atenção para o caso que se está a passar nessa empresa, considerado bastante grave. Numa petição enviada ao Ministério do Trabalho pela administração daquela empresa multinacional, alegando dificuldades de mercado e de competição, apresentou a seguinte alternativa: despedimento colectivo de 1000 trabalhadores (sobre um total de 1300) ou o despedimento colectivo de 800, conservando os restantes numa base de trabalho em que alternam uma semana sem trabalho e outra ao serviço.

As grandes companhias multinacionais não se conformam com a nova situação política. Manobram e tentam sabotar a economia nacional, lançando milhares de trabalhadores no desemprego. A Intersindical considera que é urgente que se desenvolva a campanha de solidariedade para com os trabalhadores em luta como meio de fazer fracassar estas manobras do imperialismo.

Durante a conferência de Imprensa, no Sindicato dos Motoristas

DE VILA FRANCA DE XIRA AO COUÇO

SEAREIROS DE MELÃO E TOMATE ORGANIZAM-SE EM TODO O RIBATEJO

Uma ampla organização de seareiros de melão e tomate está a formar-se em todo o Ribatejo, a partir da experiência de comissões constituídas nas lezírias do vale do Tejo. No Couço, onde os seareiros inicialmente estavam a ser manipulados pelos grandes agrários na ALA, esboçam-se agora tentativas para a formação de comissões que negocelem directamente com os grandes agrários as condições de arrendamento para a próxima campanha.

Os seareiros produtores de melão do Vale do Tejo fizeram recentemente uma exposição ao secretário de Estado da Agricultura, em que mostram querer criar uma organização que os defenda. No Couço, onde o «Avante!» esteve este fim-de-semana, em reportagem, a falta de uma organização deste tipo permite que alguns seareiros continuem a ser manipulados pelos grandes lavradores.

A comissão de produtores de melão da região de Alpiarça, com quem contactámos nos campos, na sua qualidade de rendeiros, apreciam em documento enviado recentemente à Secretaria de Estado da Agricultura a grave situação que se desenvolve nos campos de Vila Franca de Xira e noutras zonas do vale do Tejo.

Esta comissão, que desde 1971 vem assumindo posição em defesa dos seareiros de melão, é o gérmen duma *organização ampla cujos objectivos foram sempre* defender os seareiros das arbitrariedades dos «donos» da terra, exigindo paralelamente a fiscalização do melão verde, um maior apoio técnico e preços de produção e comercialização, para que o público não seja vítima da especulação.

Rendas: 9 a 12 contos

«Para dar uma ideia de como se praticam os arrendamentos desta campanha de 1974, basta dizer que os preços por hectare foram de 9 a 12 contos, mas por um período de 6 meses, porque nos outros 6 meses a terra é explorada pelos proprietários como pastagens de gado. Actualmente os pagamentos das rendas são os seguintes: 1) metade da renda paga seis meses antes de começar a cultura e a outra metade no início da cultura; 2) a renda toda paga antes de começar a cultura.

Ora este sistema de pagamento obriga os seareiros a recorrer a empréstimos bancários com todas as consequências (juros, etc.) que vêm aumentar as dificuldades económicas dos mesmos» — afirmam os seareiros no seu documento.

E concretizando as condições económicas que originaram a sua deslocação, durante seis meses de cada ano, para os campos do vale do Tejo, os meloeiros de Alpiarça reafirmam:

«Foi por dificuldades económicas, causadas principalmente pelo desemprego, que estes trabalhadores se deslocaram da sua terra e passaram a dedicar-se a este tipo de cultura.»

O que querem os meloeiros?

«Estes trabalhadores preferiram uma vida dura, uma vida de sacrifícios vivendo em barracas sem o mínimo de condições de higiene e conforto, uma vez que até a própria água das valas com que nos lavamos, com que a nossa roupa é lavada e da qual damos de beber aos animais, está poluída (ou até envenenada pelos processos químicos utilizados nas monadas dos arrozais). Sujeitos a todas as intempéries, trabalharam muitas vezes 15 e 16 horas por dia, na ânsia de melhorarem as suas condições de vida e darem uma educação a seus filhos que a eles lhes foi negada.

Mesmo assim, vivendo em péssimas condições, estes trabalhadores preferiram esta migração e não a emigração a qual só contribuiria para o enriquecimento doutros países.»

Os meloeiros organizados em comissões, fizeram apelos para a organização de todos os seareiros do Ribatejo que defrontam neste momento os grandes agrários que lhes criam dificuldades nos arrendamentos.

«O que pretendem os produtores de melão através da sua comissão?

1.º Que o Governo Provisório estabeleça preços para o arrendamento das terras de forma que os rendeiros as possam trabalhar condignamente e colocar no mercado consumidor produtos mais baratos.

2.º Que seja dado a este ramo de exploração uma assistência técnica e financeira condigna.

3.º Que o Governo Provisório estabeleça no princípio das campanhas preços de produção e comercialização em que ambas as partes tenham a rentabilidade justa do seu trabalho e que o consumidor não seja vítima de especulação como tem sido até aqui.

4.º Caso as terras não sejam exploradas de forma adequada, que sejam nacionalizadas e entregues a grupos de trabalhadores agrícolas com auxílio, assistência e controlo do Governo.»

Os seareiros declaram estar na *firme disposição de trabalharem neste ou em qualquer outro tipo de exploração agrícola, para a edificação de um Portugal livre, democrático.*

No Couço é urgente uma organização de seareiros

No concelho de Coruche, a actividade dos seareiros de tomate é predominante. Os seareiros, que viam nas fábricas transformadoras o seu principal explorador, iludidos por um aumento do valor do tomate por quilo, surgido após o 25 de Abril, voltaram-se em alguns casos contra os operários agrícolas, para os quais, com plena justiça se estabeleceu recentemente uma convenção colectiva de trabalho.

No debate que tivemos no Couço com diversos seareiros, o «Avante!» foi alertado para a atenção com que os pequenos seareiros do Couço seguem a experiência dos seus camaradas de Vila Franca de Xira e pela forma como condenam alguns seareiros oportunistas:

«Os grandes agrários querem isolar os pequenos seareiros do Couço, pretendendo que eles se oponham aos operários agrícolas. A nossa luta de seareiros não é contra a melhoria do nível de vida dos operários agrícolas. Muitos de nós somos operários agrícolas noutros períodos. Nós devemos lutar, como os seareiros de Alpiarça, pela melhoria dos preços, contra as rendas altas, pelo controlo da comercialização, pela organização dos seareiros em grandes cooperativas que negoceiem com as fábricas ou com o mercado os preços da nossa produção, limitando a margem de lucro dos intermediários e combatendo a especulação.»

Um caminho comum: As comssões de seareiros em todo o Ribatejo

Nos múltiplos debates que o «Avante!» fez neste fim-de-semana com os seareiros, dois tipos de tarefas aparecem desde já como imediatas, aos seareiros de todo o Ribatejo:

1.º A organização de comissões locais que estabeleçam os arrendamentos com os grandes agrários, negociando pé de igualdade com o latifundiário.

2.º A criação de cooperativas de comercialização de melão ou de associações para a realização de contratos para a venda de tomate às fábricas.

Estas duas iniciativas permitirão unir os seareiros, defendendo os preços na produção e diminuindo o capital que têm de entregar antecipadamente aos grandes agrários. A organização dos seareiros em todo o Ribatejo, em unidade e colaboração com o Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém, abrirá novas perspectivas ao desenvolvimento destas importantes actividades produtivas.

MOTORISTAS SINDICATO EM LUTA

Os sindicatos dos motoristas, após o 25 de Abril, têm-se movimentado numa luta organizada em torno dos inúmeros problemas que abrangem as diferentes classes de profissionais neles abrangidos: motoristas de carga e aluguer, motoristas de veículos ligeiros de passageiros de aluguer, profissionais de aluguer de automóveis sem condutor, profissionais do serviço público dos transportes colectivos urbanos e outros.

Exemplo desta movimentação é a campanha desenvolvida junto dos motoristas de carga e aluguer e a apreciação em curso do diploma legal, herdado do fascismo, que regula a concessão de alvarás de veículos ligeiros de passageiros de aluguer.

«Nem mais um quilo!».

Como resposta ao desemprego verificado no sector de cargas e aluguer e como protesto relativamente ao elevado número de acidentes provocados por excesso de carga, os dezoito sindicatos de motoristas do País aderiram, em peso, à campanha «Nem mais um quilo!», lançada pelo Sindicato dos Motoristas do Distrito de Lisboa.

O patronato utiliza, como uma das muitas formas de exploração, o expediente de obrigar os trabalhadores a carregarem nos carros uma tonelagem muito superior aos limites legais. Objectivo imediato? Responde-nos um comunicado dos Sindicatos dos Motoristas: «Muito simples: é que pagando o salário de um trabalhador, este está a trabalhar por dois ou três e às vezes mesmo mais», alimentando, assim, o desemprego no sector, o que constitui também um «contrôle» do patronato a nível salarial. Por outro lado, a situação assume foros de crime, na medida em que é causa constante de trágicos acidentes.»

Daí, a popularidade desta campanha que movimenta milhares de trabalhadores. Eis alguns dados exemplificativos da amplitude da classe no País: Lisboa: 9000 profissionais; Porto: 6000; Setúbal: 2400; Santarém: 3800; Leiria: 3750; Coimbra: 4500; Aveiro: 4000; Faro: 1500; Braga 1300; Viseu e Évora: 1000.

Nesta campanha, correspondendo ao pedido do Sindicato dos Motoristas do Distrito de Lisboa, colaboram brigadas de Trânsito da GNR e da PSP, que possuem balanças móveis, com vista à fiscalização dos veículos a circular.

Tratando-se de uma classe, cujas características de trabalho isolado, não constituem um meio favorável para uma movimentação massiva de noventa por cento dos trabalhadores do sector, esta campanha representa já uma tomada de consciência dos seus problemas a nível superior. Tanto mais que se trata de uma luta conduzida não, por objectivos de imediata satisfação económica mas de solidariedade.

«Avante!» saúda os motoristas de carga e aluguer pelo seu grau de consciência de classe que a prática irá alargando e cimentando.

Em discussão prioridades de licenciamentos

Delegados dos sindicatos de motoristas dos distritos de Lisboa, Porto, Coimbra, Évora, Aveiro, Viseu, Leiria, Braga, Bragança, Vila Real, Portalegre, Santarém e Setúbal estiveram presentes na reunião de âmbito nacional, realizada no dia 19, em Lisboa, na sede do sindicato local.

O objectivo imediato da reunião consistiu na discussão da portaria 803/73, que regula a concessão de licenças de aluguer em veículos ligeiros de passageiros nas sedes dos concelhos urbanos.

A presente portaria, projectada no regime anterior, estabelece uma ordem de prioridades na concessão de licenciamentos que não satisfaz as aspirações da classe. É o seguinte o esquema de prioridades agora posto pelo secretário de Estado de Transportes e Comunicações, à discussão dos Sindicatos:

1.º Motoristas profissionais, com pelo menos um ano de inscrição no sindicato respectivo e que há mais tempo exerceram efectivamente a profissão.

2.º Industriais que já explorem a indústria de transportes em veículos ligeiros de passageiros de aluguer.

3.º Industriais que já explorem a indústria de transportes em veículos ligeiros de mercadorias.

4.º Industriais que já explorem a indústria de transportes em veículos pesados de mercadorias.

5.º Proprietários de veículos de carga licenciados nos termos do artigo 42.º de decreto 46 066 de 7 de Dezembro de 1964.

6.º Quaisquer outros indivíduos que obedeçam aos requisitos genéricos enunciados no número seguinte.

Para que a análise deste diploma reflicta as posições a nível nacional, os dezasseis sindicatos presentes solicitaram à Direcção-Geral de Transportes Terrestres a prorrogação do prazo concedido por este organismo (8 dias) por mais um mês.

Impõe-se um CTT a nível nacional

Um dos pontos aprovados na reunião foi a constituição de um secretariado a nível nacional composto por delegados dos sindicatos distritais. A função deste secretariado será a abordagem das questões com que a classe se debate actualmente.

Entre os muitos problemas sobre os quais este secretariado se vai debruçar encontra-se o estabelecimento de um Contrato Colectivo de Trabalho a nível nacional. Este projecto constitui uma primeira medida para a unificação sindical, pois a existência de dezanove sindicatos distritais, alguns de dimensão mínima é, objectivamente, um obstáculo ao fortalecimento da unidade da classe, beneficiando a exploração patronal.

Um contrato colectivo de trabalho a nível nacional favorece, pois, a unidade dos profissionais sujeitos a discriminações arbitrárias, tomando como base uma diferença de categorias, a saber, a «Letra A» que engloba cerca de 15 mil trabalhadores em todo o País, excluindo os distritos de Braga, Coimbra, Porto, Setúbal, Lisboa e concelho de Cascais, onde vigora a categoria «Táxis».

O trabalho já desenvolvido, inclusivamente nas duras condições do fascismo, e os projectos de acção futura correspondem aos interesses dos diferentes sectores de profissionais abrangidos pelos sindicatos de motoristas, pelo que a classe não deixará de apoiar os camaradas das direcções já saneadas que merecem a confiança dos trabalhadores.

Último homenagem a um militante comunista

Benavila em peso rendeu a sua última homenagem a Artur Cavaco Garcia, que morreu recentemente em Sacavém.

Operário da Olaio, Artur Cavaco Garcia era muito prestigiado entre os trabalhadores. Deixou a sua actividade ligada às grandes lutas dos assalariados agrícolas alentejanos pela histórica conquista das 8 horas. Preso pela PIDE, foi ferozmente torturado e permaneceu na prisão durante 5 anos. Era militante do PCP.

No seu funeral, em que se incorporou quase toda a população de Benavila, usou da palavra o camarada Joaquim Velez, que se referiu à sua actividade de militante comunista.

NOVIDADE

A ORIGEM DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

pelo Tenente-Coronel LUÍS ATAÍDE BANAZOL

Esc. 35$00

PRELO EDITORA — Rua da Misericórdia, 67-2.º — Lisboa

Em Portalegre

Os trabalhadores agrícolas organizam os seus sindicatos

No dia 18 de Agosto realizou-se em Portalegre, na sede do Movimento Democrático Português, uma reunião de delegados das Comissões Sindicais dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Portalegre, com a presença de sesesnta delegados em representação de dezanove freguesias. Participaram também nos trabalhos delegados do secretariado do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas dos distritos de Évora e Beja, bem como da Intersindical.

Depois de uma ampla discussão e troca de experiências sobre a organização dos sindicatos agrícolas e sua importância na unidade e organização do proletariado agrícola e sobre a necessidade de uma Convenção de Trabalho e de incentivar a luta contra os despedimentos, tomaram-se decisões sobre os principais pontos debatidos.

Assim, no que se refere ao Sindicato, foi eleita uma comissão provisória pró-sindicato do distrito de Portalegre composta por 10 elementos. Esta comissão ficou encarregada de estudar as convenções de trabalho para o distrito e de assegurar a continuidade dos trabalhos para a constituição do Sindicato. Decidiu-se igualmente incentivar, na base de amplas reuniões de trabalhadores, a criação de comissões pró-sindicato nas freguesias onde ainda não existam e dar os passos necessários para a abertura de uma sede do Sindicato (provisoriamente, o MDP de Portalegre cedeu uma sala nas suas instalações, mas foi igualmente decidido que as comissões a nível de freguesias e concelhos utilizassem para os seus trabalhos as Casas do Povo).

No que se refere às convenções de trabalho, a assembleia decidiu incentivar reuniões ao nível de freguesia para estudo de projectos de convenção, na base da de Beja, ficando a comissão provisória responsável por coordenar todo este trabalho até à próxima reunião (marcada para 8 de Setembro, às 13 horas, na sede do MDP). Foi ainda acordado que seria de toda a conveniência que as convenções colectivas fossem assinadas a nível de concelho e decidiu-se exigir do Ministério do Trabalho medidas que impeçam a violação de convenções assinadas.

Finalmente, sobre o problema dos despedimentos, foi feita inicialmente uma cuidada análise da situação, caracterizada por despedimentos em massa por parte dos grandes agrários, tendo-se decidido solicitar medidas urgentes não só para pôr termo a esta situação como também para obrigar os proprietários a procederem ao cultivo dos terrenos que muitos têm deixado abandonados, bem como a fazerem colheitas, uma vez que a sabotagem nesse sector começa a atingir proporções graves. No documento final da reunião o ponto 4 assinala também a decisão de exigir a substituição dos delegados do INTP por outros funcionários do Ministério do Trabalho por aqueles se revelarem comprometidos com os grandes agrários.

OS TRABALHADORES DA MUTUAL OBTIVERAM SATISFAÇÃO PARA PONTOS REIVINDICATIVOS ESSENCIAIS

Após vinte e seis dias de luta persistente e unida, os trabalhadores da companhia de seguros Mutual obtiveram, através da mediação do Ministério do Trabalho, satisfação para pontos reivindicativos que consideravam fundamentais, designadamente: constituição duma comissão de inquérito (paritária) para apreciação da actuação do chefe do pessoal relativamente aos trabalhadores da empresa; admissão da trabalhadora Maria Teresa Dantas, no quadro de pessoal de carteira e com dez anos de antiguidade, que havia sido despedida sem justa causa; e integração no pessoal de carteira de trabalhadores até agora classificados entre o pessoal auxiliar (dois dos casos serão objecto de apreciação por parte duma comissão paritária grémio-sindicato). Além disso, os trabalhadores e a Administração comprometeram-se, na acta formal do acordo, a estabelecer um calendário de reuniões para reinício da discussão dos restantes pontos do caderno reivindicativo. Foi ainda estabelecido um acordo de prestação de serviço suplementar e sobre a sua remuneração, que impedirá que os trabalhadores sofram descontos substanciais nos seus vencimentos em virtude dos dias que se mantiveram em greve.

A luta dos trabalhadores da Mutual culminou, assim, numa primeira fase que, desde já, se pode considerar positiva. A unidade sem desfalecimentos de que deram provas, aliada à solidariedade activa que lhes foi prestada por todos os trabalhadores de seguros e pelos trabalhadores em geral, é garantia de que saberão encontrar soluções adequadas para a consecução de todos os pontos do caderno reivindicativo.

A SOLIDARIEDADE DE TRABALHADORES CONTRA AS MANOBRAS DO GRANDE CAPITAL

Procurando sabotar a economia nacional, tendo em vista criar dificuldades ao processo de democratização do País, os grandes grupos capitalistas nacionais e internacionais tentem recuperar os privilégios que tinham antes do 25 de Abril.

A sabotagem económica reveste-se de várias formas: dificuldades de crédito às pequenas e médias empresas, paralisação de encomendas, retenção de investimento, despedimentos parciais ou colectivos de trabalhadores sem justa causa, tentativas de encerramento de fábricas. Milhares de trabalhadores encontram-se presentemente desempregados, na consequência desta política do grande capital.

A Comissão Executiva dos trabalhadores da Caixa Geral dos Depósitos decidiu criar uma comissão de recolha de fundos para acudir às necessidades mais urgentes dos trabalhadores da Applied Agapo!, Consilium, etc, e ainda aos trabalhadores rurais de Beja, Évora e Santarém. Esta comissão afirma num comunicado distribuído: «É dever dos trabalhadores formar um bloco, uma frente única de resistência e liquidação desses ataques, solidarizando-se com todos os que são vítimas da repressão do capital.

Esta campanha teve já como aspectos práticos a entrega de 50 000$00 para os trabalhadores da Applied, 17 000$00 foram entregues à Intersindical para os trabalhadores da CONSILIUM e ainda 13 000$00 destinados aos trabalhadores rurais a distribuir pela Intersindical. O mesmo comunicado afirma ainda que a comissão de recolha de fundos pensa entregar brevemente à Intersindical mais importâncias apuradas na campanha de solidariedade com todos os trabalhadores que lutam, não só pela melhoria de condições de vida, mas também para que os seus camaradas não sejam despedidos ou que os seus salários sejam atingidos pelas manobras do capital.

NO MUNDO DO TRABALHO

PLENÁRIO DA INTERSINDICAL — Em comunicado distribuído à Imprensa, a Intersindical Nacional convoca para os dias 24 e 25, respectivamente às 14 e às 10 horas, na sede, o Plenário desta organização.

Da ordem de trabalhos constam os seguintes pontos: dia 24 — Previdência, Fundos (Aplicação da oferta da FDGB). Informações; dia 25 — Despedimentos e aumento do custo de vida, Legislação Sindical, Conferência Sindical Mundial de Solidariedade com o Povo Chileno, Moções e Resoluções e Conclusões.

OS TRABALHADORES DA APPLIED CONTINUAM A SUA LUTA!

Com pedido de publicação, recebemos de trabalhadores da Applied o seguinte comunicado:

«Os trabalhadores da Applied continuam a sua luta!

Depois da fuga do administrador e do posterior encerramento da fábrica sem pagamentos aos trabalhadores, estes organizaram uma campanha de recolha de fundos na via pública que viria a terminar devido às atitudes insultuosas que certos elementos reaccionários tomavam perante os trabalhadores que recolhiam os fundos.

Foi nesta altura que recebemos o apoio oficial por intermédio do Ministério do Trabalho com 1650$00 para cada trabalhador e foi também nesta altura que apelámos para uma campanha de solidariedade campanha esta que não se fez esperar. Assim, até hoje não tem parado a recepção de fundos daqueles que sentem o momento que os trabalhadores da Applied atravessam. Mas, apesar de termos recebido 1650$ do Ministério do Trabalho e quase três centenas de contos nesta campanha de solidariedade, a nossa situação não deixou de ser bastante má.

Entretanto, ao mesmo tempo que decorre esta campanha de solidariedade decorre uma campanha caluniosa de difamação da comissão de trabalhadores e dos trabalhadores que a apoiam mais firmemente. Esta campanha, lançada por um grupo de chefes que sempre apoiou o administrador e que neste momento luta para enviar o material que se encontra na fábrica para os Estados Unidos sem garantias de receber o dinheiro pelo seu envio, tem como objectivo dividir os trabalhadores e, também, evitar que estes desmascarem a atitude do administrador como sabotadora do processo democrático em Portugal. É também dentro deste espírito que temos recebido inúmeras cartas de indivíduos dos mais reaccionários que nos ameaçam fisicamente e dizem sermos nós os causadores da fuga do administrador, nós que chegámos ao ponto de desistir de todas as reivindicações conseguidas e de consentir na demissão da comissão de trabalhadores representativa e eleição de uma outra com representantes da entidade patronal para que a fábrica não fechasse.

As intenções destes fascistas são por demais evidentes; a luta dos trabalhadores da Applied tornou-se-lhes incómoda porque tem desmascarado a intenção do administrador imperialista ao despedir 640 trabalhadores como uma parte das tentativas da reacção para entravar o processo democrático em Portugal.

Os trabalhadores da Applied apesar da sua situação difícil não desistirão da sua luta e continuarão a desmascarar aqueles que pretendem que o fascismo volte a Portugal, ao mesmo tempo que alertam a população para não se deixar influenciar por boatos que só prejudicam os trabalhadores e sobretudo para que desmascare os elementos provocadores que os lançam.

Finalmente, damos o nosso reconhecimento a todos aqueles que numa atitude solidária nos enviaram fundos, ao mesmo tempo que continuamos a apelar para a solidariedade de todos os trabalhadores no sentido de contribuírem para remediar uma situação que hoje é dos trabalhadores da Applied mas que amanhã pode ser de outros.»

Enumeramos, a propósito, algumas das empresas cujos trabalhadores aderiram à campanha de solidariedade aos trabalhadores da Applied, que atinge, neste momento, 279 811$30: Isolux, Francisco B. Bruno, T. L. P., Promática, I. T. T., Standard, Autosil, Vittron (através da Intersindical e do Sindicato dos Trabalhadores Electricistas), Multiplano, Ubague, General Motors, Efacec, Melka, Siemens, Direcção-Geral de Transportes Terrestres, Siderurgia Nacional, Gulbenkian, Petroquímica, Indústria Metalúrgica Presidente, Lever, etc.

Têm-se verificado, igualmente, grande número de contribuições individuais de estudantes, trabalhadores e outras camadas da população, assim como de cem jornalistas do «Guardian» e de democratas ingleses.

Os trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos, através da Intersindical, contribuíram com 50 contos.

ARMADORES DE MATOSINHOS PRETENDEM FAZER DESPEDIMENTOS

Tal como o patronato reaccionário, armadores do porto de Leixões não se sujeitam a ver reduzidos os seus lucros.

António Pereira Ramalheira, uma grande fortuna que é suor e risco dos trabalhadores marítimos, já não manda ao mar o «Senhora da Hora», porque não dá «rendimento»... É dono de outro arrastão, o «Justino Ramalheira» que «dá» superlucros (em 12 meses apura cerca de 11 mil contos, segundo informam os seus tripulantes).

Os tripulantes do «Senhora da Hora» foram despedidos. Porque não foram admitidos ao serviço no «Justino Ramalheira»?

Idêntico caso se passa com o «Beirão». O armador quer despedir dois tripulantes, porque «não chega...» O mesmo armador possui o «Veneza de Portugal» e o «Conímbriga», dois grandes arrastões que chegam para lhe garantir os lucros que deseja. Mas, ao pretender despedir pessoal do «Beirão», o armador «esqueceu-se» disso...

Seguindo-lhes na esteira, outros armadores estão a despedir um tripulante por arrastão.

O «Avante!» alerta todos os trabalhadores marítimos contra esta manobra que, só em Matosinhos, a ser concretizada, lançaria no desemprego mais de 60 pessoas.

EM SANTIAGO DO CACÉM

CERCA DE OITO MIL PESSOAS ASSISTIRAM AO 1.º COMÍCIO DO PCP

Terra das mais oprimidas pelo fascismo, considerada, até 25 de Abril, como um reduto da reacção, o seu povo fez questão de tornar bem claro que, finalmente, também em Santiago do Cacém, «o povo é quem mais ordena».

Após a sua inauguração, pelas 17 horas, do dia 17 de Agosto, o Centro de Trabalho do PCP, instalado na cadeia velha, junto ao jardim da vila, foi visitado por mais de um milhar de militantes e simpatizantes do PCP e outros democratas.

A noite, milhares de pessoas desfilaram pelas ruas da vila cantando o «Avante Camarada», dando vivas ao MFA e ao PCP, entoando «slogans» como «Unidade», «Abaixo a reacção», «O fascismo não passará».

Seguiu-se, no campo de futebol, o 1.º Comício do Partido Comunista Português em Santiago do Cacém, presenciado e vivido entusiasticamente por cerca de 8000 pessoas.

Santiago do Cacém do PCP convidou para presidir ao grandioso comício José Carlos, da DORN, filho da terra, onde foi operário corticeiro: momento de grande emoção, que provocou lágrimas em muitos rostos.

Abriu a série de intervenções o camarada Modesto Pereira, da organização local, que referiu a necessidade e urgência de reforçar a unidade, de prosseguir com o saneamento daqueles que foram dedicados servidores do regime fascista, de continuar o trabalho de organização dos operários e trabalhadores agrícolas.

Depois das saudações das organizações concelhias de Sines e Grândola e das organizações das freguesias de Ermidas, S. Domingos da Serra, Santo André e Cercal do Alentejo, e das intervenções dos representantes da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, da Comissão Democrática e do Núcleo do PS de Santiago do Cacém, usaram da palavra José Carlos, da DORN, Américo Leal e Francisco Miguel do CC.

Depois de manifestar a sua grande alegria por finalmente poder falar livremente na sua terra, José Carlos salientou a necessidade de todos os trabalhadores se organizarem, no campo, nas fábricas, em todos os locais de trabalho, e apelou para a unidade dos operários com as massas camponesas.

O camarada Américo Leal, do CC, deteve-se em especial no importante significado para o nosso país e para o povo português da histórica declaração de 27 Julho, a qual, ao reconhecer aos povos das colónias o direito à autodeterminação e à independência, constituiu um passo enorme no caminho da libertação do próprio povo português. Mais adiante, o camarada Américo Leal referiu-se às manobras da reacção e à campanha anticomunista, apoiada na mentira e na calúnia.

Depois de saudar todos os comunistas, todos os trabalhadores e todos os democratas presentes, em nome do Comité Central, o camarada Francisco Miguel criticou o facto de se ter tornado possível que os ex-pides presos na Penitenciária de Lisboa se tivessem amotinado e referiu os muitos camaradas que viu morrer no Tarrafal, muitos dos quais ou nem sequer tinham sido julgados ou já tinham terminado as penas a que tinham sido condenados pelos próprios tribunais fascistas. E convidou todos os advogados, todos os responsáveis, de Lisboa e de todo o País, a repararem mais nas ilegalidades e crimes cometidos pelo fascismo e a sua polícia e não nas pseudo-injustiças de que os ex-pides presos há três meses já se atrevem a queixar-se. A injustiça — disse o camarada Francisco Miguel — não é tê-los presos, mas dar-lhes facilidades e não os punir como merecem.

Referindo-se ao reconhecimento do direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência, Francisco Miguel afirmou que esse facto histórico provará que Portugal não só não morrerá por não ter colónias mas que, pelo contrário, começará verdadeiramente a ser independente — é porque tem oprimido os povos africanos que Portugal tem sido — e ainda é — um país subjugado pelo imperialismo estrangeiro.

Noutro passo da sua intervenção, Francisco Miguel, caracterizando o momento político que vivemos, disse que os trabalhadores e democratas não têm razões para ter medo e que os que estão contra a letra e o espírito do Programa do MFA é que estão fora da lei e poderão ter razões para ter medo e se esconderem.

E, com a actuação calorosamente aplaudida de Ary dos Santos, Luísa Basto e Carlos Paredes, terminou em ambiente de festa este grandioso comício.

COMÍCIO DO PCP EM BENAVENTE

«Aqueles que se apropriaram com a ajuda do Governo fascista de milhares de pequenas e médias propriedades acusam hoje o PCP de querer apoderar-se das propriedades dos pequenos e médios camponeses» — afirmou Pedro Soares diante de um auditório que enchia completamente a sala do cinema local.

A reacção manobra para intimidar, para dividir, para isolar as massas populares do PCP e das outras forças antifascistas. Mas o povo dá cada vez mais provas da sua consciência política e da sua força.

As forças reaccionárias de Benavente sentiram sem sofismas que os tempos mudaram.

Assim o demonstrou o comício do PCP que teve lugar no passado dia 16 no cinema local de Benavente. Sala repleta de trabalhadores rurais, camponeses, jovens, mulheres, daquela localidade e dos arredores, que vieram expressamente para assistir à sessão de propaganda do Partido Comunista.

No fundo do palco, uma enorme bandeira do PCP. Na tribuna reservada aos oradores a bandeira nacional. Abriu o comício o representante do Movimento Democrático de Benavente — CDE — José Maria Gaspar, membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal. Numa curta intervenção, aludiu ao significado do 25 de Abril e ao significado do comício do PCP, única força política que conduziu uma luta constante contra a ditadura fascista, sofrendo por esse facto uma repressão brutal.

Falou em seguida o trabalhador agrícola Joaquim Domingos, da Comissão Pró-Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, que denunciou a resistência dos grandes agrários em cumprirem o contrato colectivo, bem como das dificuldades com que se defrontam os assalariados rurais, na sua vida diária.

Carlos Pinhão, da Direcção da Organização Regional do Alto Ribatejo, deteve-se sobre o papel do PCP na luta contra o fascismo, no pesado tributo que pagou a essa luta, em perda de vidas humanas e em sacrifício da liberdade de muitos dos seus militantes. Citou como exemplo o nome de Catarina Eufémia, de Dias Coelho, de Bento Gonçalves e de vários outros combatentes, vítimas dos métodos assassinos da PIDE.

Usou da palavra o camarada António Malaquias Abalada, operário agrícola e membro da Direcção da Organização Regional do Alto Ribatejo e do Oeste. Fez alusão ao facto de que os trabalhadores contaram sempre, na organização e desenvolvimento da sua luta, com a colaboração do PCP, com o seu papel dirigente.

«O PCP deu provas da sua dedicação aos interesses dos trabalhadores. Podemos por isso dizer: onde estão os trabalhadores está o PCP e onde está o PCP estão os trabalhadores.»

Denunciou em seguida as calúnias propagadas pela reacção contra o PCP, para o desacreditar aos olhos das massas populares.

O último orador da sessão foi o camarada Pedro Soares, do CC do PCP. Que denunciou as profundas disigualdades sociais existentes no concelho de Benavente e em outros concelhos do distrito de Santarém.

«Encontramo-nos numa região onde domina a grande propriedade — disse Pedro Soares. — Em cinco dos concelhos de Santarém, 108 explorações agrícolas detêm 48 400 hectares, num total de 86 585 hectares, isto é, 56 por cento da área de cultura. Noutras palavras: 108 grandes propriedades possuem mais superfície arável do que as 10 569 pequenas e médias propriedades.

«Se quisermos exemplificar melhor podemos ainda afirmar que no concelho de Abrantes 34 grandes propriedades agrícolas possuem quase dez vezes mais terra do que 4531 pequenas e médias explorações agrícolas.

«Podemos nós estar de acordo com semelhante desigualdade social?

«Não. Nós não podemos estar de acordo. E dizemo-lo claramente no Programa do PCP.»

«Mas aqueles que durante dezenas de anos espoliaram os pequenos e médios camponeses, com a ajuda do governo fascista, os forçaram a abandonar as suas terras, que reduziram à categoria de trabalhadores milhares e milhares de modestos proprietários agrícolas acusam agora o PCP de querer apoderar-se das propriedades dos pequenos e médios camponeses.

«A ruína dos camponeses não foi realizada pelos comunistas. Não foram os comunistas que liquidaram centenas de milhar de pequenas explorações agrícolas. Foram os grandes agrários e grandes capitalistas.»

O comício de Benavente terminou no meio do maior entusiasmo, quando a banda local entrou na sala tocando «Avante, Camarada», que foi entoado em coro pela assistência. Já no palco o agrupamento musical repetiu o hino, enquanto o auditório de pé vitoriava a feliz iniciativa.

NEM O VENTO CICLÓNICO CONSEGUIU PREJUDICAR O COMÍCIO DO PCP NA PAREDE

Apesar da forte ventania que se fazia sentir, mais de 2000 pessoas assistiram, na noite da passada sexta-feira, a um comício do PCP no ringue de patinagem da Parede.

As rajadas ciclónicas não conseguiram fazer abrandar o entusiasmo da assistência, que sublinhou as intervenções dos vários oradores com aplausos e vivas ao Partido Comunista Português.

Presidida pela camarada Alda Nogueira do Comité Central do PCP, a mesa era composta por militantes da Parede, Paço d'Arcos e Estoril, que analisaram, nas suas intervenções, problemas específicos daquela zona, uma representante do Movimento Democrático de Mulheres e uma camarada da União dos Estudantes Comunistas, aluna do Instituto Industrial de Lisboa.

Em todas as intervenções se destacaram apelos à unidade das forças democráticas e à aliança com o Movimento das Forças Armadas.

O último orador do comício foi o camarada Carlos de Brito do Comité Central do PCP que analisou, pormenorizadamente, aspectos candentes da vida política portuguesa, neste momento.

Referiu, concretamente, o significado político que assumiram os incidentes do Rossio e o motim dos «pides» na Penitenciária, assinalando o recrudescimento das manobras reaccionárias e apelando para a constante vigilância das forças democráticas, relativamente a essas manobras, que tão claramente ameaçam a Liberdade e a Democracia.

As palavras de Carlos de Brito foram sublinhadas com constantes aplausos e vivas ao PCP. A segunda parte deste comício foi preenchida com uma pequena sessão recreativa preenchida por artistas do Partido Comunista. Nela participaram Armando Caldas, Henriqueta Maia e Vitor de Carvalho, que disseram poemas de Brecht, Papiniano Carlos e de outros autores, e, ainda, José Jorge Letria, que cantou canções como «De Punho Erguido», «A Vitória É Difícil Mas É Nossa» e «Arte Poética», sendo acompanhado em coro pela assistência. O comício terminou com o «Avante Camarada» e com a «Internacional», cantadas em coro por todos os que se encontravam no ringue de patinagem da Parede.

CENTROS DE TRABALHO DO PCP

Encontram-se já em funcionamento os seguintes:

ÁGUEDA
Rua Vasco da Gama, 58

ALCANENA
Largo da Varandinha

ALCOBAÇA
Rua Alexandre Herculano, 8, 2.º esq.º

ALCOCHETE
Rua Espírito Santo, 16-A

ALCÓRREGO — AVIS

ALHOS VEDROS
Rua Dinis Ataíde, 49 — Telef. 20 40 43 0

ALJEZUR
Rua dos Lagos — Telef. 7 21 43

ALJUSTREL
Rua General Trindade, 50 — Telef. 6 24 79

ALMADA
Rua Escola Primária, 14-A — Telef. 27 94 60 — Cova da Piedade

ALPIARÇA
Rua Silvestre Bernardo Lima, 168

ALVITO (Baixo Alentejo)
Largo do Castelo

AREOSA
R. D. Afonso Henriques, 644 — Telef. 97 06 90 (P. F.)

AVEIRO
Av. Lourenço Peixinho, 118, 2.º, dt.º — Telef. 23585

AVIS
Rua Dr. Manuel d'Arriaga, 21

BAIXA DA BANHEIRA
Rua 5, 33-A — Telef. 20 46 81

BALEIZÃO
Junto ao Largo Catarina Eufémia

BARREIRO
Rua Dr. Vasco da Gama, 22

BEJA
Rua Ancha, 21 — Telef. 2 46 84

BENAVILA
Rua Miguel Bombarda, 21, 1.º

BOMBARRAL
Rua Infante D. Henrique

BORBA
Rua Fernando Penteado, 4

BRAGA
Largo de S. Francisco, 28

CALDAS DA RAINHA
Avenida da Independência Nacional, 23, r/c.

CASTELO BRANCO
Praça do Rei D. Carlos, 23, 1.º

CASTRO VERDE
Rua João de Deus

CARTAXO
Rua Batalhoz, n.º 31, 1.º

COIMBRA
Rua da Sofia, 73-1.º, Esq. — Telef. 27564

COUÇO
Estrada Nacional

COVILHÃ
Largo do Pelourinho — Telef. 24423

CUBA
Rua do Carmo, 44

ELVAS
Largo do Castelo, 8-B

ERMIDAS-SADO

ESPINHO
Rua 8, n.º 333

ÉVORA
Praça Luís de Camões, 12, 1.º — Telef. 2 30 04

FARO
Largo do Mercado, 25, 5.º

FERREIRA DO ALENTEJO
Rua Dr. Brito Camacho, 70

FICALHO
Rua da Estrada

FIGUEIRA DA FOZ
Rua da República, 206

GRANDOLA
Rua Mouzinho da Silveira, 17

GRIJÓ
Travessa da Guarda — Corveiro (Grijó)

GUARDA
Rua 31 de Janeiro

LAGOA
Rua Dr. Ernesto Cabrita, n.º 1 — Telef. 2405

LAGOS
Rua dos Camachinhos

LEIRIA
Rua Machado dos Santos, 25, 1.º — Telef. 2 46 10

LISBOA
Avenida António Serpa, 26, 2.º, esq.º — Telef. 77 22 84

MAFRA
Rua Serafim Paz Medeiros, 1 — Telef. 5 22 67

MARINHA GRANDE
Rua Manuel Pereira Roldão, 12

MATOSINHOS
Rua do Conde Alto Mearim, 218

MIRANDELA
Praça 5 de Outubro

MOITA
Rua Dr. Silva Evaristo, 49-51

MONCHIQUE
Rua Calouste Gulbenkian

MONSANTO (ALCANENA)

MONTEMOR-O-NOVO
Rua 5 de Outubro, 41, r/c, dt.º — Telef. 8 21 19

MONTIJO
Rua Joaquim de Almeida

MORA
Rua Nova, n.º 61

MOSCAVIDE
Av. de Moscavide, 16, 1.º, esq.º

NOSSA SENHORA DE MACHEDE (ÉVORA)
Junto à Junta de Freguesia

ODIVELAS
Rua Guilherme Gomes Fernandes, 16, 2.º esq.º

OLHÃO
Rua do Caíque, 21

OVAR
Praça da República — Telef. 53550

PAIO PIRES
Largo de Paio Pires, 12, 1.º, F

PALMELA
Rua Jaime Afreixo, 110

PARAMOS
Lugar do Barril — Paramos (Espinho)

PAREDE
Rua Almeida Garrett (provisória)

PENICHE
Praça Jacob Rodrigues Pereira

PIAS
Na Antiga Rua da Estação

PINHEL
Praça Sacadura Cabral

PORTALEGRE
Rua 5 de Outubro, 46

PORTIMÃO
Travessa do Capote (antigo Pato Brave)

PORTO
Rua Aníbal Cunha, 94 — Telef. 3 55 67

PÓVOA DE VARZIM
Rua dos Ferreiros, 84

RAMALDE (Porto)
Rua Pinheiro Manso, 377 — Telef. 6 28 59

SACAVÉM
Travessa do Chafariz, 3

S. MANÇOS (ÉVORA)
Rua da Igreja, 15

SALVATERRA DE MAGOS
Rua Luís de Camões, 16-18

SÃO BARTOLOMEU DE MESSINES
Rua João de Deus

SAMORA CORREIA
Rua 5 de Outubro, 40

SANTARÉM
Rua dos Serviços Municipais, 5
(junto à Escola Prática de Cavalaria)

SEIA
Praça Luís de Camões, 14, 1.º — Telef. 2 30 04

SERPA
Junto ao Jardim Público

SETÚBAL
Av. Dr. Manuel de Arriaga, 8, r/c. — Telef. 2 22 73

SILVES
Rua Dr. Francisco Vieira

SINES
Rua Francisco Luís Lopes, 76, 2.º

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO
Rua Heróis da Bélgica, 7-9

SOURE
Rua Alexandre Herculano, 9

TORRES NOVAS
Rua 1.º de Dezembro, 24, 2.º — Telef. 2 20 50

TORRES VEDRAS
Avenida 5 de Outubro, 2.º esq.º

VALBOM (Gondomar)
Rua Dr. Joaquim Manuel da Costa, 596

VALE DE CAMBRA
Rua de St.º António, 263

VENDAS NOVAS
Rua Marechal Craveiro Lopes, 1, dt.º

VIANA DO CASTELO
Rua Manuel Espargueira, 206

VILA DO CONDE
Rua do Lidador, 18 (antiga Rua Nova)

VILA FRANCA DE XIRA
Rua Serpa Pinto, 79, 1.º

VILA NOVA DE GAIA
Rua Soares dos Reis, 301

VILA DA FEIRA
Rua Dr. Vitorino Sá — Largo do Montinho

VILA REAL
Rua da Misericórdia, 56, 1.º e 2.º

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
Rua Brasil, n.º 22

VILA VIÇOSA
Rua da República, 13

VISEU
Rua Um de Agosto, 1.º

Novos livros Estampa

JULHO

OBRAS ESCOLHIDAS DE GRAMSCI
2 volumes
Colecção Teoria, n.os 21 e 22
Preço: 100$00

A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ
M. e J. Tailleur e B. di Crescenzo
Colecção Praxis, n.º 24
Preço: 80$00

QUE FAZER?
Lénine
Colecção Praxis, n.º 12
Preço: 60$00

CAUSAS DA II GUERRA MUNDIAL
Biblioteca Básica de Cultura, n.º 18
Preço: 30$00

O CONCÍLIO DO AMOR
Oscar Panizza
Colecção Clássicos de Bolso, n.º 17/18
Preço: 50$00

EDITORIAL ESTAMPA
Rua da Escola do Exército, 9, r/c., dto.
Telefone 555663 Lisboa 1

O primeiro comício do PCP em Odemira

Com a presença de cerca 600 pessoas, sobretudo trabalhadores, muitas mulheres, emigrantes e juventude, realizou-se no passado dia 18 de Agosto, na Casa do Povo de Odemira, o primeiro comício do Partido Comunista Português nesta vila do Baixo Alentejo.

Abriu a sessão o jovem odemirense José Manuel Guerreiro da Silva, que a presidiu e é membro da organização local do Partido.

Seguiram-se no uso da palavra, os camaradas José Silva, funcionário do PCP para o distrito de Beja, Mário do Carmo Ferreira, da organização local do PCP, Pedro Cunhal, que viveu alguns anos na Checoslováquia, sobrinho do nosso secretário-geral. Pelo Movimento da Juventude Trabalhadora, pronunciou-se o carpinteiro daquela localidade Valdemar Pacheco Silvestre, seguindo-se António João Marques, também militante da organização de Odemira do PCP.

O último orador, o camarada João Honrado, depois de fazer algumas considerações sobre a história e vida do Partido, explicou à assistência a sua política actual.

Durante hora e meia, os camaradas Pedro Cunhal e João Honrado responderam depois a diversas perguntas formuladas pelos presentes, que recaíram principalmente acerca do programa do Partido Comunista Português e a vida nos países socialistas.

A terminar, cantou-se o hino nacional e a canção «Avante, Camarada». Salienta-se que o povo de Odemira ficou bastante satisfeito, esperando-se para breve novas sessões deste género em Odemira, sede do mais extenso concelho de Portugal, com área superior ao distrito de Viana do Castelo.

ASSINA O "AVANTE!"

CAMPANHA DE FUNDOS

CAMPANHA DE FUNDOS

É crescente a adesão da classe operária, dos trabalhadores do campo e da cidade, de intelectuais, estudantes e outras camadas da população ao nosso Partido que se vem transformando numa grande organização das massas trabalhadoras.

Como expressão do fortalecimento do nosso Partido, recebemos diversas rubricas que «Avante!» publicará com regularidade.

TRANSPORTE («AVANTE!» N.º 10) — 4 745 092$10.

MAIO DE 1974

MAIO DE 74 — À memória de Germano Vidigal (25), 2 220$00; À memória de José Adelino dos Santos (m), 5000$00; À memória de José Adelino dos Santos (25), 3000$00; Grândola, Vila Morena (25), 4000$00; Grupo Unido, 216$00; José Moreira, 450$00; Montemor — Homenagem a Catarina Eufémia, 10 500$; Montemor — 25 de Abril, 1012$; Pastor Vermelho, 200$00; Portalegre — 25 de Abril, 1000$00; 3 Amigos (Montemor), 90$00; 25 de Abril (MJ), 1093$00. **TOTAL DE MAIO: 28 781$00.**

JUNHO — Abel F., 100$00; Adelaide A. (1), 100$00; Camaradas C. (1), 1025$00; Camaradas C. (2), 500$00; Camaradas C. (3), 500$00; Camaradas S., 1386$00. — **TOTAL DE JUNHO: 3611$00.**

JULHO — Adelaide A. (2), 274$00; Amigo de Casal de Baixo, 50$00; Amigos de Nancy (500 francos), 2525$00; Camaradas C. (4), 500$00; Camaradas C. (5), 500$00; G. D. A., 160$00; Guilherme de Carvalho, 290$00; Guiné Independente, 2440$00; José Moreira, 8000$00; Manuel Pedro, 116$00; Miguel, 50$00; Pela Paz e o Socialismo (B. R.), 63$50; Pelo aniversário de um militante, 200$00; Por um PCP sempre piu forte, 300$00; Reforço do P, em AH, 50$00. — **TOTAL DE JULHO: 15 518$50.**

AGOSTO — Amigo de Linda-a-Velha, 100$00; Amigos de Marselha, 15 615$00; Antigos companheiros de Bento Gonçalves, 4100$00; Camaradas de C. (6), 570$00; Camaradas de C. (7) (8), 1000$00; Célula Dugrenot (PCF), 1000$00.

Cupões: 10 000$00 × 121 = 1 210 000$00; 5000$00 × 197 = 985 000$00; 1000$00 × 530 = 530 000$00; 500$00 × 900 = = 450 000$00; 100$00 × 1260 = 126 000$00; 50$00 × 1003 = = 50 150$00; 20$00 × 1690 = = 33 800$. **Total: 3 384 950$00.**

Dos Pioneiros que venderam desenhos p.º o «Av.!», 1000$00; H. P. S. — Cunheira, 50$00; Oferta da Com. de Freg. de Montoito — Homenagem a Bento Caraça, 531$00; Oferta dos Trabalhadores Rurais da freg. de Montoito, 19 750$00; idem, 1 154$5; idem, 1403$00; Oferta de Arraillos, 763$50; Oferta de Bencatel, 500$00; Oferta de Borba, 356$2; Oferta de Évora, 7 436$50; Oferta de Guadalupe, 1 401$00; Oferta de Melka (Évora), 100$40; Oferta de Igrejinha, 323$30; Oferta de Portel, 524$80; Oferta de Reguengos de Monsseraz, 967$70; Oferta de S. Manços, 160$80; Oferta de S. Sebastião da Giesteira, 1365$50; Oferta de Torre dos Coelheiros, 227$30; Oferta de Valverde 380$00; Oferta de Viana do Alentejo, 296$00; Oferta de Vila Viçosa, 1000$80; O. M. Dias dos Santos ? «Pelo Partido», 1450$00; Pessoal da S. C. Cervejas, moradores nas casas pré-fabricadas, 1800$00; Sempre Amigos L. 1000$00; Trabalhadores Portugueses dos Alpes Marítimos, 1200$00; Um camarada alemão, 500$00; Um grupo de italianos, 45$00; Unidade, 500$00.

TOTAL: 8 246 524$90

Sessões de esclarecimento e comícios a realizar de 19-25

Dia 19 — Poiares — Freixo de Espada à Cinta — Sessão de esclarecimento para camponeses e agricultores — 20 horas.

Dia 20 — Às 17.30 no salão de festas do Sindicato dos Ferroviários do Norte — Sessão de esclarecimento para ferroviários do Partido.

Dia 23 — 21.30 — Mafamude, no ginásio da Escola Industrial e Comercial de Mafamude — promovida pela org. local do PCP.
21.30 — S. Mamede, no Cinema — promovida pela comissão de freguesia do PCP.
21.30 — Chaves — Sessão de esclarecimento do Partido.

Dia 25 — Vila Pouca de Aguiar — no clube — promovida pela organização local do PCP.

Dia 24 — **Comício na Póvoa de Varzim, na praça de touros, organizado pela comissão concelhia da Póvoa.**

Dia 23 — Na colectividade dos MODESTOS — 21.30, promovida esta sessão pela comissão de freguesia de St.º Ildefonso.

Dia 23 — 21.30, na Areosa (Porto).

Dia 23 — Sesimbra, às 21.30, no ginásio do Grupo Desportivo.

Dia 24 — Montelavar.

Dia 26 — Tercena, às 21.30, na Sociedade Tercense.

Dia 23 — S. João do Estoril, às 21.30, no Liceu.

Dia 24 — Salvaterra de Magos, sessão de esclarecimento.

Dia 25 — Lapa (Cartaxo), às 18 horas, sessão de esclarecimento.

«A REACÇÃO NÃO PASSARÁ»

—proclamaram os democratas reunidos no comício de Maceira

«A reacção não passará», proclamaram os democratas presentes no comício do PCP, realizado em Maceira (Torres Vedras), no passado dia 17, com a participação dos camaradas Domingos Abrantes, da Comissão Central, Maria da Conceição Matos e diversos elementos da Comissão Concelhia local.

O primeiro orador — João Capão — traçou uma breve história do nosso Partido, salientando o seu papel de vanguarda na luta contra o fascismo.

Pelo MDP de Lisboa falou João Mesquita, que, apoiado em estatísticas, descreveu a situação catastrófica em que o regime deposto deixou o País.

Ouvida com emoção, a camarada Maria da Conceição Matos saudou todas as mulheres presentes, incitando-as à acção na defesa da sua dignidade de trabalhadoras, até agora sobreexploradas pela subalternidade a que são reduzidas.

José Amado, da Comissão Concelhia, falou do importante papel que as lutas travadas por amplas massas de trabalhadores (nomeadamente a partir de Novembro findo) tiveram no enfraquecimento do regime fascista e concluiu apontando a necessidade de os trabalhadores se organizarem em sindicatos fortes, por eles dirigidos.

Finalmente o camarada Domingos Abrantes, proclamando que «o fascismo foi derrubado mas não vencido», lembrou os acontecimentos preocupantes de Lisboa (desde o motim dos «pides» na Penitenciária até à repressão no Rossio), para concluir que a tarefa base que enfrentamos é a da consolidação das liberdades conquistadas.

Em coro, cantou-se o «Avante, Camarada, Avante». Os punhos erguidos dos democratas presentes proclamaram que, com a vontade firme do povo trabalhador, «a reacção não passará».

COMÍCIO DE TORTOZENDO

Com 15 operários das principais empresas de Tortozendo na mesa da sessão um emigrante, um representante do MD, um do MJT, um velho militante do Partido desde 1936 e dois camaradas do Comité Regional das Beiras, realizou-se um grandioso comício do PCP com a presença de 1500 pessoas.

Os graves e recentes acontecimentos da Penitenciária e do Rossio assim como as mais diversas manobras da reacção, foram criticados pelos presentes que aprovaram uma moção, baseada na Nota da Comissão Política sobre os referidos casos.

As tradições de luta do proletariado desta vila industrial foram postas em relevo, sendo aplaudidos 50 operários que se salientaram na luta durante o fascismo, cujos nomes foram apontados por um dos oradores.

O papel da unidade foi salientado pelos intervenientes e feito um apelo à vigilância popular.

DEMOCRATAS DE SANFINS DO DOURO AFIRMAM O PROPÓSITO DE BARRAR O CAMINHO À REACÇÃO

Na província de Trás-os-Montes o trabalho das forças democráticas não tem sido fácil: a reacção não desarma e, após um momento inicial de desorientação e receio, lançou-se numa ofensiva em que o anticomunismo mais obtuso tem lugar de destaque. Grandes agrários, antigos serventuários do fascismo, conhecidos reaccionários dão-se as mãos para tentarem impedir que a democracia galgue as serras do Além-Douro.

Mas em vão. O comício realizado em Sanfins do Douro — o primeiro ali organizado — permitiu que 2 mil pessoas afirmassem claramente a vontade popular de barrar o passo à reacção e de edificar uma democracia sólida e estável em todo o País.

Organizado pelos partidos da coligação governamental (PCP, PS e PPD) e pelo Movimento Democrático Português, a reunião foi presidida por António dos Santos Grácio, solicitador, uma dona de casa, um trabalhador rural e um estudante.

Foram tratados assuntos de interesse local e de natureza geral. Usaram da palavra António Grácio, Maurício Penha, Serafim dos Anjos e a jovem Ana Maria Monteiro Moutinho, todos naturais de Sanfins.

Como oradores convidados falaram: Virgílio Alves e António José Monteiro (pelo PCP); Camilo Botelho e Carlos Lage (do PS); Fernando Amaral (do PPD) e Vilela Borges (do MDP).

Presente na reunião, um observador do MFA, o aspirante Almeida Pereira, do RI n.º 13 de Vila Real, que, no final, agradeceu a homenagem prestada às Forças Armadas.

No decorrer da reunião — durante a qual foram por várias vezes entoadas em coro a canção «Grândola, Vila Morena» e o «Avante, Camarada, Avante» — procedeu-se à eleição da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia.

A lista, escolhida por esmagadora maioria de votos, é constituída pelos seguintes elementos — Joaquim Soares de Castro (proprietário), Alceu Pereira de Castro (escriturário) e José Baptista Sobrinho (trabalhador rural).

O hino nacional, cantado em coro por toda a assistência, encerrou esta importante jornada unitária das forças democráticas de Sanfins do Douro, apostadas em barrar o caminho à reacção.

EM VILA DO CONDE

RESPOSTA POPULAR ÀS MANOBRAS DA REACÇÃO

A sessão de esclarecimento efectuada, a 15 do corrente, no Círculo Operário Católico de Vila do Conde, pela organização local do Partido Comunista Português, em que cinco centenas de pessoas participaram no debate das tarefas necessárias à concretização dos objectivos de democratização do País, foi alvo de descaradas tentativas de perturbação por parte da reacção. Batida no campo ideológico, vendo furtar-se-lhe o domínio que exercia sobre as populações através do aparelho de Estado fascista, incapaz de acções políticas mesmo do ponto de vista de classe, a reacção recorre hoje ao boato ignóbil, à provocação, procurando criar climas de tumulto. Mas, como na generalidade do País, também em Vila do Conde essas tentativas saíram goradas face à pronta e salutar resposta popular.

Logo no início da sessão os camaradas presentes deram conhecimento dum panfleto, profusamente distribuído, cujos dizeres eram os seguintes: «Sabe o que se vai passar hoje, dia de Nossa Senhora, feriado da Igreja Católica? Uma reunião comunista. E sabe onde? Pois bem, no salão dum organismo católico, o do Círculo Católico Operário, às 21.00 horas. Incrível, Revoltante, Vergonhoso, Degradante, Humilhante. Vamos todos expulsar esses vendilhões do templo, esses filhos das trevas, esses exploradores inimigos de Deus e da Pátria. Ajudem-nos a defender-vos.» Assinado: «J. Nacionalista Católica». Por sua vez, foi também dado conhecimento duma carta do director do Círculo, Pe. Manuel, em que este autorizava a utilização das instalações, uma vez que a sessão de esclarecimento não estava em conflito com os princípios estatutários da colectividade. Os militantes do Partido informaram ainda que a realização da sessão não dependia das manobras da reacção mas sim da vontade das pessoas presentes. A resposta dos presentes foi imediata a sessão realizar-se-ia. E esta iniciou-se efectivamente com vivas ao Partido e gritos uníssonos de «abaixo a reacção». Os presentes não deixaram de relacionar a distribuição do ignóbil panfleto com reuniões reaccionárias que se têm realizado na Póvoa do Varzim, em casas de conhecidas figuras do regime deposto pelo 25 de Abril e tudo levando a concluir que a provocação é um dos aspectos das tentativas de reorganização fascista.

Próximo do termo da sessão surgiu na sala uma mulher que, com ar provocador, pediu para fazer uma pergunta sobre a estadia do camarada Álvaro Cunhal num hotel de Lisboa. Os presentes afirmaram imediatamente que se tratava da «irmã de um pide» que, antes do início da sessão, se encontrava na companhia de fascistas e que fora ali «mandada por eles», pedindo a sua expulsão, o que veio a acontecer. Este novo incidente, além de ilustrar os processos a que recorre a reacção, serviu ainda para elucidação sobre os requisitos pessoais exigidos aos militantes pelos estatutos do Partido.

No final da sessão, as centenas de pessoas presentes aprovaram por aclamação a seguinte moção, enviada ao Governo Provisório, ao Movimento das Forças Armadas e ao Presidente da República:

«Considerando que, neste momento, em Portugal, os fascistas e a reacção em geral começam a organizar-se, tentando aniquilar a liberdade agora conquistada; considerando o motim de centenas de agentes da PIDE-DGS, a ocupação da Penitenciária e as provocações de que deram mostras; considerando que é surpreendente a actuação e benevolência com que são tratados criminosos amotinados, em contraste com a dureza com que foi tratada a população indignada que exigia o seu castigo.

«Cerca de 500 pessoas reunidas em sessão de esclarecimento do PCP, realizada em Vila do Conde no Círculo Operário Católico propõem — 1) Que seja feito rápido inquérito às circunstâncias em que foi possível o motim dos agentes da PIDE-DGS; 2) Que não sejam feitas quaisquer cedências às reivindicações dos amotinados. 3) Que seja levado a cabo o rápido saneamento nos serviços prisionais, bem como de todo o aparelho de Estado; 4) Que sejam tomadas enérgicas medidas para que tais casos não possam repetir-se; 5) Que se apresse o julgamento e a punição dos agentes da PIDE-DGS.»

Importantes comícios em Odeceixe e Messines

A realização nos dias 17 e 18 do primeiro comício em duas terras algarvias, Odeceixe, na fronteira com o Alentejo, e S. B. de Messines, em pleno centro da província, foi ocasião para grandes manifestações de entusiasmo popular.

Em Odeceixe, a população da terra e zonas próximas acorreu em massa, manifestando desta maneira o seu apoio ao Partido, confiança na sua acção no actual momento político e nas soluções que ele apresenta para os grandes problemas nacionais.

Usaram da palavra representantes da Comissão Concelhia de Portimão e da Comissão de Freguesia de Aljezur, que focaram aspectos do Programa do Partido e problemas locais, sublinhando a exigência do saneamento, e o camarada Vítor Neto, que, depois de ter exaltado o papel do Partido, se referiu em particular ao actual momento político, fazendo a denúncia da ofensiva da reacção.

Luís Catarino, em representação do Movimento Democrático, levou ao comício a adesão daquele Movimento.

Concluiu a manifestação a camarada Helena Medina, da DORAA, que focou os problemas agrários, denunciou as deturpações anticomunistas, e ilustrou a posição do Partido nesse sector.

Em S. Bartolomeu de Messines, a presença de um público excepcional que se pode calcular em cerca de quatro mil pessoas, num clima de grande entusiasmo, participação e empenho político, assinalaram a realização do 1.º comício público do PCP. Presidido pelo camarada Mourinho, da Comissão de Freguesia, tomaram a palavra Lisete Piçarra em nome dessa Comissão, um representante dos jovens trabalhadores e estudantes, um operário da construção civil, Luciano Machado em nome dos democratas de Messines, e os camaradas Vítor Neto e José Vitoriano, que levaram aos manifestantes a saudação do Partido.

O camarada Vítor Neto começou por referir o papel de 1.º plano do Partido na luta antifascista, ontem, a sua política altamente responsável, no governo e no país, hoje, e o valor do Programa do Partido para o futuro do nosso País, tendo denunciado as manobras anticomunistas, em particular sobre as questões agrárias. Sublinhou as posições do Partido neste campo, que beneficiariam não só os operários agrícolas mas também os pequenos e médios camponeses.

O camarada José Vitoriano, do CC, fez uma larga e profunda análise do actual momento político, denunciando as manobras da reacção, referindo-se em particular aos recentes factos ocorridos na Penitenciária e aos incidentes do Rossio, e vários aspectos das calúnias anticomunistas. Terminou o seu discurso sublinhando a importância da unidade das forças democráticas com o Movimento das Forças Armadas, e manifestou confiança na vitória das forças democráticas e da Paz.

O «Avante Camarada» e o hino nacional fecharam a magnífica manifestação popular que foi o primeiro comício do PCP em S. B. de Messines.

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO NO NORTE

A situação política nacional e todas as suas implicações, o papel do nosso Partido na presente conjuntura e a vida nos países socialistas são temas gerais abordados pelas largas centenas de participantes das sessões de esclarecimento.

A sua realização, a atenção e entusiasmo dos presentes face ao Programa do nosso Partido, e as dezenas de adesões que se têm verificado são prova de que esta forma de debater as questões políticas é adequada às condições actuais de uma ampla divulgação do que é o Partido.

Por isso as comissões de freguesia e concelhias do Partido têm promovido várias reuniões deste tipo.

No Porto, na última semana, habitantes das freguesias de *Ramalde* e *Aldoar*, num total de três centenas, aclamaram com entusiasmo as intervenções dos nossos camaradas sobre questões que iam colocando como a das eleições que se aproximam, a posição que o Partido tomou face à greve dos CTT, e manifestaram um grande interesse sobre a vida na URSS; cerca duma centena de trabalhadores das freguesias da *Vitória* e *Sé*, duma forma viva e entusiástica, fizeram perguntas sobre a construção do socialismo e do comunismo, sobre as linhas fundamentais de acção do nosso Partido e a sua posição face a problemas locais da freguesia, nomeadamente o saneamento; na *Areosa*, para comemorarem a abertura do seu centro de trabalho, os comunistas da freguesia promoveram uma reunião ampla em que foram aprofundados alguns problemas como o da agricultura e aspectos principais da reforma agrária, a igreja, a campanha anticomunista da reacção. A par destas questões teóricas: o socialismo científico, a ditadura do proletariado, etc.

Na junta de freguesia de Paranhos, o nosso Partido participou conjuntamente com o PS e MDP numa sessão de esclarecimento, subordinada ao tema «Necessidade de unidade das forças democráticas para a consolidação da democracia». O nosso camarada salientou a necessidade da vigilância popular e da consolidação da aliança das massas populares com as forças armadas, já que o nosso povo não está na disposição de ver os fascistas a agirem através de organizações legais, jornais que atacam a nova situação política, reuniões e organizações clandestinas, empenhados numa actividade contra-revolucionária, responsável por acontecimentos como a «sublevação dos pides». Aberto o diálogo com a assistência (mais de 200 pessoas), foi focada a importância da vigilância contra as atitudes contra-revolucionárias dos fascistas, da necessidade de reprimir órgãos de informação fascistas, como o jornal «Tribuna Popular» e a não transigência face às «reivindicações» dos pides que se amotinavam. No final, foi aprovada uma moção ao Governo Provisório, em que se pede o rápido julgamento dos pides e se refere a necessidade de cortar o passo ao ascenso das provocações fascistas e da sua possibilidade de organização, como aconteceu recentemente com a reunião de centenas de fascistas chefiados pelo ex-presidente da ANP, Elmano Alves. Novas reuniões com os partidos da coligação governamental foram sugeridos à Comissão Administrativa da Junta, que lhes deu a sua adesão.

Outras sessões organizadas por comissões locais do partido

Alfândega da Sé — Centena e meia de pessoas repudiaram veementemente a tentativa de boicote da sessão, por parte de elementos reaccionários, gritando insistentemente o seu apoio ao PCP. Três pessoas da assistência tentaram mostrar a atitude de tais indivíduos e foi num ambiente tenso que foram colocadas questões como as da religião, reforma agrária, ditadura do proletariado e outras.

Os provocadores foram isolados e a sessão terminou com a assistência a cantar o «Avante Camarada».

Riba d'Ave — Também aqui a sessão foi perturbada, mas desta vez por esquerdistas que queriam «informar-se» sobre a posição do Partido face à greve dos CTT e dos pescadores de Matosinhos; à suspensão da «Luta Popular» e prisão de Saldanha Sanches; repressão à manifestação do Rossio.

Apesar do carácter provocatório das perguntas, mais por quem as pôs e não por elas próprias, a assistência ficou esclarecida sobre a posição do nosso Partido, verificando-se algumas adesões.

Na *Maia* e em *Gaia* foi discutido o problema da religião e da Igreja, abordadas questões diversas como a greve, a reforma agrária, construção do socialismo e do comunismo, situação nos países socialistas, etc.

Ainda em Gaia, convocada pela respectiva comissão concelhia, realizou-se uma outra sessão de esclarecimento para trabalhadores dos Serviços Municipalizados. A discriminação feita pela Previdência, para a qual todos os trabalhadores (350) descontam 3 por cento do salário, mas que só beneficia 35 da secção administrativa, foi a causa próxima da realização da reunião. O saneamento da empresa foi exigido pelos trabalhadores que decidiram: 1.º — realização dum plenário dentro da empresa, para discutir o problema; 2.º — envio dum abaixo-assinado ao ministro do Trabalho; 3.º — preparar a formação duma comissão para gestão da Caixa..

No final desta reunião, alguns trabalhadores da empresa aderiram ao Partido.

Idanha-a-Nova — Problemas locais como o do saneamento da Junta de Freguesia, o da falta de água e outros foram animadamente debatidos pelas 300 pessoas presentes. O Programa do nosso Partido foi amplamente discutido. A situação da agricultura e os problemas dos trabalhadores rurais mereceram atenção especial e foi aprovada uma moção no sentido de mudar o nome da Casa do Povo para Sindicato dos Trabalhadores Rurais. De acordo com esta decisão, no final as pessoas saíram em manifestação, deslocando-se até à Casa do Povo onde colocaram uma placa.

FREAMUNDE (Paços de Ferreira) — Promovida pela organização local do nosso Partido, agrupou uma centena de pessoas, na sua maioria operários. Duma forma viva e participada, foi feita uma análise da situação política actual e debatido o comunismo e sua construção, a questão religiosa, a situação dos trabalhadores na URSS e a actuação dos grupelhos pseudo-revolucionários.

DENUNCIADAS NO COMÍCIO DA PAREDE

AS PROVOCAÇÕES REACCIONÁRIAS E ESQUERDISTAS

Cerca de 2500 pessoas assistiram ao comício realizado pela DORL do PCP no passado dia 17 no ringue de patinagem da Parede.

Na mesa, além do camarada Carlos Brito membro efectivo do CC e da camarada M. Alda Nogueira suplente do CC, os representantes da UEC (Apolónia Teixeira) e do MDM (Elsa Batalha) e os camaradas representando algumas das Comissões de Freguesia do PCP da Costa do Sol: Carlos Amaro (Paço d'Arcos), João Ramos (Oeiras), Domingos Guerra (Parede), Vitor Silva (S. João do Estoril) e Jorge Monteiro (Standard Eléctrica de Cascais).

A sessão abriu com a intervenção da camarada M. Quitéria da Standard Eléctrica de Cascais (lida pelo camarada J. Monteiro face à impossibilidade da presença da nossa camarada) em que foram abordados vários problemas das operárias da indústria electrónica: condições de trabalho, desemprego, etc.

A estudante Apolónia Teixeira falou da participação dos estudantes no actual curso político.

Vitor Silva, de S. João do Estoril, falou dos vários e sentidos problemas locais da Costa do Sol: habitação, água, esgotos, etc.

Sobre os problemas da terra e soluções apresentadas pelo PCP falou o camarada Carlos Amaro.

Elsa Batalha chamou a atenção para os muitos e variados aspectos da vida das mulheres portuguesas trabalhadoras e domésticas e sobre o papel do MDM.

A terminar, o camarada Carlos Brito deteve-se sobre o actual momento político e os últimos acontecimentos (da Penitenciária e do Rossio), assim como das suas causas e consequências para o processo democrático em curso.

Chamou a atenção para a intensa actividade provocatória que vem sendo levada a cabo pela reacção, o que reclama uma vigilância redobrada por parte dos trabalhadores e de toda a opinião democrática e exige o reforço da unidade da classe operária, o reforço da unidade das forças democráticas e a consolidação da aliança das massas populares com o Movimento das Forças Armadas.

O camarada Carlos Brito referiu ainda a actividade irresponsável dos grupelhos esquerdistas, que fornece todo o clima de insegurança e intranquilidade, que a reacção pretende criar com vistas a travar o processo democrático em curso.

A necessidade de novas medidas de saneamento nas forças militarizadas, como aliás prevê o Programa do Movimento das Forças Armadas, foi igualmente sublinhada pelo camarada Carlos Brito.

Comício do PCP em Montargil

Mais de mil pessoas estiveram presentes num comício do PCP que se realizou em Montargil, no passado dia 17, com a participação de delegados do Couço, Ponte de Sor, Mora e Avis.

Os problemas da agricultura e dos trabalhadores agrícolas, nos quais estão directamente interessadas as populações daquela região, foram os temas mais frequentemente abordados pelos diversos oradores. Um membro da Comissão do PCP da freguesia de Montargil, José Amante, da Comissão Concelhia de Ponte de Sor, dr. Calado, do MD de Montargil, Joaquim Velez e António Gervásio falaram das tarefas prioritárias que incumbem ao proletariado agrícola, da organização dos sindicatos agrícolas, da reforma agrária e da situação dos pequenos camponeses.

Não se ficou apenas por aqui, no entanto, o comício de Montargil. Conscientes do perigo da actividade contra-revolucionária que neste momento se desencadeia no País, os participantes da reunião aprovaram uma moção dirigida ao Governo e na qual mostram a sua «profunda preocupação e indignação» pelo motim dos «pides» na Penitenciária e bem assim pelo assassínio de Vítor Bernardes, morto pela polícia no Rossio. Na moção pede-se ao Governo o castigo dos assassinos de Vítor Bernardes e um rigoroso inquérito às circunstâncias em que se verificou o motim dos 600 ex-pides «criminosos, torturadores cheios de ódio ao povo e sedentos por uma vingança sangrenta».

TRADUTORES

A Editorial Avante procura tradutores altamente qualificados de espanhol, francês, inglês, italiano, alemão e russo. Os interessados devem escrever para Editorial Avante, Av. António Sérpa, 26, 2.º, Esq. — Lisboa-1.

COMÍCIOS E REUNIÕES NO DISTRITO DE PORTALEGRE

Santo António das Areias (Marvão) — Com a presença de mais de mais de duas centenas de pessoas, realizou-se, na Casa do Povo, um comício em que participaram António Gervásio e Diogo Velez, membros das organizações do PCP de Portalegre e Aviz, representantes do MDP de Portalegre e Movimento da Juventude Trabalhadora. Após as intervenções, a mesa abriu um debate com a assistência que decorreu com grande vivacidade. Foram feitas inúmeras perguntas sobre o programa do Partido, completando-se assim em conversa entre todos os temas abordados pelos oradores: as vitórias do 25 de Abril, a situação dos trabalhadores agrícolas, a actuação do segundo Governo Provisório, as convenções colectivas de trabalho, etc.

Durante o diálogo travado com a assistência foram desmascaradas inúmeras calúnias contra o PCP e a União Soviética que as forças reaccionárias têm propalado, tendo, no final da reunião, numerosos assistentes solicitado que se realizasse nova sessão o mais rapidamente possível.

Benavila — Estava programada para esta vila uma reunião de trabalhadores agrícolas para constituição da comissão pró-sindicato. Pensava-se numa reunião de trabalho, a que assistiriam algumas dezenas de pessoas. O que aconteceu, porém, é que, quando a população teve conhecimento de que António Gervásio e Diogo Velez se encontravam na reunião em menos de 10 minutos a pequena sala prevista se encheu com mais de 200 pessoas, tendo toda a gente que se transferir para a Casa do Povo!

A reunião decorreu com grande animação e, para além de um frutuoso debate político, foi eleita a comissão sindical.

Monforte — No dia 14 efectuou-se, nesta vila, um comício unitário a que assistiram cerca de 2 mil pessoas. Foram oradores Ana Maria Alves (PCP), Joaquim Miranda (Movimento Democrático-Portalegre), Álvaro Cid (Movimento Democrático-Monforte), Diogo Velez (PCP), Júlio Miranda Calha (PS), Anabela (MJT) e António Gervásio (PCP). Foram temas debatidos perante um povo atento e interessado; as manobras da reacção, a necessidade de as massas se organizarem, o saneamento, a reforma agrária, a organização sindical dos operários agrícolas, a unidade e a necessidade de reforçar a aliança do MFA com as massas populares como condição decisiva para a democratização da sociedade portuguesa. António Gervásio e Diogo Velez analisaram o papel do PCP no processo de democratização do País.

A propósito da indignação popular suscitada pelo motim dos ex-pides, foi aprovada, por unanimidade, uma moção apresentada por A. Gervásio, em que se exigia o estabelecimento de um inquérito aos acontecimentos.

LÊ E ASSINA

Avante!

Orgão Central do Partido Comunista Português

Remete ao "Avante!" - Av. António Serpa 26 2.º Esq. - Lisboa 1

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

A REACÇÃO LEVANTA CABEÇA

1 — Logo após o 25 de Abril, derrubadas pelo Movimento das Forças Armadas as principais instituições do poder de Estado fascista, dissolvida a PIDE-DGS, a Legião, a ANP, e após a prisão de alguns dirigentes fascistas mais notórios, incluindo os supremos responsáveis, Caetano e Tomás, a reacção remeteu-se a um prudente retraimento, ficou em casa, conspirando apenas em família.

2 — Passado o primeiro susto, feita uma sumária avaliação da situação e verificando que afinal o saneamento antifascista deixava fora da alçada da lei e da justiça revolucionárias muitas das principais figuras responsáveis pelo regime fascista que tão impiedosamente oprimiu o povo português ao longo de 48 anos, verificando que o desmantelamento da Legião da PIDE-DGS e do partido único fascista, a ANP, tal como o fundamental da tenebrosa rede de bufos e informadores que serviu de suporte ao tirânico regime fascista seguia um processo sinuoso, vacilante e em muitos casos inoperante, verificando tudo isto, a reacção, reorganizada na sombra, passa ao contra-ataque.

3 — Apoiada mais ou menos abertamente na força, na influência política e no poder económico da grande burguesia monopolista cujos interesses não foram muito abalados com o 25 de Abril, a primeira investida da reacção surge em fins de Maio. Explorando as dificuldades económico-sociais das camadas mais desfavorecidas dos trabalhadores cujos interesses espezinharam ao longo dos anos da ditadura fascista, a reacção faz uma primeira tentativa para provocar o caos económico, facilitando e fomentando a onda reivindicativa e as «greves selvagens» em sectores-chave da economia nacional. A acção da reacção quando das greves da Carris, dos padeiros e dos CTT são apenas uma amostra dos seus propósitos.

Simultâneamente, no plano político, a reacção explora, através de elementos seus infiltrados em organizações e grupúsculos esquerdizantes, a acção irresponsável destes agrupamentos, com vistas a provocar a intranquilidade e desordem que servem objectivamente a reacção e os defensores da «ordem fascista». São exemplo dessas acções irresponsáveis, entre outras, a exploração do caso Peralta, da prisão de Saldanha Sanches, assim como da prisão de dois milicianos.

Deve salientar-se que, a nosso ver, a intervenção do general Galvão de Melo na televisão na noite de 27 de Maio, dada a sua responsabilidade governativa, não foi de molde a contrariar a acção subversiva da contra-revolução.

4 — Com a demissão de Palma Carlos, em 8 de Julho, menos de dois meses após a formação do 1.º Governo Provisório, a reacção vê gorada a tentativa dum golpe de Estado constitucional que visava travar o processo de democratização do país, sabotar a descolonização e o caminho para a paz em África e para a independência dos povos coloniais. Para além destes objectivos imediatos, a reacção, apoiada nas forças conservadoras do grande capital, visava a dissolução do MFA e o posterior regresso ao Poder de tradicionais forças da reacção e do fascismo, que ao longo de meio século exploraram e oprimiram o povo português.

A formação do 2.º Governo Provisório, a entrada para o Governo de outras destacadas figuras do Movimento, e mais tarde a histórica declaração do Presidente da República relativa à independência dos povos da Guiné-Bissau, de Angola e de Moçambique, acentuam a derrota da reacção nos seus propósitos de fazer desandar para trás a roda da História.

5 — Falhados os primeiros intentos conspirativos, sentindo que o tempo não corre a seu favor, a reacção, três meses após o 25 de Abril, muda de frente e ataca em força no plano ideológico, fingindo aceitar as regras do jogo democrático. O lobo veste a pele de cordeiro.

É ver, então, os inimigos da liberdade, os fascistas e reaccionários de todos os matizes reclamar em altos gritos o respeito pelos princípios do «pluralismo», pela liberdade de Imprensa e da igualdade de oportunidades no uso dos meios de Informação de massa. Multiplicam-se os partidos mais ou menos fascisantes mas sempre com nomes de fachada e apregoados propósitos mais ou menos «liberalizantes», tais como o «Partido do Progresso», o «Partido Liberal», o «Partido Trabalhista Democrático Português», o «Partido Popular Português».

Apoiados em centros ideológicos e orgânicos mais ou menos clandestinos, mas fazendo uso aberto de grandes meios técnicos e financeiros, editam dezenas de milhar de luxuosos e caros cartazes anticomunistas, ao nível das luxuosas vivendas, iates e piscinas privadas dos seus autores.

O conteúdo ideológico desta massiva propaganda, para a distribuição da qual são recrutadas centenas de mercenários, sendo anticomunista no essencial, não poupa o Governo Provisório, o MFA e o próprio Presidente da República, que são apodados de traidores, particularmente no que à política de descolonização se refere.

Esta mesma propaganda reaccionária e fascizante é continuada em jornais «legais», órgãos ou não dos ditos partidos e grupos.

Ofendendo, denegrindo e agredindo ideologicamente o Programa do MFA, o Governo Provisório, os partidos da actual coligação governamental e membros do próprio Governo Provisório, é mais evidente que tal acção cai sob a alçada da alínea e) do ponto A, do Programa do MFA, que prevê sanções contra as «agressões ideológicas dos meios mais reaccionários».

O menos que podemos dizer é que é chocante a passividade das autoridades competentes face a esta agressiva actividade da reacção, comparada com a repressão exercida contra certas manifestações e actividades de elementos da esquerda. Consideramos este facto um sintoma muito negativo e preocupante.

6 — Nesta conjuntura e nesta ordem de ideias, é também preocupante e inquietante o conteúdo da recente entrevista do general Galvão de Melo ao jornal «Tempo Novo», de 16 de Agosto ao afirmar: *«Para mim o fascismo e comunismo são muito parecidos, diferindo apenas por que o fascismo é de âmbito nacional enquanto o comunismo em caso algum se pode confinar às fronteiras de um país.»*

7 — O motim de 12 de Agosto dos ex-agentes da PIDE na Penitenciária de Lisboa, onde gozavam de escandalosos privilégios, inscreve-se também nos sinistros planos da reacção.

Na escalada da agressividade da sua acção, os meios reaccionários, sabendo dispor de certos estímulos e apoios mais ou menos abertos, planeia passar (e em alguns casos já passou) à provocação física e à organização material e efectiva da contra-revolução. Para a concretização destes planos é evidente que a experiência dos pides, aliada à colaboração de que já dispõem da rede de ex-legionários, bufos e informadores em liberdade, seria eventualmente de grande utilidade para os planos da reacção.

Os incidentes repressivos do Rossio, no dia 14 de Agosto, de que resultou um morto e vários feridos e que são o resultado directo duma provocação reaccionária, comprovam a nova direcção da acção dos grupos fascizantes e da reacção em geral.

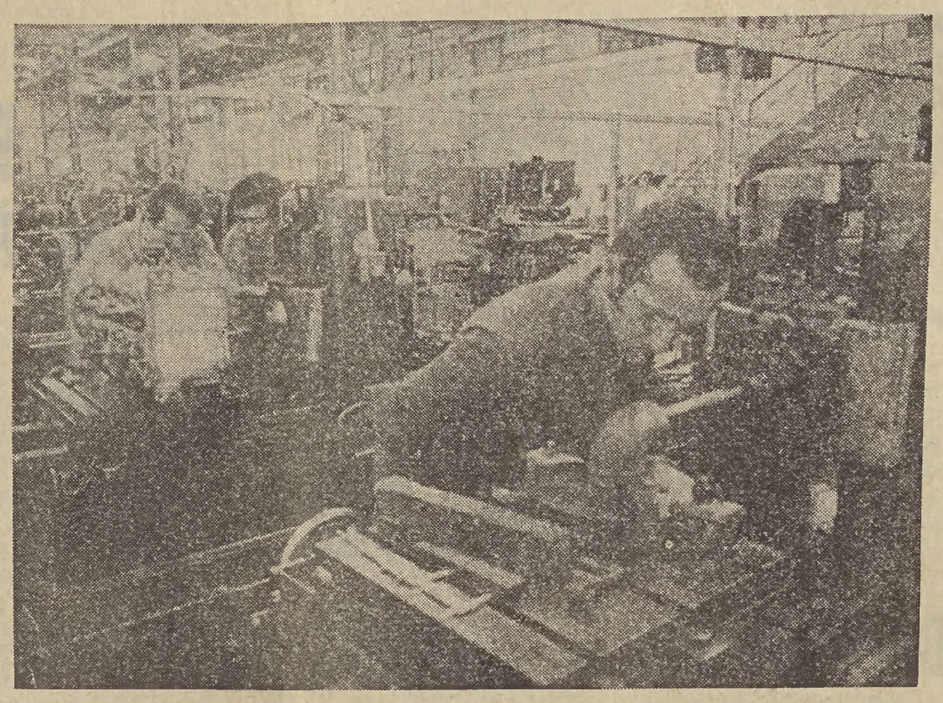
Na opinião do Partido Comunista Português, estes e outros incidentes provocatórios da reacção, que se vão generalizando por todo o País, constituem um sério aviso para todos os democratas, para os partidos da coligação governamental, para o Governo Provisório, para o MFA e para todo o povo português que deseja e exige seja posto fim a todos os entraves e sabotagens ao processo de democratização do País.

Tendo no imediato por alvo preferencial os comunistas e o seu Partido, o Partido Comunista Português, precisamente porque se sabe constituírem estes a força antifascista mais forte e consequente, os propósitos da reacção visam todas as forças democráticas. Visam entravar todo o processo democrático, sabotar a aplicação do Programa do MFA ou pelo menos desvirtuá-lo, esvaziando-o do seu conteúdo democrático e antifascista, visam voltar ao regime reaccionário ao serviço do grande capital monopolista e do imperialismo. Visam entravar e sabotar o processo de descolonização, fazendo correr mais sangue dos jovens portugueses e dos povos africanos.

Travar o passo à reacção, desmascarar os seus propósitos e planos provocatórios, denunciar e desmantelar os seus centros clandestinos de conspiração fascista, a partir dos quais começaram a organizar sistematicamente a contra-revolução logo após o 25 de Abril, levar por diante o saneamento democrático a todos os níveis expresso no Programa do MFA e do Governo Provisório, é, na hora actual, uma das mais urgentes tarefas dos órgãos do poder democrático como condição fundamental para o prosseguimento e triunfo do processo de democratização do País.

Com este objectivo, a mobilização e constante vigilância de todos os democratas e das massas populares, constitui uma sólida garantia da construção em liberdade dum Portugal democrático, próspero e feliz.

As massas populares o asseguram: a reacção não passará!



A Roménia: um país socialista em marcha para o futuro

O 30.º ANIVERSÁRIO DA LIBERTAÇÃO DA ROMÉNIA DO JUGO FASCISTA

O povo romeno assinala hoje, dia 23 de Agosto, o 30.º aniversário da insurreição que libertou o país do jugo fascista.

Assinalando a passagem dessa data, o CC do PCP enviou ao CC do Partido Comunista Romeno uma mensagem na qual se diz:

«Abrindo à Roménia o caminho para um desenvolvimento democrático e para o progresso social, a insurreição antifascista de 23 de Agosto de 1944, cuja vitória está estreitamente ligada à luta dos povos de todo o mundo, com a URSS à sua frente, contra o fascismo, constituiu uma viragem histórica na vida do povo romeno. Os 30 anos que passaram ficaram marcados por profundas transformações em todos os aspectos da vida do país. O esforço criador do povo romeno, os grandes êxitos alcançados pelo seu trabalho, sob a direcção do Partido Comunista Romeno, a cooperação com os outros países socialistas, tornaram possíveis grandes realizações no campo económico, no desenvolvimento da ciência e da cultura, na elevação constante do bem-estar das massas trabalhadoras. Graças aos sucessos destes 30 anos, a Roménia Socialista encara com confiança o seu futuro, levando à prática os objectivos fixados pelo PCR para a construção duma sociedade socialista multilateralmente desenvolvida.»

Na sua mensagem o PCP assinala também:

«O povo português, que acaba de se libertar do jugo fascista e está neste momento profundamente empenhado na tarefa de lançar as bases dum regime democrático, considera como êxitos seus cada um dos êxitos do povo romeno e dos outros povos dos países socialistas. Nunca esqueceremos a constante solidariedade com que nos apoiaram na dura luta contra a ditadura fascista.»

Referindo-se a terminar, às relações entre Portugal e a Roménia, diz a mensagem do PCP:

«A nova situação existente em Portugal cria condições favoráveis para o estabelecimento de amplas relações de amizade e cooperação entre o povo português e o povo romeno, na base da solidariedade e cooperação já estabelecidas há muitos anos entre o Partido Comunista Romeno e o Partido Comunista Português. Estamos certos de que essas relações se desenvolverão largamente, em todos os campos. Estamos também certos de que se consolidarão e reforçarão os laços de amizade e colaboração sincera entre os nossos dois Partidos, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.»

O AUMENTO DOS VENCIMENTOS DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

Houve uma mudança profunda na solução de problemas capitais, que atingem milhares de funcionários públicos, cuja tabela de vencimentos era das mais baixas.

O novo decreto, divulgado através da Imprensa, corrigiu a tempo uma injustiça declarada. Inverteu-se a ordem dos factores. Nem era possível agir de outro modo, quando se pretende realizar uma política democrática que sirva os interesses das amplas massas populares.

A nova tabela de vencimentos do funcionalismo público representa uma primeira fase de um processo de actualização das condições de vida deste importante sector.

O critério da actualização permite elevar os vencimentos mais baixos numa percentagem de 58 por cento, passando de 2400 escudos para 3800, equiparando-os por isso ao nível dos salários dos trabalhadores, decretado pelo 1.º Governo Provisório.

Os vencimentos mais elevados tiveram apenas um aumento de 4,5 e 2,7 por cento.

O aumento dos escalões inferiores são maiores em valores absolutos, atingindo 1400 escudos, enquanto os escalões mais altos não ultrapassam os 500 escudos.

Persistem ainda situações que requerem novas medidas

As diferenças entre os escalões inferiores e superiores foram bastante atenuadas. Mas são ainda evidentes as desigualdades, sobretudo se têmos em conta o baixo nível de ordenados e salários que continua a vigorar no nosso país, em função do aumento do custo de vida e da necessidade de responder às exigências, mínimas de uma existência normal.

Há ainda a assinalar o facto de que as remunerações pagas pelo Estado se mantêm a um nível inferior às que foram já determinadas pelo sector privado, em funções que correspondem a graus semelhantes de ocupação.

Entretanto, devemos reconhecer que nas condições de um orçamento organizado pelo regime fascista e numa situação económica de crise herdada dos governos da ditadura, o esforço actual representa um passo importante na solução de um problema capital, que afligia o sector do funcionalismo público.

Novos ajustamentos se seguirão e o valor do esforço empreendido é tanto mais de salientar quanto ele exigiu ao tesouro público uma verba de 5,6 milhões de contos, para responder ao aumento de vencimentos já tabelados.

Novos ajustamentos se seguirão

No comunicado transmitido ao País pelo Ministério da Comunicação Social o Governo afirma que novos ajustamentos se seguirão em harmonia com as possibilidades do tesouro, de modo a assegurar a todos os níveis em que se desdobra a função pública uma maior aproximação das remunerações pagas pelo sector privado.

O Estado nascido do 25 de Abril quer também conservar os seus quadros técnicos para que não continue a sangria que se vem registando no domínio da função pública. Por isso pensa reconsiderar a uma nova luz o próximo aumento de vencimentos destê sector.

Entre as vantagens obtidas pelo recente decreto regista-se a institucionalização do 13.º mês, de que beneficiarão igualmente os aposentados, enquanto os funcionários no activo receberão também um subsídio de férias, igual a metade do vencimento mensal.

As horas extraordinárias serão obrigatoriamente pagas a uma taxa semelhante à das empresas privadas.

São igualmente actualizadas as pensões e aposentações.

Trata-se de resolver alguns aspectos básicos da situação do funcionalismo, destinados a elevar o nível de vida da população.

ENTREVISTA COM ARMANDO DE CASTRO

(Continuado da 1.ª pág.)

povo português um encargo anual que anda pelos dois milhões de contos — sobretudo em juros que, na sua esmagadora maioria, poderiam ser aplicados, não a pagar aos credores mas ao serviço do povo português, satisfazendo algumas das suas enormes e trágicas carências (habitação, saúde, ensino, etc.).

«AVANTE!» — *Embora coordenadas com reformas fiscais que apontam para uma maior justiça nos impostos os ajustamentos dos preços agora realizados recaem sobre produtos de primeira necessidade que afectam grandemente a vida das populações. De que forma é que este sacrifício pedido aos portugueses concorrerá para uma melhoria das condições gerais da vida do País?*

A. C. — A política fiscal não existe por si nem constitui um fim em si mesma; tem de estar ao serviço de todo o País. Há por isso que inscrevê-la num programa democrático ao serviço do objectivo do programa do Movimento das Forças Armadas — a elevação do nível de vida dos portugueses, em especial dos trabalhadores.

Neste aspecto, o sacrifício imediato que representa a elevação do preço dos géneros de primeira necessidade (e aliás poderiam tomar-se outras medidas como uma forte tributação de artigos de luxo ou outros sem interesse social, como o tabaco, por exemplo) — que estavam tradicionalmente abaixo do seu custo — é uma aposta sobre o futuro cuja garantia preside na democratização da vida nacional, tanto institucional como expressa na vigilância e participação das classes trabalhadoras, tendo em vista assegurar o seu cumprimento prático e com medidas para o seu reforço que só os próprios trabalhadores poderão tomar devido à sua experiência e aos seus interesses gerais.

Sabemos, por exemplo, que o produtor agrícola recebe, em geral, preços que não são compensadores. É indispensável, portanto, elevá-los. Mas sabe-se também que o consumidor sente que os géneros agrícolas são caros e que os seus preços sobem. A resposta tem de estar numa política económica que elimine os grandes intermediários grossistas, reorganize a agricultura, elevando a sua produtividade, para baixar os custos, combatendo a alta dos preços causada pela acção dos monopólios e pelas ingentes despesas improdutivas causadas pelas guerras coloniais.

«AVANTE!» — *Como se explica o prazo de dois anos previsto para a libertação completa das verbas até agora consumidas na guerra colonial?*

A. C. — Creio que a referência ao prazo de dois anos quererá ter em conta o possível processo de descolonização, tendo em atenção que ele não poderá ser instantâneo.

Mas tratando-se de um problema político (embora com raízes económicas e sociais) também será admissível supor que pelo menos haverá uma redução gradual, progressiva dessas despesas: em primeiro lugar, porque não haverá consumo de material de guerra ao ritmo a que se fazia enquanto duravam as guerras coloniais; em segundo lugar, porque as tropas portuguesas irão saindo dos países libertados de harmonia com a vontade desses povos.

E diga-se que, sendo assim, o significado político desta cooperação com os movimentos de libertação constituirá não só um dever de solidariedade internacional como constituirá uma atitude de alcance histórico em que o nosso povo participará abrindo caminho para futuros laços de amizade e de cooperação no respeito mútuo para com os povos libertados da Guiné-Bissau-Cabo Verde, Angola e Moçambique.

«AVANTE!» — *Para além de outros problemas (nomeadamente actuações reaccionárias por parte dos grandes agrários), o aumento dos preços de adubos, rações e mesmo de combustíveis não terá consequências ao nível dos produtos alimentares derivados da agricultura?*

A. C. — Creio que dentro do carácter muito genérico das respostas anteriores já estarão apontados os aspectos que a este respeito me parecem mais importantes: — os ajustamentos de preços, agora anunciados pelo primeiro-ministro, representam a normalização dos preços aos custos que se mantinham pelo gasto de receitas necessárias à satisfação de outras necessidades do País.

Mas essas altas de preços podem ser e só poderão ser combatidas através de uma política económica de conteúdo realmente democrático e de combate ao monopolismo, tanto na agricultura como no comércio, tanto nos transportes como na pesca, nas indústrias de base, nas indústrias transformadoras, como ainda na democratização do crédito: cada dia que passa revelar-se-á como de uma urgência premente essa política pela qual todas as forças progressivas se vêm batendo há muitos anos.

«AVANTE!» — *A necessidade de investimento é referida em quase todos os documentos que acompanharam as medidas agora tomadas. Poder-se-á dizer que é o complemento indispensável dos sacrifícios pedidos ao País. Que medidas há que tomar para incentivar esses investimentos e para impedir a sua retracção, nomeadamente a que assumir aspectos de sabotagem deliberada? Os capitais nacionais serão suficientes para um esforço de investimento?*

A. C. — Por certo que são indispensáveis sacrifícios para poupar, para reunir aquilo que será necessário transformar em máquinas e outros meios de produção.

Seria, porém, creio, profundamente erróneo supor que isso poderia assentar na superexploração dos trabalhadores que foi a fonte de vida do fascismo.

É claro que as possibilidades e limite dos salários dependem do nível tecnológico e da natureza das relações de produção. Aquele é baixo e estas são de tipo capitalista. Mas para elevar a produtividade, dentro do sistema económico vigente, há que libertar (dentro dos limites técnico-económicos reais) as possibilidades de desenvolvimento económico. E toda a história do fascismo mostra que um dos seus pontos de estrangulamento mais nítidos residiu precisamente na superexploração dos trabalhadores (incluindo os pequenos e médios agricultores, os proprietários e rendeiros), ao fazê-lo, restringiu o principal mercado para os empresários, ao mesmo tempo que, impedindo assim a criação de novas empresas ou o alargamento das existentes, tornou impossível a criação de novos empregos (provam-no um milhão e quinhentos mil emigrantes em menos de quatorze anos) que fomentariam novos consumos, já que os mercados externos, sendo muito importantes, não são estratégica e quantitativamente os principais — o principal, pelo seu dinamismo potencial, papel motor e amplitude (à volta de três quartos do total) é o mercado interno nacional.

É impossível nos limites de uma entrevista abordar os principais aspectos dos problemas postos, que são de uma importância fundamental.

Pelo menos destacaria, dentro do quadro de uma estratégia anti-imperialista global, o alcance de uma iniciativa dos próprios trabalhadores. Essa vigilância poderá revestir formas muito variadas. Só a iniciativa criadora deles próprios nos poderá esclarecer.

Creio no entanto estarem criadas condições políticas e sindicais para a formação de comissões de trabalhadores na oficina e na fábrica, capazes de fiscalizar — em ligação com os sindicatos — a política empresarial: os investimentos (que são efectuados devidamente), a constituição, renovação e utilização dos «stocks» de matérias-primas, o aproveitamento das possibilidades do mercado e do próprio cumprimento das notas de encomenda, os despedimentos de trabalhadores e suas razões, etc., etc. Em resumo, uma vigilância da actividade da empresa tendo em vista evitar actos de sabotagem da actividade económica e até mais do que isto intervir na sua eficiência. Julgo que no regime capitalista não é viável uma actividade de «co-gestão» da empresa; é certo que as comissões de empresa mesmo com objectivos bem mais limitados correm o risco de serem neutralizadas pelo patronato, mesmo de serem absorvidas pelo sistema.

Porém, nas circunstâncias reais do nosso país, comissões de fiscalização do género apontado não me parecem anti-realistas. Mas a resposta a esta questão só os trabalhadores e os sindicatos a poderão dar.

Por fim, quanto à necessidade do recurso a capitais estrangeiros, questão que em relação ao desenvolvimento económico, os especialistas têm dado as respostas mais díspares, limitar-me-ia a esta afirmação muito geral: o recurso sistemático e amplo aos capitais estrangeiros não só não pode responder às necessidades do crescimento económico como é fonte de futuros entraves a esse crescimento.

Uma prática económica de conteúdo democrático pode mobilizar poupanças que tornem cada vez menores as necessidades do recurso ao capital estrangeiro. Assim, esse carácter democrático terá até o papel de uma pedra de toque no carácter progressivamente marginal dessa utilização de capitais externos, ao mesmo tempo que não será possível essa via de crescimento económico democrático sem a limitação das importações e a sua regulamentação múltipla.

Por um lado é ilusório afirmar que constituiriam meio de adquirir tecnologias de ponta, muito evoluídas. Tais importações não se dirigem para essa tecnologia. Por outro lado, os investimentos externos guiam-se pela estratégia própria das grandes empresas (que aqui dominam as multinacionais) e não pela estratégia do desenvolvimento nacional dos países onde se fixam. Em terceiro lugar, à entrada de capitais (e muitas vezes eles nem sequer entram recorrendo a grande empresa estrangeira ao crédito do país onde se fixa) vai corresponder saídas de lucros, perdendo-se aquela fonte do rendimento gerado dentro do país que poderia ser reinvestido (o exemplo dos países da América Latina é bem trágico: saem muitos mais rendimentos a título de juros do que entram capitais).

Em quarto lugar, tais investimentos originam uma dependência crescente do país a que os capitais estrangeiros acorrem — dependência que é económica e que tende a ser política.

ASSINATURAS

Tabela de Preços

CONTINENTE E ILHAS

50 NÚMEROS — 125$00 (Assinatura normal)
50 NÚMEROS — 200$00 (VIA AÉREA)
Angola, Cabo Verde, Guiné, Macau, Moçambique, S. Tomé, Timor, Brasil, Espanha:
50 NÚMEROS — 150$00 (Assinatura VIA SUPERFÍCIE)
50 NÚMEROS — 520$00 (Assinatura VIA AÉREA)

ESTRANGEIRO

50 NÚMEROS — 250$00 (Assinatura VIA SUPERFÍCIE)
50 NÚMEROS — 700$00 (Assinatura VIA AÉREA)

NOTA — Atendendo a que não temos serviço de cobrança, solicitamos que conjuntamente com o pedido de assinatura nos remetam cheque ou vale de correio. Aos assinantes inscritos que ainda não efectuaram a liquidação, agradecemos também que o façam.

● SE GOSTAS DE LIVROS
● SE GOSTAS DE DISCOS
● SE TE AGRADA CONVIVER

Inscreve-te na ESTEIROS, adquirindo acções de 100$00.
Escrevê-nos ainda hoje.
Visita-nos ainda hoje.

ESTEIROS — Cooperativa de Material Educativo
Rua Braamcamp, 66-1.º — Tel. 4 45 90 — LISBOA

Ler e divulgar o "Avante!" é ajudar o Partido

VOZ OPERÁRIA
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
Nº 114 — AGOSTO DE 1974 — Cr$ 1,00

EDITORIAL

Institucionalização do Fascismo

A chamada «grande imprensa» dá ao povo crescente para um noticiário em torno de mudanças institucionais que estão preparando no País. Por inspiração do Palácio do Planalto, políticos, juristas e ideólogos reacionários se apressam em colaborar na feitura de um «modelo» político que esteja ao gosto dos generais Geisel e Golbery.

O fato é que o regime fascista no Brasil precisa e quer institucionalizar-se. Seus dirigentes sabem que ele não tem futuro, se formos grosseiro pela qual vem se impondo. Mesmo do ponto de vista da oligarquia dominante, ele não é totalmente satisfatório. A sucessão de um regime legal definido e respeitado estimula e estabiliza o e abaixo no interior da máquina militar governamental, embora as relações dela com os diversos setores das classes dominantes, dificulta o trânsito dos diplomatas brasileiros em negociações com governos de outros países.

Isto não é segredo, nem é novo. Há muito que se responsabiliza pela ditadura sabem de tais dificuldades. Vem por outro, tentam superá-las, buscando uma fórmula de regime que seja constitucional, mas que, ao mesmo tempo, permita preservar o essencial do sistema implantado a partir de 1964 — em particular, a política de repressão de direitos e de compressão dos salários da classe operária e as medidas de entrega da economia nacional ao imperialismo. As tentativas, entretanto, morreram no nascedouro, porque logo esbarram na evidência de que qualquer mudança institucional, desde que permita um mínimo de manifestação de opinião pública, resulta fatalmente na expressão clara do repúdio da grande maioria das forças representativas nacionais a este regime criminoso de opressão do povo e traição da Pátria.

Atualmente, a busca se orienta para uma fórmula constitucional que admita certo grau de voto político no interior das classes dominantes, sempre e desde que não ameaçem em nenhum momento a hegemonia do regime fascista. As mudanças da dupla Golbery-Faláo deixam pouco-lhe inclusive certa salvaguarda em eventuais eleições, por parte do atual governo.

As idéias centrais desse projeto político fascista estão expostas no livro «A democracia possível», do sr. Ferreira Filho, nomeado futuro vice-governador de São Paulo e ideólogo da moda do fascismo «aberto». De nada, é uma monografia francamente aliada do poder. «A democracia que é possível não conta a realidade incontrolável do governo pelos eleitores, diz o sr. Ferreira Filho, depois de esclarecer que «sempre é uma minoria que governa, enquanto a maioria não faz mais que obedecer».

O regime sugerido pelo sr. Ferreira Filho é ornamentado com uma construção artificiosa e «original». Prevê o acesso da população a uma determinada atividade política, a fim de apoiar e perpetuar o poder da «elites» — que, nas atuais condições brasileiras, outra coisa não é senão a oligarquia representativa dos monopólios imperialistas, do latifúndio e dos grupos econômicos internos que se associam com o imperialismo.

O poder repressivo do Governo Federal é, entretanto, o centro deste arcabouço constitucional que despertia o entusiasmo dos atuais governantes do País. Para reforçá-lo, pretende-se uma «inovação» jurídica, a pretexto de atender as supostas necessidades de um estado de «guerra revolucionária», as medidas restritivas que o conceito de «estado de sítio» atribui o Poder Executivo a tomar, segundo a tradição constitucional burguesa, não seriam agora utilizadas apenas em relação a determinada região ou cidade do País, mas seriam aplicadas contra os cidadãos que digam «contrariados» a repressão política considerem os «suspeitos» «subversivos». Subversivo, para o sr. Ferreira Filho, é todo aquele que contesta a legitimidade ou a justiça do regime fascista; a contestação tem de ser reprimida, diz ele, que não pompa inclusive ameaças ao Poder Judiciário, para o caso deste não cumprir devidamente seu papel de auxiliar da polícia política, pois, para ele, a Justiça cabe «inocentar criminosos, e criminosos são os subversivos».

Trata-se, assim, de confiar numa «elite da «elite» social à parte da população inconformada com o fascismo. Não é preciso explicar que isto visa, fundamentalmente, à classe operária e às forças que se alinam a ela dos trabalhadores. A parcela da população que os fichários do SNI «abolissem» ao «arbítrio» teria a inteira «sorte» da política política, privada de qualquer direito. A outra parte, entretanto, conformada ou interessada na manutenção da ordem fascista, estaria em gozo dos direitos individuais e associativos e seria incluída «simbolicamente» e desenvolver uma «atenção, tenaz e cordial» atividade política.

E é na vida política do Império, sob D. Pedro II, que o fascismo buscá inspiração. Isto porque, nesse período da vida brasileira, as classes dominantes conseguiram um regime de dominação «relativamente tranquila» e aparentemente democrática. A História ensina, porém, que tudo aquela construção «liberal» do Império repousava na fato de que a população trabalhadora, em grande maioria, era escrava. A condição de escravidão do «liberalismo» era uma ferocidade sem limites na repressão aos trabalhadores, que não se conformavam com sua situação de escravos.

Estão condenados ao fracasso os projetos de institucionalizar o fascismo. Há hoje uma classe operária brasileira consciente de seus direitos essenciais e disposta de lutar por eles. A população trabalhadora não está hoje isolada na sociedade, como estava há trem anos. A inconformidade com a proposta fascista dos monopólios, a luta pelos direitos democráticos, contra o imperialismo e pelo progresso social se manifesta em todas as classes e camadas da sociedade. Hoje vivemos um mundo marcado pela sucessão do socialismo e a decadência do capitalismo.

Segundo informações que transpiram dos gabinetes de Brasília, Geisel pretende levar adiante o projeto de institucionalização do fascismo submetendo ao Congresso um projeto de «reforma constitucional». Assim, os fragalhos da Constituição reacionária de 67 e os Atos Institucionais e Complementários seriam reformulados e ordenados de acordo com as teses de ideólogos fascistas, como esse sr. Ferreira Filho.

As forças antifascistas devem se colocar frontalmente contra essa manobra, que visa a eternizar o regime que oprime as massas trabalhadoras e a grande maioria da Nação. Exigimos a revogação do Ato Institucional nº 5 e de todas as leis fascistas impostas ao País nestes 10 anos.

Os trabalhadores querem liberdade e um regime que livre o Brasil da opressão imperialista e da exploração brutal dos monopólios. Só aceitamos como legítima qualquer ordem constitucional que surja de uma Assembléia Constituinte, eleita em 1946, eleita num real clima de liberdade.

Frente às manobras de institucionalizar o fascismo, é necessário desenvolver maiores esforços pela união de todos os democratas numa ampla frente patriótica contra o fascismo, instrumento indispensável para aqui se fazer o mesmo que em Portugal: a liquidação do fascismo. Com essa vitória, decidamos participar nas próximas campanhas eleitorais para eleger senadores e deputados comprometidos com as bandeiras da democracia, da libertação nacional e das reivindicações populares, e para que, no processo eleitoral se manifeste o protesto de milhões de brasileiros contra a ditadura fascista que tortura, sequestra e assassina brasileiros honestos e populares.

NESTE NÚMERO: Suplemento Sobre PORTUGAL

Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido Comunista Português

GEISEL AMPLIA O TERROR FASCISTA
(Página 7)

HOMENAGEM DOS COMUNISTAS BRASILEIROS: — O «AVANTE!» NAS PÁGINAS DO «VOZ OPERÁRIA»

O número de Agosto do jornal «Voz Operária», órgão central do Partido Comunista Brasileiro, editado na ilegalidade, publica um suplemento especial sobre os acontecimentos políticos em Portugal.

Materiais que foram publicados pelo «Avante!» constituem esse suplemento, anunciado na primeira página do «Voz Operária» juntamente com uma fotografia do camarada Álvaro Cunhal.

Prova dos profundos sentimentos de solidariedade dos comunistas brasileiros para com a nossa luta e dos laços de amizade que nos unem, este suplemento foi também ditado, conforme se diz no «Voz Operária», «pela grande importância dos acontecimentos em Portugal para o movimento revolucionário mundial e a sua repercussão no Brasil».

A Redacção da «VOZ OPERÁRIA» decidiu preparar para seus leitores um suplemento especial sobre os últimos acontecimentos em Portugal, considerando sua grande importância para o movimento revolucionário mundial e a repercussão destes fatos aqui no Brasil.
Neste suplemento reproduzimos materiais que foram publicados pelo semanário «AVANTE», órgão central do Partido Comunista Português, agora editado livremente em Lisboa.

Avante!
31 de Maio de 1974
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

OS COMUNISTAS E O 25 DE ABRIL

Logo nas primeiras horas após o vitorioso Movimento Militar de 25 de abril, o Partido Comunista saudou calorosamente os patriotas das Forças Armadas, oficiais e sargentos, soldados e marinheiros que, através da sua acção decidida e corajosa, destituíram os odiosos governantes fascistas e restituíram ao País um programa de acção imediata orientado por princípios populares e democráticos. Desde logo também o Partido salientou a necessidade de, para uma correta análise da situação e das perspectivas futuras, se integrar o movimento no contexto da vida nacional sob o fascismo. As mudanças da dupla Golbery-Faláo deixam pouco-lhe inclusive certa salvaguarda em eventuais eleições, por parte do atual governo.

As idéias centrais desse projeto político fascista estão expostas no livro «A democracia possível», do sr. Ferreira Filho, nomeado futuro vice-governador de São Paulo e ideólogo da moda do fascismo «aberto». De nada, é uma monografia francamente aliada do poder. «A democracia que é possível não conta a realidade incontrolável do governo pelos eleitores, diz o sr. Ferreira Filho, depois de esclarecer que «sempre é uma minoria que governa, enquanto a maioria não faz mais que obedecer».

Com efeito, o movimento de 25 de Abril confirmou a falta de qualquer espécie de apoio do povo português ao fascismo, tendência não longo processo de luta em que os comunistas se colocaram de sempre nesta grande e generosa linha. Manifestava-se de forma evidente a incapacidade do regime para resolver os grandes e prementes problemas nacionais, que mostrava o maior de todos eles, a guerra colonial, cujas consequências económicas, sociais e políticas contribuíram poderosamente não só para o agravamento da crise interna do fascismo mas também para o seu isolamento internacional.

A uma tal situação não eram alheios os meios populares, que estavam longe de ser aquele corpo apático e amorfo, concordante com o regime a que a propaganda fascista pretendia fazer crer. Jamais a censura imposta aos órgãos de informação permitiu que a verdadeira realidade nacional neste aspecto fosse nunca fosse conhecida. É essa realidade era que, no longo dos anos, se foi progressivamente implantando e aprofundando um amplo movimento de luta antifascista, no qual a classe operária, sob a direção do nosso Partido, desempenhou um papel de vanguarda.

O movimento unitário dos democratas, nomeadamente durante a campanha de outubro de 1972, as ações de classe operária, ocorridas nos últimos meses em sucessivos e poderosos graves, o movimento sindical, assim como o dos estudantes e dos jovens trabalhadores, são exemplos concretos e recentes de um processo de luta que criou condições objetivas para o derrubo do fascismo. Parte integrante e fundamental deste processo foi também a luta dos povos sob o jugo colonial em Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, desenvolvida com a ativa solidariedade das forças democráticas portuguesas.

Por outro lado, no próprio seio das Forças Armadas, as reivindicações democráticas e a oposição à guerra colonial vinham a merecer crescente audição. Intensificava-se a tomada de consciência entre os militares a consciência dos contornos do regime e do lugar neste ocupado pelas Forças Armadas, e a consequente necessidade de participação perante a ditadura fascista. Desde há anos que se multiplicavam as manifestações de consciência aos a guerra colonial — recusas de embarcar, deserções, etc. —, tendo assim o Movimento das Forças Armadas surgido como uma resposta justa à situação dentro dos próprios Forças Armadas como um desafio lançado pelo grande desenvolvimento e progresso das lutas populares.

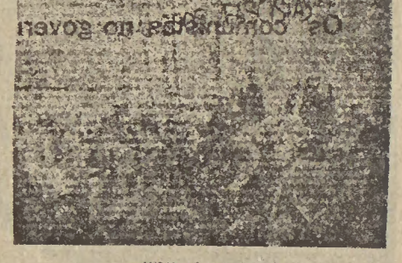
A LINHA DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA PORTUGUESA

O que ficou dito permite-nos caracterizar com algum rigor o movimento de 25 de Abril. Longe de ser um «putsch» ou mesmo um golpe militar, ele assinala simultaneamente o término do um processo de luta que já vinha de trás e o início de uma atravessada que se integra na linha de desenvolvimento da revolução democrática portuguesa. A subversão militar culmina o agravamento da crise do regime, de que foram fatores determinantes as contradições e dificuldades internas, a luta do povo português e dos povos submetidos ao colonialismo português e a condenação e isolamento internacional da política do fascismo. O golpe militar é, ao mesmo tempo, a expressão da adesão de parte importante das Forças Armadas às reivindicações democráticas fundamentais do povo português (Documento do Secretariado do Comitê Central do P.C.P. de 26 de abril). A identificação do Movimento das Forças Armadas com as aspirações do nosso povo ficaram provadas com a declaração de princípios divulgada em 25 de Abril e que o Partido Comunista não teve dúvidas em saudar como um passo decisivo para que, num curto prazo, seja liquidada a ditadura fascista, seja pôsto fim à guerra colonial e seja instaurado em Portugal um regime democrático liberal.

Medidas já adotadas — supressão da PIDE/DGS e de outras organizações fascistas, libertação de todos os presos políticos, liberdade de Imprensa — assim como outras previstas — eleições livres para uma Assembléia constituinte, debate nacional e abertura de negociações com os movimentos de libertação para por fim à guerra, na base do reconhecimento do direito à independência dos povos sob regime colonial — não poderiam deixar de merecer o calorosa e sincero apoio do nosso Partido, na medida em que respondem às aspirações profundas do povo português e marcam uma viragem radical na situação política do País.

(Transcrição do «Avante!»)

SUPLEMENTO ESPECIAL
VOZ OPERÁRIA
Nº 114 — Agosto — 1974 — Cr$ 1,00



LISBOA — O povo não cura

O CRESCIMENTO ECONÓMICO NA HUNGRIA, RDA E CHECOSLOVÁQUIA

No dia 17 de Março de 1945, o Governo provisório da Hungria, constituído após a libertação do país do jugo fascista, aboliu o sistema latifundiário e distribuiu a terra entre os camponeses pobres, os assalariados rurais e os pequenos agricultores. Seiscentas e cinquenta mil famílias receberam 3 milhões de hectares de terra.

Os pequenos e médios proprietários uniram-se em cooperativas e comprovou-se que o sistema de «kolkhozes» (cooperativas agrícolas) — tantas vezes caluniado na Hungria do passado e que, inclusive hoje, se trata de desprestigiar aos olhos dos camponeses de muitos países, significou para a gente dos campos a saída da miséria para uma vida de bem-estar.

Em 1949, um intenso esforço foi desenvolvido, orientado para a qualificação profissional do campesinato. Actualmente, um terço dos camponeses húngaros possui qualificação profissional — fruticultor, avicultor, zootécnico, ordenhador, mecânico de máquinas agrícolas, etc.

Qualquer pessoa pode convencer-se do nível de vida e dos êxitos alcançados pelos camponeses húngaros, visitando a Hungria e observando como vivem as famílias camponesas, vendo as suas casas confortáveis, a tecnologia agrícola altamente evoluída e as modernas máquinas agrícolas de propriedade colectiva que contribuem para um crescente rendimento da terra.

Os êxitos alcançados pelos camponeses húngaros em 25 anos são tanto mais notáveis se tivermos em conta o seu ponto de partida — as ruínas causadas pela segunda guerra mundial. Durante os anos da guerra, os fascistas liquidaram 52 por cento do gado vacum, 59 por cento do cavalar, 45 por cento do porcino e 82 por cento do ovino. Em 1945 havia em toda a Hungria somente uns 3 mil tractores em condições de trabalhar.

•

O número de professores na RDA aumentou desde 1949, ano da fundação do Estado socialista, de 63 000 a 156 000. No decorrer dos últimos 3 anos, mais de 40 000 novos professores começaram a trabalhar na educação nacional. Estes dados foram apresentados pelo ministro da Educação Nacional da RDA, Margot Honecker, numa entrevista publicada pelo «Neues Deutschland».

O ministro recorda que em 1949 faltavam 21 000 salas de aula. Trinta e cinco mil novas salas de aula foram construídas desde então, ou seja, 37 por cento do total de salas de aula hoje existentes.

Em 1973, dois anos depois do VIII Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha, os investimentos do Estado para a educação nacional duplicaram em relação a 1970

•

A construção de centrais eléctricas na Checoslováquia processa-se a ritmo rápido. Neste domínio, o programa de investimentos é particularmente exigente. As directrizes do XIV Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia para o desenvolvimento da economia nacional indicam que 3700 MW de novas potências eléctricas devem ser postas em funcionamento durante o actual plano quinquenal. Para assegurar esta tarefa, estão actualmente em construção 9 centrais eléctricas especiais, 7 centrais hidroeléctricas e uma central nuclear. Em 1973, entraram em funcionamento centrais com uma potência de 1160 MW

O programa de edificação de instalações energéticas no quinquénio em curso e nos futuros é uma exigência sem precedentes no passado. A quantidade de energia eléctrica utilizada na Checoslováquia duplica de 10 em 10 anos, o que é muito natural, se tivermos em conta que a Checoslováquia socialista se encontra entre os 10 primeiros países industriais do mundo.

9.º CONGRESSO EUROPEU DE BIOQUÍMICA NA HUNGRIA

Está a decorrer esta semana (de 25 a 30 de Agosto), em Budapeste, o 9.º Congresso Europeu de Bioquímica, efectuado pela Federação das Sociedades Bioquímicas Europeias (FEBS) de que Portugal também é membro. Estes congressos iniciaram-se em 1964 e têm como finalidade a cooperação e contacto científico e humano, no campo da Bioquímica, entre os países da Europa. Esta ideia está bem expressa nas palavras proferidas pelo prof. Ivan Popov (vice-presidente do Conselho de Ministros da República Popular da Bulgária) quando da abertura do 7.º Congresso da FEBS, realizado em Varna em 1972: «(...) o estreito contacto e cooperação entre os cientistas dos diferentes países e continentes são um importante factor não só para o desenvolvimento da ciência mas também para a consolidação da paz e amizade entre os povos».

O embaixador da URSS fala ao «Avante!»

«A embaixada soviética vai empenhar os seus esforços no desenvolvimento das relações e colaboração entre a URSS e Portugal»

«O início da actividade da Embaixada Soviética, em Lisboa, e da Embaixada de Portugal no próximo futuro em Moscovo, tem grande importância na história das relações entre os nossos povos».

Com estas palavras caracterizou Arnold Kalinin, o primeiro embaixador em Portugal da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o significado e importância que os soviéticos atribuem ao estabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e a URSS.

Na altura em que o estabelecimento das relações diplomáticas com a URSS começa a traduzir-se em iniciativas concretas, com os primeiros passos para a instalação em Lisboa da Embaixada Soviética, pareceu-nos do maior interesse entrevistar o Embaixador, camarada Kalinin.

Eis as suas declarações ao «Avante!»:

O estabelecimento de relações diplomáticas com Portugal está dentro do espírito da política externa da URSS.

Podia o camarada Embaixador sintetizar os objectivos gerais dessa política externa?

A URSS existe há mais de 50 anos. Desde os primeiros dias da sua fundação até hoje os princípios e os objectivos da política externa soviética permaneceram invariáveis.

Foi o fundador da União Soviética, V. I. Lenine, quem os formulou.

Um dos princípios fundamentais da política externa da URSS é o princípio da coexistência pacífica entre Estados com sistemas económico-sociais diferentes. Isso significa que todas as questões litigiosas surgidas entre os países devem ser resolvidas por meios pacíficos. Entretanto, o princípio da coexistência pacífica não significa só ausência de guerra entre os Estados; significa, também, a colaboração entre os Estados no campo político económico técnico-científico e cultural.

A aplicação prática deste princípio permitiu à União Soviética desempenhar um papel importante em várias organizações internacionais, desenvolver fecundas relações políticas, económicas e culturais com muitos países capitalistas. Os resultados da política de coexistência pacífica respondem aos interesses de todos os povos.

O XXIV Congresso do PCUS, realizado em 1971, frisou que os objectivos da política externa soviética consistem em assegurar, com todos os países da comunidade socialista, condições favoráveis para a construção do socialismo e do comunismo; fortalecer a unidade dos países socialistas; prestar apoio ao movimento nacional-libertador e aplicar uma colaboração multilateral com os países em via de desenvolvimento; continuar a defender o princípio da coexistência pacífica; fazer frente com decisão às forças agressivas do imperialismo; salvar a humanidade duma guerra mundial. Hoje nós podemos dizer com segurança que a aplicação prática dos princípios leninistas da política externa da União Soviética — realizada em estreita unidade com os outros países socialistas — suscita grande interesse na opinião mundial.

«As relações da URSS com a República Portuguesa responderão aos interesses do povo português e do povo soviético e serão um factor positivo para a melhoria das relações entre todos os Estados e o processo de transformação da Europa numa zona de paz estável»

As conversações históricas dos dirigentes do PCUS e do Governo Soviético, em primeiro lugar do secretário-geral do PCUS L. I. Brejenv, com os dirigentes de grandes países capitalistas como os EUA, França, República Federal da Alemanha, testemunham grandes mudanças realizadas depois da segunda guerra mundial, uma transição do período da confrontação na vida internacional para uma etapa de cada vez mais estáveis relações entre Estados com sistemas sociais diferentes.

A viragem da «guerra fria» para o desanuviamento teve os seus resultados positivos. Entraram em vigor importantes acordos internacionais que limitam a escalada da corrida aos armamentos. Isso reflectiu-se bem no continente europeu.

A Conferência da Segurança Europeia tem como objectivo aprovar na Europa princípios das relações internacionais que assegurem a manutenção de paz neste continente. A União Soviética, pela sua parte, está pronta a fazer tudo que é possível para se alcançar uma sólida paz e a segurança na Europa.

Esse é também o objectivo que serve a proposta recentemente apresentada pelo secretário-geral L. I. Brejnev sobre a retirada do Mediterrâneo dos navios e submarinos tanto soviéticos como americanos, portadores de armas nucleares.

A linha da política externa soviética é conhecida sob a designação de «ofensiva de paz».

Nós, como disse L. I. Brejnev, vamos continuar a aplicar essa linha, que é a favor da vida na terra, da felicidade dos nossos filhos, da humanidade actual e futura.

É muito grande o interesse do povo português pela URSS. Interesse que mais aumenta agora, quando finalmente se torna possível para os portugueses receber uma informação verídica e directa sobre a vida, as actividades, as realizações do povo soviético.

Compreenderá pois, camarada Kalinin, que lhe façamos esta pergunta: O que fazem os soviéticos? Quais são as tarefas colectivas em que neste momento estão empenhados?

Há cerca de 4 anos que o povo soviético trabalha na realização dos planos do XXIV Congresso do PCUS, onde foi traçado um amplo programa do progresso económico-social da nossa Pátria. Estas tarefas são muito grandes. O cumprimento delas garantirá uma elevação considerável do bem-estar dos povos soviéticos e realizará na prática a palavra de ordem do partido — tudo a favor do povo, a favor do homem soviético.

Este ano também foi concluído o quarto ano do nono plano quinquenal. Falando sobre o cumprimento da tarefa traçada pelo partido quanto ao aumento do bem-estar dos trabalhadores, posso dar dois exemplos: foi aumentado o salário de 47 milhões de trabalhadores e funcionários, 45 milhões de pessoas festejaram a mudança para nova residência.

Tudo isso foi possível na base do crescimento contínuo do potencial económico e técnico-científico do país. Só no decurso deste quinquenato foram construídas milhares de novas empresas. Actualmente estão em construção grandes complexos económicos na Sibéria Ocidental e no Extremo Oriente.

Tudo o que temos agora e tudo o que teremos no futuro — é resultado do trabalho tenaz do povo soviético.

«Nós não construímos o reino dos vadios — construímos a sociedade mais organizada, mais trabalhadora, da história da humanidade» — disse o camarada L. I. Brejnev durante as festas dedicadas à comemoração do 50.º aniversário da formação da URSS.

A construção do socialismo foi muito difícil. Fomos obrigados a superar não só o atraso secular do país como a agressão militar dos inimigos. Tivemos de criar uma poderosa indústria, de educar milhões de analfabetos, de formar quadros especialistas.

Hoje muito ficou para trás. Pelo trabalho obstinado e heróico, está criada na União Soviética a sociedade socialista amadurecida e desenvolvida. À nossa frente temos novos objectivos. Nós acreditamos no seu êxito, pois durante a existência do Poder soviético formou-se uma nova comunidade histórica — o povo soviético, que possui traços comuns de comportamento, de carácter, de ideologia, que não dependem de diferenças sociais ou nacionais. Este fenómeno tem como base uma aliança forte, de todos os trabalhadores, uma aliança firme e inabalável da classe operária, do campesinato colcoziano e da intelectualidade popular.

O camarada Arnold Kalinin quando falava à repórter do «Avante!»

O estabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e a URSS abriu amplas perspectivas ao desenvolvimento e aprofundamento das relações entre os dois países, em todos os campos — culturais, económicos, humanos, políticos, científicos. Como considera o camarada embaixador tais perspectivas?

O estabelecimento das relações diplomáticas entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e Portugal, o início da actividade da Embaixada Soviética em Lisboa e da Embaixada de Portugal no próximo futuro em Moscovo, tem grande importância na história das relações entre os nossos povos. Estas relações darão uma contribuição de peso para o fortalecimento da segurança geral e, em primeiro lugar, para o desenvolvimento do processo da transformação da Europa numa zona de paz estável.

A política externa da URSS, como já afirmei antes, baseia-se nos princípios da coexistência pacífica entre os Estados com sistemas sociais diferentes. Estes princípios prevêem o respeito pela soberania nacional, a não ingerência em assuntos internos dos outros países, igualdade de direitos entre todos os Estados.

Seguindo com firmeza estes princípios, a URSS pronuncia-se pelo ulterior desenvolvimento de relações amistosas e multilaterais com a República Portuguesa. Nós estamos convictos que tais relações responderão aos interesses do povo português e do povo soviético e serão dos factores positivos que contribuam para a melhoria das relações entre todos os Estados.

Quero sublinhar que a Embaixada Soviética vai empenhar os seus esforços para dar a máxima contribuição para o desenvolvimento das relações multilaterais e amistosas e para a colaboração prática entre a URSS e Portugal, no interesse dos nossos povos e de todo o mundo.

«Desde os primeiros dias da sua fundação até hoje, os princípios e os objectivos da política externa soviética permaneceram invariáveis. Foi o fundador da União Soviética, Vladimir Lenin, quem os formulou»

AJUDA MÚTUA REALIDADE SOCIALISTA

A propósito do 25.º aniversário do CAME (Conselho de Ajuda Mútua Económica), que decorreu este ano, V. Morózov, comentador da agência soviética Novósti, num artigo especialmente cedido ao «Avante!» por aquela agência, aborda o problema das relações económicas com os países socialistas nos seguintes termos:

«Com a ajuda económica e técnica dos países do CAME os Estados em vias de desenvolvimento construíram ou constroem presentemente mais de 2900 empresas industriais, obras hidro-energéticas, sistemas de rega, vias férreas, estradas, portos, explorações agrícolas, centros docentes e de investigação científica. Os créditos concedidos a longo prazo a esses Estados perfazem um total de 11 000 milhões de rublos. Somente com a ajuda da União Soviética construíram-se 490 empresas. No quinquénio em curso (1971-1975) serão construídas 500 empresas em diversos países, com a ajuda da União Soviética.

«Em 1972, os participantes do CAME negociaram com os países em desenvolvimento mais de 135 acordos de colaboração económica e científico-técnico. Em Junho de 1973, o CAME criou um Fundo de Bolsas de Estudo para ajudar os países em vias de desenvolvimento a formar quadros nacionais, em centros docentes dos países membros do CAME, nos ramos de maior importância para o seu desenvolvimento.

«As operações financeiras a longo prazo com os signatários do CAME decorrem através do Banco Internacional de Investimentos, que possui um fundo especialmente criado para esse fim em Abril de 1973 pelos países membros do Banco — Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Mongólia, Polónia, República Democrática Alemã, Roménia e URSS. O Fundo é constituído por mil milhões de rublos convertíveis (mos-da colectiva dos países do CAME). Com este Fundo concedem-se créditos para construir, ampliar ou modernizar empresas industriais, explorações agro-pecuárias e outros sectores económicos nos países em desenvolvimento.

«A ajuda multilateral dos países do CAME aos países em vias de desenvolvimento é concedida numa base mutuamente vantajosa. Em troca de créditos, equipamentos e ajuda técnica, a URSS e os outros países socialistas recebem matérias-primas, produtos agrícolas e artigos da indústria nacional dos países em questão.

«Também se ampliam consideravelmente as relações económicas e comerciais entre os países socialistas e os países capitalistas desenvolvidos — destaca V. Morózov no seu artigo. — Nos últimos anos, utilizam-se cada vez mais as relações mutuamente vantajosas entre os países do campo socialista e os países capitalistas. Entre as formas que assumem essas relações contam-se os convénios entre organizações soviéticas e firmas estrangeiras para a exploração de recursos naturais da URSS e a construção de empresas industriais em território soviético na base de compensação. De acordo com esses convénios, a URSS, por exemplo, recebe créditos estrangeiros para adquirir equipamentos, máquinas, materiais e outros artigos. Os créditos são compensados gradualmente através do fornecimento de matérias-primas e produtos industriais das empresas construídas com a ajuda desses créditos.

«Nos últimos anos — destaca ainda o comentador V. Morózov, — aumentou bastante o interesse de vários países capitalistas desenvolvidos pelas formas multilaterais de cooperação com os países socialistas e, em particular, com os países do CAME.»

A propósito do que acima se diz, oportuno é lembrar a posição do PCP sobre as relações com os países socialistas, reafirmada em nota da sua Comissão Executiva de Junho passado:

«O estabelecimento das relações diplomáticas permitirá o desenvolvimento de amplas relações económicas, culturais, científicas e humanas entre Portugal e os países socialistas, relações que muito poderão contribuir, na base da reciprocidade de vantagens, para a solução de alguns dos graves problemas deixados pelo regime fascista à economia portuguesa, que darão ao povo português a possibilidade de tomar conhecimento directo de grandes realizações e experiências e que serão da maior importância para que Portugal possa realizar, no plano internacional, uma política de paz, de relações de amizade e cooperação com todos os países, de independência nacional.»

Breves notícias dos países socialistas

UNIÃO SOVIÉTICA

● Entraram em exploração os jazigos de gás natural situados nos arredores de Orenburgo, no Sul dos Urais. Numa primeira fase eles fornecerão 15 milhões de metros cúbicos de gás por ano. Num espaço de tempo recorde foram construídas três instalações para a preparação do gás natural, montadas 150 sondas e outras instalações fabris.

● Em Moscovo, entrou em funcionamento 4 meses antes do prazo previsto uma nova linha do metro, na direcção Norte-Sul. Em 1976, estarão concluídas duas outras novas linhas com um total de 10 estações.

● Actualmente, existem em Moscovo 4400 bibliotecas com 200 milhões de livros e onde estão inscritos 6 milhões e meio de leitores. Somente nos últimos 3 anos abriram na capital 13 novas bibliotecas.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

● Em Altenhof foi inaugurado o 16.º Acampamento Internacional de Verão, onde se encontram crianças e jovens de 31 países do mundo. Com enorme entusiasmo foram saudadas as crianças do Vietnam, do Chile, da Palestina e de Chipre. Este campo de férias, que reúne 1200 crianças e jovens, decorre sob o lema «Pela solidariedade anti-imperialista, pela paz e pela amizade».

REPÚBLICA POPULAR DA HUNGRIA

● A Hungria alcançará este ano um recorde no turismo. No primeiro semestre deste ano entraram no país 2 milhões e meio de turistas estrangeiros, ou seja, o dobro do registado o ano passado no mesmo período.

● O gaseoduto que transporta gás da URSS para a Hungria entrará em funcionamento um mês antes do previsto. A partir de 1 de Março do próximo ano a Hungria receberá o primeiro fornecimento de gás soviético.

REPÚBLICA SOCIALISTA DE CUBA

● Foi iniciada em todo o país a primeira fase da discussão do Plano da Economia Nacional para 1975, com a realização, por todo o lado, de milhares de reuniões e assembleias. Nas primeiras semanas de Julho começaram a ser fixados os índices provisórios para ramos básicos da indústria.

REPÚBLICA POPULAR DA POLÓNIA

● Os trabalhadores e o povo da Polónia realizaram no primeiro semestre deste ano trabalho voluntário no valor total de 6 mil milhões de zlotys. Foram ampliados e melhorados, por exemplo, 1140 quilómetros de estradas e foram modernizados numerosos parques e campos desportivos.

SEARA NOVA
N.º DE AGOSTO
A SITUAÇÃO POLÍTICA E AS NOVAS PERSPECTIVAS
por Fernando Correia
ACERCA DO PEQUENO COLONIALISMO
por Modesto Navarro
ALGUNS ASPECTOS ACTUAIS DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL
por Agostinho Neto
A EDUCAÇÃO POLÍTICA NOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO
por Edgar Valles
SALAZAR E O DESPORTO
por José Esteves
DE LESTE A OESTE

NOVIDADE
— TRÊS ELEIÇÕES —
GRÃ-BRETANHA, BÉLGICA E FRANÇA
por Sérgio Ribeiro
QUE AS ACOMPANHOU A PAR E PASSO E DELAS FAZ LÚCIDAS ANÁLISES
Esc.: 50$00
PRELO EDITORA — Rua da Misericórdia, 67-2.º — Lisboa

CENTROS DE TRABALHO DO PARTIDO

ELOS DE LIGAÇÃO DOS COMUNISTAS COM AS MASSAS

«Visita de rotina», assim denominaram os nossos camaradas do Comité Central e da Direcção da Organização Regional a sua visita, realizada a semana passada, a diversos Centros de Trabalho do Partido naquela região.

Maior contacto da direcção central e da direcção da organização regional com as organizações locais, inteirar-se das condições de instalação dos Centros de Trabalho do Partido, observar ao vivo a sua actividade, estreitar a ligação da Direcção do Partido com os seus activistas de base, foram objectivos dessa visita para a qual o «Avante!» foi convidado. Visita que abrangeu os centros de Vila Franca de Xira, Sacavém, Santa Iria de Azóia e Moscavide. Nela tomando parte os camaradas Georgete Ferreira e Domingos Abrantes, do Comité Central, Morais da DORL, Bento e Guilherme de Comités Locais do Baixo Ribateio.

Intensa actividade desenvolvida pela sua organização local, foi a impressão que nos deixou o Centro de Trabalho de Vila Franca. Uma pequena prova dessa actividade: afixado na parede, um quadro anunciava numerosas reuniões de trabalhadores — da Corame, da construção civil, da Fevil, da Univex, da

CRGE, da Penteação de Lãs, etc.

Um cartaz não deixou igualmente de atrair a nossa atenção:

Camarada! Leva para a tua empresa, escola, localidade o «Avante!». (Só à sua conta Vila Franca vende 2 mil Avante!».) Orgulhosos por dem sentir-se também os comunistas de Vila Franca com o aspecto aranjado, asseado e bem tratado que apresenta a sua sede, onde se vê que tudo é feito com carinho. Um bom exemplo para outros Centros de Trabalho do Partido que nos tem sido dado visitar e onde, lamentavelmente, a impressão colhida tem sido outra bem diferente.

Momentos altos desta visita que o «Avante!» acompanhou foram, sem dúvida alguma, a inauguração do Centro de Trabalho do Partido em Sacavém e ao futuro Centro de Trabalho de Santa Iria de Azóia, que os militantes e simpatizantes do Partido ali estão a construir, tijolo a tijolo. Foram esses momentos que o «Avante!» registou para os seus leitores.

Santa Iria de Azóia — Um exemplo:

— Primeira sede do nosso Partido construída pelas mãos dos operários, com o trabalho dos operários, pela iniciativa dos operários.

Estas palavras, simples e breves, da nossa camarada Georgete, destacam o sentido profundo da obra a que deitaram mãos, com tanto entusiasmo, tanta iniciativa e tanta confiança, os nossos camaradas de Santa Iria de Azóia.

Como nasceu a ideia da construção da sede?

— Precisávamos de uma casa. Não conseguíamos encontrar nada de jeito. As rendas eram muito altas. Um de nós tinha comprado aqui um terreno, onde havia uma casa velha, e estava disposto a cedê-lo. Pensámos no caso e não hesitámos. Metemos mãos à obra. Deitámos a casa abaixo, tirámos milhares de quilos de entulho, abrimos os caboucos... Foi a parte mais difícil, a mais dura. Agora, a segunda parte difícil que temos de enfrentar é a financeira — disse-nos um dos nossos camaradas.

— Que iniciativas levaram a cabo para arranjar fundos? Ouvimos falar de umas rifas...

— Sim, fizemos um sorteio... sorteámos um borrego, 5 mil rifas. Rendeu-nos 25 contos. Foi para a compra da placa. Por aí, estamos safos.

— Tínhamos também outras despesas a que já fizemos face — diz ao nosso lado, outro amigo, que acrescenta: —, por exemplo, com tijolo, que nos custou 11 contos. Ainda temos algum dinheiro. Contamos também com algumas ofertas: tintas, tacos e, também, um grande painel de azulejos que vai ser feito, aqui, em Santa Iria, por camaradas nossos.

— E, quanto a mão-de-obra?

— Essa é gratuita. Aqui, todo o trabalho é voluntário. Os camaradas vêm para aqui nas horas livres. Já chegádo Partido. Ali o fomos enmos a trabalhar 30 pessoas.

— Só membros do Partido?

— Não, têm vindo também ajudar-nos outros trabalhadores.

— Se tudo correr bem quando é a inauguração?

— Esperamos deixar tudo pronto em Setembro e inaugurar em Outubro. Pensamos fazer uma festa em grande, levando a cabo mais algumas iniciativas para a obtenção de fundos. Para o pau de fileira cá contamos com os camaradas de Lisboa, e com o «Avante!».

— Na construção da sede tem contado com a participação da juventude? Por exemplo, o MJT, da UEC?

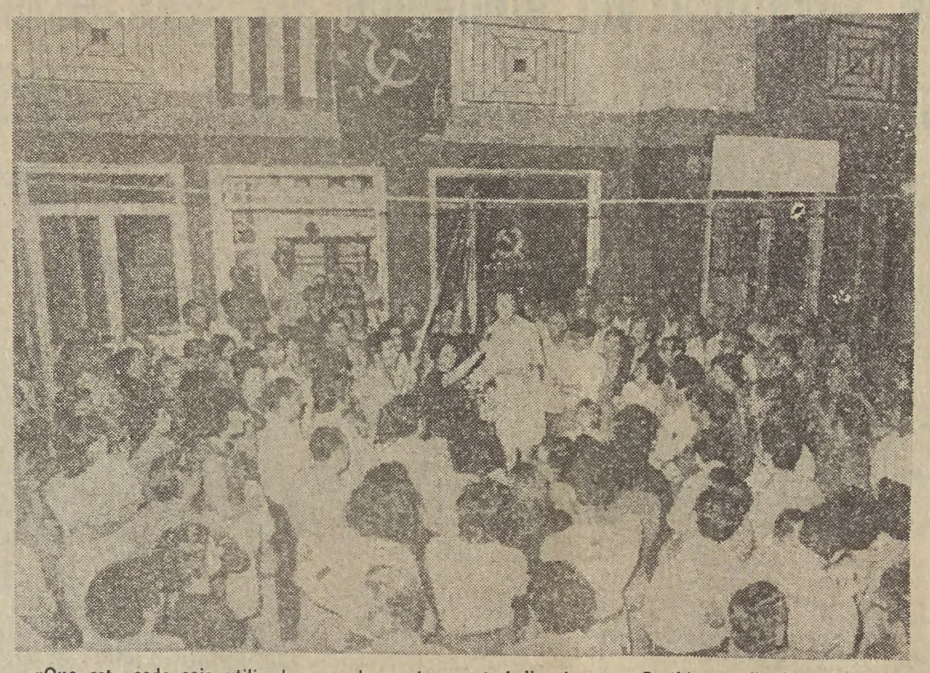
— Lamentavelmente, não. Os jovens da região não nos têm ajudado.

— Querem que faça um apelo através do «Avante!»?

— Pois, com certeza, isso ajudar-nos-ia.

Aqui fica, pois, amigos, esse apelo que fazemos em nome dos nossos camaradas de Santa Iria de Azóia e que dirigimos em especial à juventude — aos trabalhadores e aos estudantes, certos de que eles não deixarão de canalisar o seu entusiasmo, o seu dinamismo, para tão significativa iniciativa que deve ser conhecida e valorizada em todo o nosso Partido e deve merecer todo o nosso apoio.

E se outro estímulo não houvesse, que nos servisse o exemplo de João Madruga, de 76 anos, velho ferroviário, que conheceu na carne a dureza da repressão fascista e é um dos maiores animadores da construção da sede contrar a trabalhar. O seu exemplo, aqui o deixamos.



«Que esta sede seja utilizada para desenvolver o trabalho do nosso Partido» — diz Georgete Ferreira, inaugurando o Centro de trabalho em Sacavém

Sacavém em festa inaugura o Centro de Trabalho do PCP

Eram mais de 500 as pessoas que na quinta-feira da semana passada, cerca das 20 horas, se concentraram junto do novo Centro de Trabalho do PCP em Sacavém, que ia ser inaugurado.

Uma grande bandeira do Partido e uma faixa indicativa da sede, colocada a toda a largura do prédio, à altura do primeiro andar, cobriam quase a fachada.

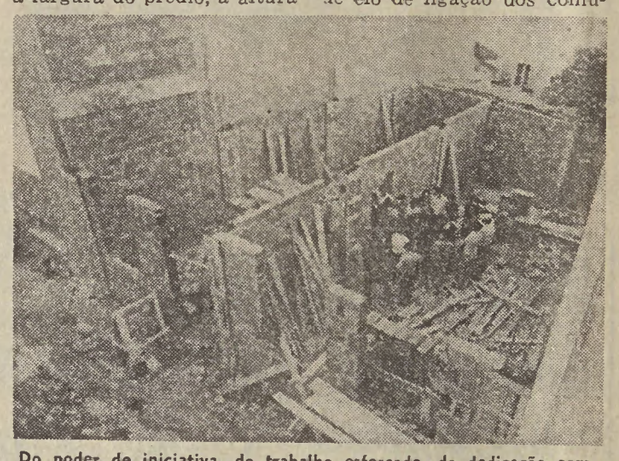
A banda de amadores de Sacavém, já bem conhecida pelo entusiasmo e alegria que tem emprestado a numerosos comícios, interpretando o tão popular «Avante Camarada, Avante», lá estava também nesse dia.

Os dirigentes da organização local do Partido, activistas, membros e simpatizantes, numerosos trabalhadores enchiam completamente as três salas do Centro de Trabalho, onde a custo se podia entrar, e juntavam-se, fora, na rua. Gritos e vivas ao PCP e à Unidade alternavam com música e canções. Na primeira sala, no rés-do-chão, chamou a nossa atenção um enorme emblema com a foice e o martelo, oferta dos metalúrgicos comunistas da Fábrica da Louça de Sacavém. É aí, também, que está instalado um «stand» de vendas de publicações e materiais do Partido. Na segunda sala, na cave, é um lindo retrato de Lenine, iluminado, que atrai imemiatamente os nossos olhares.

Sobre o significado do acontecimento falaram, num pequeno comício improvisado, realizado na rua frente à sede, usando uma cadeira como tribuna, os camaradas Georgete Ferreira, Domingos Abrantes e Óscar Reis.

«Que esta sede seja de facto um centro de trabalho e ajude a fortalecer a ligação do Partido com as masse e seja utilizada para desenvolver o trabalho do nosso Partido..., que sirva de elo de ligação dos comunistas com os outros trabalhadores, que sirva para reforçar a luta que temos pela frente no sentido de defender as conquistas do 25 de Abril», palavras oportunas de Georgete Ferreira e Domingos Abrantes.

«Visita de rotina», denominaram os nossos camaradas a visita que acabamos de relatar a Centros de Trabalho do Partido. Nós, denominá-la-íamos, antes, útil e salutar experiência de trabalho do Partido que vale a pena repetir, que vale a pena imitar.



Do poder de iniciativa, do trabalho esforçado, da dedicação sem limites dos militantes comunistas — um centro de trabalho que em breve será realidade

PORTO, ANO UM

Em nota anterior, referíamos o carácter de inúmeras folhas «regionais» que pululam no Norte do País e que têm sido um dos veículos de eleição do anticomunismo mais primário e grosseiro a quem nada repugna — nem mentira, nem calúnia ou qualquer processo baixo.

Poder-se-ia entender o fenómeno como consequência de não terem sido irradicados entre nós o fascismo e a reacção; ou ainda pela tolerância com que certas agressões ideológicas reaccionárias vêm sendo encaradas. Porém, a semelhança e conjugação dessas prosas fazem transparecer uma campanha orquestrada e planificada. Das suas origens e orientação pode ser indicação segura o cotejo com textos de outros jornais de organizações pró-fascistas que se não acobertam com pretensos interesses regionais ou locais.

Lamentável, e mais grave, é que certos jornais paroquiais ou religiosos dêem guarida a textos desse jaez mencionando explicitamente (aprovação eclesiástica) — não se sabe se ao próprio jornal ou aos seus artigos.

Entre centenas, citemos alguns exemplos. O semanário «Igreja Nova», boletim paroquial de Fazer, transcreve no seu número de 11/8 um artigo do «Diário do Minho», que por sua vez o transcreve de «Tribuna Popular» federalista, um virulento artigo contra a estratégia comunista e das suas «organizações paralelas», de que retiramos este fragmento onde nem sequer falta o toque racista: «Porém, os portugueses sabem perfeitamente o que não querem. Libertaram-se duma ditadura e não querem cair noutra. De resto, já sabem o que são ditaduras de «rosto humano» ou de «rosto proletário». Há certas fórmulas políticas **asiáticas**, que não lhe servem.» Ao lado, citando desta vez «A Ordem», verbera o comunismo que «nenhum católico actualizado pode aceitar». Deste paleio, parte-se em luta contra o saneamento das administrações locais pelas Comissões Democráticas que, para eles, não é senão a «constituição de verdadeiros sovietes (sic) adaptados às necessidades portuguesas».

O «Mensageiro de S. José», da Póvoa de Varzim, lança o anátema sobre o marxismo com ardente toque nacionalista, cujo nome «vem de Marx, **judeu alemão** (...) foi depois trabalhada por Engels, **inglês**, e organizada pelos **russos** Lenine e Estaline, e ultimamente por muita gente». Fica a saber-se ainda que «os marxistas não gostam que se fale de morte nem em romances nem nada; podia acordar a ideia de outra vida» (!). No plano económico o marxismo pretende, segundo este mensageiro, «acabar com os bens particulares e concentrar tudo nas mãos do Estado. E, se puderem, acabar mesmo com os governos próprios de algumas Nações, para serem todos dirigidos pela Rússia». Terão mesmo meios poderosos. «Para entusiasmar, têm mesmo um hino, a Internacional. « Avante, camaradas» — que se canta por aí **em vez do hino nacional**, tem o mesmo significado.» Os comunistas são contra o amor do próximo, do que precisam é do ódio, para assim conquistarem o mundo; servem-se dos operários, odeiam as pequenas e médias empresas, proclama o erudito articulista entre abundantes citações de conhecidos e desconhecidos.

Existe mesmo uma colecção de folhetos, com distribuição de «informação» e temas («Colecção Combate», cada cento 7$50). O n.º 32, intitulado «O Dragão Inimigo», traz documentação tão exacta quanto aterradora. Por exemplo os «seguintes números de assassínios praticados pelo comunismo na Rússia: 50 bispos, 7824 professores, 8920 médicos, 4860 sacerdotes, 65 000 políticos, 45 940 oficiais do exército e da marinha, 360 000 soldados, 48 000 agentes agrícolas, 892 000 trabalhadores, 9 600 000 camponeses, 120 000 funcionários». A fonte é um jornal norte-americano, que merecia ser mais conhecido, «The Pathfinder»!

«Vinha de Areosa», de Viana do Castelo, reproduz esta «informação» (com alguns acrescentos e descontos: «os comunistas em 3 anos incendiaram ou destruíram mais de 100 igrejas, mataram 11 bispos, mais de 10 mil sacerdotes e para cima de 60 000 católicos. O mesmo aconteceu na China, em Cuba e nas nações do centro da Europa») e outras da mesma colecção. Eis algumas: «Pouco importa que pereçam quatro quintas do género humano se o outro quinto professar o comunismo (Lenine)»; «Matai o vosso pai, a vossa mãe, os vossos filhos, roubai tudo, destruí tudo (Emissora comunista da Catalunha na madrugada de 12/11/1936», etc.! Todos os sublinhados são nossos.

O tom está dado acima. Nem é desconhecido para quem tivesse lido certa imprensa regional «livre» durante o fascismo. Finalidade: apelar para a ignorância, para o medo, ameaçar os católicos com a excomunhão, falta de admissão aos sacramentos, tudo isto para criar clima para as manobras da reacção contra o regime do 25 de Abril, contra a democracia, pelo regresso do fascismo. Paralelamente pretende-se acender uma guerra religiosa, a divisão dos portugueses quando só em estreita união se podem resolver os problemas de todos nós, a pesada herança que deixou ao nosso povo o fascismo.

Essas vozes devem ser combatidas. Mas é tempo que se lhes retire a cobertura, pois não ficará bem com o presente e com o futuro quem difunda a falsidade, o ódio, o obscurantismo que são a base da opressão.

Façamos o processo dos criminosos da PIDE/DGS

JOSÉ PEDRO SOARES: 820 HORAS DE INTERROGATÓRIOS!

«... qualquer que seja a máscara do fascismo, qualquer que seja a forma por que se manifeste, qualquer que seja a via por que chega ao Poder, o fascismo — é a ofensiva mais feroz do capital contra as massas trabalhadoras;

O fascismo — é o chauvinismo desenfreado e a guerra de rapina;

O fascismo — é a reacção feroz e a contra-revolução;

O fascismo — é o inimigo mais encarniçado da classe operária e de todos os trabalhadores.» (Dimitrov)

Para o cumprimento deste programa de tenaz opção, o fascismo necessita de um forte aparelho repressivo. Em Portugal, durante 48 anos, a cabeça deste aparelho repressivo foi a PIDE/DGS. A sua história constitui um longo inventário de crimes. Homens, mulheres, jovens, sofreram flagelos, ignomínias terríveis.

O caso de José Pedro Soares, jovem de 24 anos, operário no Parque Aeronáutico de Alverca, liberto pelo Movimento das Forças Armadas, no passado 26 de Abril, é um exemplo dos mais significativos da ferocidade, do sadismo, da crueldade institucionalizada da PIDE/DGS.

Preso a 1 de Julho de 1971, foi submetido a um total de 820 horas de interrogatório, não contando com duas noites que dormiu na sala de interrogatórios. Esteve em rigoroso isolamento até 17 de Setembro de 1971, data em que passou a regime normal.

Julgado pelo tribunal fascista em Maio de 1972, após 22 meses de prisão preventiva, foi-lhe aplicada a pena de 3 anos e meio.

A confirmar a cumplicidade dos tribunais fascistas, note-se que, no final dos períodos de interrogatório, os agentes «previram» clarividentemente a pena, dizendo-lhe: «venceste-nos aqui, mas espera por ela que no tribunal vais apanhar três anos e meio ou quatro anos»

José Pedro Soares foi dos presos políticos mais barbaramente torturados. A todos os métodos de brutalidade, de intimidação, de persuasão respondeu com a mesma firmeza. Não que José Pedro Soares tenha qualidades sobre-humanas, tal como as não tinham as centenas de comunistas e antifascistas que resistiram à polícia. Todos eles eram, são homens conscientes do seu dever na luta pela democracia, pela paz, pela liberdade

Primeiro período de tortura de sono

— Durou de 2 a 8 de Junho — diz-nos José Pedro. — Fui socado e pontapeado na barriga e em todo o corpo até cair. Como eu declarasse não reconhecer a PIDE/DGS como instituição porque ali só se praticavam injustiças, tiraram-me a cadeira por três dias e três noites. Porque me recusava a comer, no quarto dia tentaram introduzir-me um tubo no estômago. Nesse mesmo dia, o director da cadeia de Caxias — Silva Carvalho — socou-me na cara. Como gritei, dei um murro na mesa e protestei das torturas, fui espancado por um grupo de agentes. Depois desta pancadaria, o agente Ricardo Graça, que agora confirmei chamar-se Coelho, com muitas meiguices tratou-me dos ferimentos, ofereceu-se para me comprar leite e bolos, afirmou-me que na polícia havia pessoas boas, etc. Este agente, cujo verdadeiro nome é Coelho, foi precisamente, um dos mais selváticos nos interrogatórios seguintes. Do dia 8 para 9 dormi em Caxias, porque nesse dia tive visita dos meus pais.

«Avante!» — **Começaste, imediatamente após a visita, novo período de sono, que durou de 9 a 15, onde estas brutalidades se repetiram.**

— Ao fim desse período, levaram-me para Caxias, onde permaneci uma semana. De 24 a 26 de Julho fui, de novo, interrogado. Este período, ainda que curto, foi extremamente violento. Bateram-me selvaticamente, vertia sangue pelo nariz e a boca por diversas vezes. Afiançavam-me que dali só sairia em padiola e continuavam a utilizar provocações e pressões de ordem psicológica. Durante estes dois dias, começaram a aplicar o método de gravações, explorando o estado físico em que me encontrava após 3 sessões de tortura.

O quarto período de tortura de sono iniciou-se a 6 de Agosto e prolongou-se até 27 do mesmo mês, e constituiu a continuação do mesmo pesadelo. Neste período ameaçaram dar-me um tiro na cabeça. Como eu respondesse que mais valia matarem-me do que estarem a perder tempo, tiraram-me a cadeira por mais um dia e uma noite.

Ao quarto dia a sala encheu-se de agentes com o Coelho à frente, o tal que fizera anteriormente o papel de santo. Mandou-me tirar as calças para que todos vissem os ferimentos das pernas e disse-me «desta vez foi assim e agora...» desabotoou o casaco e sacou dum cavalo marinho, começando a bater-me. Quando eu fugia de um lado para o outro os restantes agentes davam-me socos e pontapés; o chicote parecia que me queimava. Quando já me encontrava totalmente estonteado pelas vergastadas na cabeça e no corpo forçaram-me a deitar ao comprido no chão com as pernas a um palmo do solo. Sempre que as forças me faltavam, o chicote vibrava sobre o peito e os tornozelos. Já não podia suportar mais, levantei-me. Fui outra vez barbaramente espancado. Queriam que eu me despisse mas recusei-me. Queriam também que eu tomasse outras posições para me baterem à vontade. Fiquei com as costas inchadas, não podia mexer os braços, os olhos ensanguentados, os lábios rebentados, a camisa rasgada, as calças agarravam-se-me aos ferimentos das pernas. Durante este período recebi tratamentos na sala. Duas vezes por um médico, seis vezes por um enfermeiro. Cortaram-me duas visitas e ameaçaram enforcar-me.

«Avante!» — **Tinhas já então muitas alucinações?**

— Sim. Visuais e sobretudo auditivas. Ouvia de vez em quando uns gritos horrorosos e o bater de um chicote. Continuaram as sessões repetidas de espancamento: socos, pontapés, chicotadas de tiras de cabedal entrançado em todo o corpo e na cara. O Ricardo Graça era dos piores. Havia dois agentes que sempre que estavam de serviço obrigavam-me a fazer estátua e espancavam-me. Tinha uma perna ligada e um joelho que era um trambolho de inchado. Um dos pés não me cabia na alpergata e passados 15 dias ainda se podia ver o sangue negro. Ao fim de 8 dias deixaram-me tomar banho, vestir roupa lavada e dormir uma noite. Continuei depois mais onze dias. Por fim, dado o estado em que me encontrava, só me davam bofetadas, empurravam-me contra a parede, tombavam a cadeira para trás quando estava sentado, tentando agarrar-me os testículos. No 5.º dia deste período simularam que me iam cortar as mãos.

Nos últimos dias deste período já não me podia sentar porque adormecia, por isso o agente dava com força, socos na mesa que me alteravam todo o sistema nervoso. Já adormecia mesmo em pé. Molhavam-me com copos de água até estar todo encharcado. Entretanto tinha sonhos, pesadelos, perdia a noção do lugar onde me encontrava.

Foi este o último período de torturas, embora voltasse a ser interrogado em Setembro.

«Avante!» — **O teu caso assumiu formas tão extremas de crueldade e sevícias que, em virtude da grande movimentação de solidariedade de democratas, teve, invulgarmente, um certo eco oficial.**

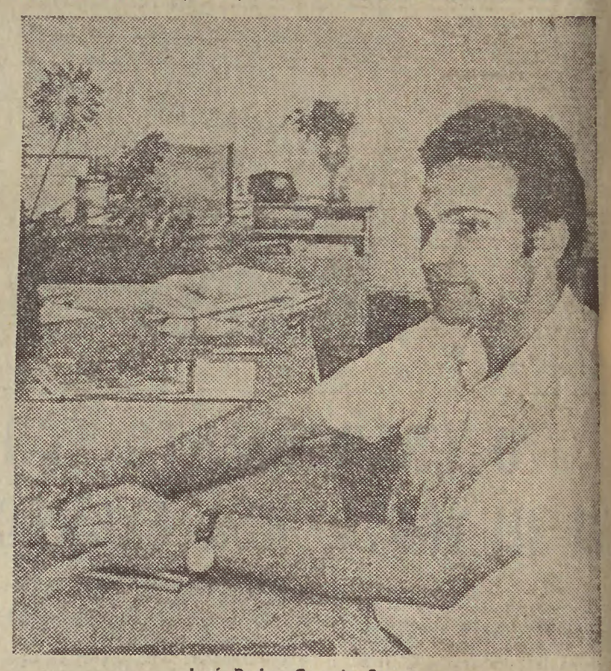
— Após estes interrogatórios e em resultado das diligências dos meus familiares e democratas da minha terra no sentido de dar a conhecer todo o processo de torturas de que estava a ser vítima, circularam abaixo-assinados em algumas empresas que foram enviados, assim como cartas de meus pais, às individualidades fascistas. Em consequência fui sujeito a um inquérito da Presidência da República tal como os meus pais, a fim de esclarecerem o estado físico em que me encontrava nas visitas em fins de Setembro.

Em Janeiro de 1972, fizeram-nos outro inquérito do Ministério do Interior. Ainda nesse mês fui visitado na própria cadeia por alguns deputados (Sá Carneiro e Pinto Balsemão) que ao verificarem as cicatrizes que eu tinha por todo o corpo pediram passados dias na Assembleia Nacional, ao abrigo de uma lei, em resposta ao inquérito mandado proceder pela Presidência da República. Resposta esta que nunca lhes foi dada. Apenas aos meus pais, de M. Caetano, negando as sevícias a que eu tinha sido submetido.

O regime fascista, fechou, como sempre, ouvidos e olhos ao clamor dos torturados e da opinião pública solidária. Isso porque o fascismo não podia vigorar sem o crime, sem a tortura, sem a sevícia.

Por eles deverão pagar os criminosos da PIDE/DGS.

Já foi demonstrado que a vigilância popular não deixará que a justiça volte a ser, entre nós, uma palavra vazia, uma realidade comprada.



José Pedro Correia Soares

BREVE APONTAMENTO SOBRE UM CAMARADA

De um nosso leitor, recebemos a carta que a seguir transcrevemos, e que constitui uma sentida homenagem a um nosso saudoso camarada:

Não sei exactamente a data em que tive o prazer, que foi também uma honra, de conviver diariamente durante alguns meses com o camarada JOSÉ GREGÓRIO. Suponho que por volta dos anos 1946/47.

Fazia ele o seu trabalho político, as tarefas do Partido na clandestinidade, no Porto e noutras localidades do Norte do País.

Nessa altura, como é óbvio, eu não sabia o seu verdadeiro nome, embora soubesse que se tratava de um destacado militante do PCP. Para mim, ele era o «Sr. Silva», e para os familiares e vizinhos moradores no mesmo prédio era um viajante de profissão, meu hóspede...

Falar de JOSÉ GREGÓRIO não é tarefa fácil.

O seu rigor matemático no cumprimento das tarefas do Partido levava-o a enfrentar com a maior calma não só os perigos de um sempre provável encontro com a PIDE como as condições que muitas vezes a sua saúde só muito estoicamente aguentava.

Recordo-me que em muitas noites de rigoroso Inverno, doente e cansado por encontros na rua ou em campos nos arredores da cidade — sempre a pé, pois não podia utilizar os transportes colectivos por medida de segurança — nunca dei fé que JOSÉ GREGÓRIO vacilasse em sair para a rua, à hora rigorosamente exacta, tantas vezes chovendo torrencialmente e fazendo um frio capazes de desencorajar outro menos firme no cumprimento das suas tarefas.

Dizia-me ele que com noites assim os seus encontros eram mais seguros, pois que os PIDES não se atreviam a andar na rua e estariam gozando as delícias de uma cama quente e confortável.

Era à hora das refeições que falava algumas vezes com o camarada JOSÉ GREGÓRIO.

Então, a sua face musculosa, quase uma máscara, como que se iluminava na imaginação de um futuro portentoso que ele acreditava não viria longe, de uma sociedade sem classes, feliz e harmoniosa, onde um homem não poderia ser explorado por outro homem, onde qualquer cidadão poderia sair livremente à rua sem receio de se ver acossado como um animal feroz, por criminosos endurecidos que de humano só tinham o aspecto exterior.

JOSÉ GREGÓRIO tinha uma personalidade vigorosa, mas de trato bondoso e simples de homem do povo, conservando certa rusticidade que o impunha como um dirigente autêntico da classe trabalhadora, honrando a sua origem, as raízes de onde provinha.

O seu espírito estava sempre atento ao menor sinal de perigo. Era este um seu cuidado de todos os momentos. Pois se nós morávamos tão perto da PIDE, perto da Rua do Heroísmo — nome simbólico, para tantos que ali provaram que sabiam ser heróis! — covil das feras!

Recordo o seu engenho para esconder alguns documentos. Trouxe eu uma ocasião para casa alguns ramos de laranjas azedas, que só serviam para ornamentação durante alguns dias. JOSÉ GREGÓRIO pediu-me com interesse que lhe desse um daqueles ramos, com umas 5 ou 6 laranjas, que pendurou na parede do seu quarto.

Passado algum tempo, talvez 1 ou 2 meses, ainda ali se encontravam, já com a casca a começar a enrugar-se.

Entretanto tinha chegado a altura, por razões de segurança, da partida de JOSÉ GREGÓRIO para outro posto, dando lugar à vinda do camarada PIRES JORGE, que iria ficar comigo também alguns meses.

Na hora da despedida, por sinal bastante emocionante, pois tínhamo-nos tornado verdadeiramente dois bons amigos, JOSÉ GREGÓRIO mostrou-me o ramo de laranjas azedas, sem o «miolo», pois tinha-lhe muito engenhosamente com a maior perfeição feito uma abertura em cada uma delas, abertura que ficava virada para a parede e dentro tinha metido vários documentos, escritos ou impressos, em papel finíssimo.

Agora — disse-me — já não há perigo que saibas o uso que eu dava às laranjas, além do bonito ornamento que faziam...

JOSÉ GREGÓRIO não teve a felicidade de ver o seu País, o nosso País livre do fascismo, contra o qual ele tão corajosamente combateu.

Jaz num cemitério de um País amigo, de um País socialista, onde uma doença incurável o prostrou. Que este breve apontamento alerte os responsáveis do Partido, para que a justa homenagem que ainda está por fazer ao camarada JOSÉ GREGÓRIO venha lembrar aquele militante cuja luta pela libertação do nosso País das garras do fascismo foi bem uma bela página dos heróicos resistentes que durante a longa noite de terror, que tanto nos fez sofrer, mostrou a coragem serena dos heróis desconhecidos e anónimos, que tantas vezes escrevem as melhores páginas da História de um Povo!

Nos Estados Unidos:

ANO DE IMPRENSA MARXISTA

Em 1974, no cinquentenário da aparição do primeiro número de «Daily Worker», foi proclamado pelos comunistas dos Estados Unidos, ano de imprensa marxista e da difusão de periódicos marxistas. Surgiu em todo o país uma vasta campanha para aumentar a tiragem do «Daly World», sucessor do «Daily Worker», e recolheu fundos para a publicação. A tiragem, em Janeiro, ultrapassou os 40 000 exemplares subindo em Abril, a 54 112 exemplares. Como sempre, grande parte da tiragem, distribulu-se entre os operários à entrada de fábricas e empresas. Aumenta, também o número de assinantes que subiu durante estes três anos a 25 por cento.